

TRAVESSIA

revista do migrante

Publicação do CEM - Ano XIX, número 54, Janeiro-Abril/2006



ESPAÇO
URBANO

TRAVESSIA

Revista do Migrante

CEM - Centro de Estudos Migratórios (Federação dos CEMs J.B.Scalabrini)

Publicação quadrimestral, voltada ao estudo e divulgação da realidade do migrante a partir dos diferentes ramos do conhecimento: social, político, econômico, educacional, cultural, etc.

Diretor

Sidnei Marco Dornelas

Editor

Dirceu Cutti

Jornalista Responsável

Antonio Garcia Peres (MtB 3081)

Conselho Editorial

Alfredo J. Gonçalves
Carlos B. Vainer
Dulce Baptista
Francisco Nunes
Heinz Dieter Heidemann
Helion Póvoa Neto
José G. Baccarin
José Guilherme C. Magnani
José J. Gebara
Luiz Bassegio
Marilda A. Menezes
Oswaldo M.S. Truzzi
Sidney A. da Silva
Teresa Sales

Conselho Consultivo

Cláudio Ambrozio
Edgard Malagodi
Ermínia Maricato
Marília P. Sposito
Milton Schwantes

Capa

Arte: 2M Criação e Produção Gráfica Ltda

Editoração Eletrônica

Dirceu Cutti

Impressão

Gráfica e Editora Peres Ltda - Fone:(0xx11)4815.4331

Endereço para Correspondência

Rua Vasco Pereira, 55 - Liberdade
01514-030 São Paulo/SP - Brasil
Fone/Fax: (0xx11)3208.6227
cemsp@uol.com.br
cemsp@cemsp.com.br
www.cemsp.com.br

ÍNDICE

ESPAÇOS DIVIDIDOS E DISPUTADOS: RELAÇÕES SOCIAIS ENTRE NATIVOS E OS "DE FORA" EM GUARIBA - SP

Andréa Vettorassi.....5

MIGRACIONES, ESPACIOS URBANOS Y HOSPITALIDAD

Juan de la Haba
Enrique Santamaría.....12

OS SEM-CASA:

SUA CIDADE E SUA ARTE

Elaine Pedreira Rabinovich.....18

O URBANO ENTRE A DIREITA E A ESQUERDA, O PÚBLICO E O PRIVADO:

A RUA NEGADA COMO POSSIBILIDADE À VIDA

Ricardo Baitz.....21

MIGRANTES SEM-TETO:

UMA DUPLA CONDIÇÃO CONTEMPORÂNEA NO
ESPAÇO URBANO

Leda Velloso Buonfiglio
Igor Catalão.....27

A RETERRITORIALIZAÇÃO DOS MIGRANTES NORDESTINOS EM RIO DAS PEDRAS

Luciano Ximenes Aragão.....31

ECONOMIA, URBANIZAÇÃO E NOVAS TERRITORIALIDADES NO DESENVOLVIMENTO DE SÃO PAULO

Carlos A. Brandão
Cláudio Schuller Maciel
Fernando César de Macedo.....39

O MIGRANTE E A CIDADE:

ENRAIZAMENTO E/OU DESENRAIZAMENTO

Hidelberto de Sousa Ribeiro.....45

ESPAÇO-URBANO-MIGRANTE

*A*o falar do espaço, o geógrafo Milton Santos chamava a atenção para a grande variedade de acepções que a palavra envolve – um dos termos com mais verbetes. Não consta, porém, nos dicionários, “espaço-migrante”, embora na acepção de muitos, poder-se-ia dizer que o mesmo já se tornou sinônimo de gueto. E nessa elasticidade conceitual, mas não por ela mesma, imputa-se ao espaço conotações que de fato perpassam os conflitos inerentes ao todo da organização social. E no caso específico dos migrantes, que não ocupam qualquer espaço, mas apenas aquele que lhes resta, este adquire conotação étnico-cultural. Tanto aqui, quanto lá fora, é forte a tendência em remarcar a distinção entre migrantes e autóctones, os nativos e os de fora.

Além deste aspecto, há outras especificidades trazidas à tona: de um lado, o modo específico da valorização capitalista do espaço e, de outro, formas e jeitos de adaptação/resistência por parte daqueles que, cotidianamente, a partir do espaço concedido ou conquistado, também forjam a produção do seu, processo por uns denominado de reterritorialização e, por outros, de enraizamento.

Mas esse espaço-migrante, sobre o qual versam os textos que compõem o presente número da revista, é o urbano. Trata-se de um termo menos complexo em sua definição, mas não menos provocativo. Associa-se a ele o significado de aglomeração, na esteira do qual aparece a descrição da nova configuração demográfica apresentada pelo estado de São Paulo, como decorrência das mudanças na distribuição espacial da indústria paulista. Porém, em seu sentido figurado, urbano carrega como sinônimos nada menos do que os termos cortês e afável. Será que os camponeses que migraram para o Bairro de Vila Maria numa das cidades da fronteira agrícola, os nordestinos que migraram para a favela de Rio das Pedras no Rio de Janeiro, os mineiros e nordestinos que migraram e/ou migram sazonalmente para o Bairro Alto de uma pequena cidade da região canavieira do interior paulista, bem como os moradores de rua e/ou sem-teto da cidade de São Paulo experienciaram o sentimento da afabilidade ao ingressar no espaço urbano?!

Não desdizemos aqui das vantagens que o processo migratório em direção às cidades propicia aos migrantes, realçamos apenas que o espaço-urbano-migrante tem pela frente muitos desafios a superar. E nessa direção, juntamente com as estratégias da luta diária dos migrantes, há que se somar outras, de caráter coletivo e global.

Dirceu Cutti

TRAVESSIA - NÚMEROS PUBLICADOS

- | | |
|--|---------------------------------|
| 01 - Sazonais | 28 - Meio Ambiente |
| 02 - Cidade | 29 - Albergue |
| 03 - Fronteira Agrícola | 30 - Clandestinidade |
| 04 - Violência | 31 - Festas |
| 05 - Voto | 32 - Memória |
| 06 - Barragens | 33 - Mercosul |
| 07 - Cultura | 34 - Associações |
| 08 - Trabalho | 35 - Gerações na Migração |
| 09 - Família | Nº Especial - O Retorno (Sayad) |
| 10 - Religião e Religiosidades | 36 - Um Olhar Retrospectivo |
| 11 - Estrangeiros | 37 - Refugiados |
| 12 - Educação | 38 - Bairros e Vizinhanças |
| 13 - Pena de Morte | 39 - Assentamentos |
| 14 - Migrar e Morar | 40 - Redes |
| 15 - Tempo e Espaço | 41 - Migração Laboral |
| 16 - Desemprego e Subemprego | 42 - Linguagens e Símbolos |
| 17 - Imagens | 43 - Imprensa & Literatura |
| 18 - Novas Tecnologias | 44 - Etnias |
| 19 - Identidades | 45 - Mobilidade & Flexibilidade |
| 20 - Saúde | 46 - Sagrado |
| 21 - Emigração | 47 - Cotidiano |
| 22 - Retorno | 48 - Fronteiras |
| 23 - Metrôpole | 49 - Narrativas |
| 24 - Índios e Territórios | 50 - Políticas Públicas |
| 25 - Deslocamentos Compulsórios
& Restrições à Migração | 51 - Preconceitos |
| 26 - Mulher Migrante | 52 - Legado de Scalabrini |
| 27 - Nomadismos | 53 - Implicações Psicológicas |
| | 54 - Espaço Urbano |

*É possível montar a coleção e adquirir números avulsos**

(* Números 8, 10 e 12 só disponíveis para coleção)

Forma de Pagamento

Depósito nominal à Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos; Bradesco; Ag. Tabatinguera nº 0515-0; c/c nº 23083-9 com envio de cópia do comprovante ou Cheque nominal à Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos.

Valor da Assinatura

- () Ass. válida por 1 ano..... R\$ 20,00
- () Ass. válida por 2 anos..... R\$ 30,00
- () Ass. válida por 3 anos..... R\$ 40,00
- () Exterior (1 ano)..... U\$ 20,00

Rua Vasco Pereira, 55 Liberdade CEP: 01514-030 São Paulo/SP - Brasil

Fone/Fax: (0xx11)3208.6227

cemsp@uol.com.br

cemsp@cemsp.com.br

www.cemsp.com.br

ESPAÇOS DIVIDIDOS E DISPUTADOS: RELAÇÕES SOCIAIS ENTRE NATIVOS E OS "DE FORA" EM GUARIBA - SP

Andréa Vettorassi *

GUARIBA: A CIDADE DAS CONTRADIÇÕES

A 50 km de Ribeirão Preto – SP, ilhada por um incontável número de plantações de cana-de-açúcar, encontra-se Guariba, uma dentre várias outras pequenas cidades, conhecidas como “cidades-dormitórios”, existentes no interior paulista¹. Uma precária rodovia de pista simples, não raro interditada por treminhões que cruzam a pista ou andam lentamente sobre ela, é o principal acesso à cidade. Há importantes usinas de cana-de-açúcar em volta de Guariba, como a São Martinho, a Bonfim e a São Carlos. Após morosa viagem, entramos enfim na pequena cidade que, para um visitante menos atento, em nada difere de tantas outras.

No entanto, há algo nela que, logo que entramos, nos chama a atenção. “Guariba tem uma entrada feia, né?”, ouvimos de uma moradora quando pela primeira vez entramos na cidade. Ela referia-se a um de seus bairros periféricos, uma espécie de “cartão de visitas”, já que se encontra em seu principal acesso. É, afinal, um indesejado cartão de visitas, pois denuncia aos olhos de quaisquer visitantes uma pobreza *relativa*, ou seja, uma desigualdade social, existente na cidade.

Referimo-nos a uma pobreza *relativa* porque Guariba não é exatamente

uma cidade pobre, e sim uma cidade desigual. Após sete ou oito quadras deste primeiro acesso, já estamos no centro guaribense, que conglera dos mais variados tamanhos e tipos de lojas de seu desenvolvido comércio. Há também neste centro uma extensa praça arborizada, sua prefeitura, a delegacia e o Fórum, além da igreja matriz de traços modernos. Mais ao sul, há um bairro muito nobre, de grandes e luxuosas casas pertencentes às classes média e alta da cidade. Carros importados dividem ruas com algumas carroças. Guariba é, assim, um universo mergulhado em luxo e miséria, em pacato interiorano e correria moderna paulista.

Quanto à sua história, Guariba se assemelha às diversas outras cidades-dormitórios que a circundam. Com o processo de modernização agrária, em ápice no final da década de 60, a civilização cafeeira existente na cidade perdeu espaço para a civilização da usina. Neste período, houve uma reestruturação espacial no campo e nas cidades. De acordo com Moraes Silva, “reestruturação não entendida somente a partir do despovoamento do campo e povoamento das cidades, mas também nos aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais” (1993: 31). Com a expansão do espaço urbano e das plantações de cana-de-açúcar, apareceram os primeiros cinturões periféricos de mi-

séria em Guariba.

Na década de 50, há um primeiro cinturão, um transbordamento significativo dos limites históricos da cidade do café. Nesta década, os primeiros migrantes nordestinos chegaram à cidade, força de trabalho para a nascente economia canavieira. Guido Garavello, empreiteiro e proprietário em Guariba, abriu um novo loteamento, o Bairro Alto, mais conhecido como João-de-Barro, porque a grande maioria de suas casas foi construída pelos migrantes nordestinos residentes no loteamento, que chegam anualmente à cidade em busca de trabalho no corte da cana. Suas casas não foram construídas da maneira tradicionalmente paulista (ou seja, “moderna”), mas com lajotas de barro, comuns nos estados nordestinos. O loteamento oferecia terrenos baratos, exageradamente parcelados e menores que os padrões vigentes. O objetivo estratégico do loteador era o de evitar a desvalorização da Vila Garavello, sua propriedade localizada mais ao centro da cidade, com uma possível ocupação dos terrenos adjacentes pelos migrantes nordestinos (Mendes, 1997: 143). Localizado na principal entrada de Guariba, o Bairro Alto é o “cartão de visitas” mencionado acima, representante das desigualdades sociais e econômicas propiciadas pela modernização das usinas de cana-de-açúcar. A infra-estrutura do

bairro é bastante precária e distinta do resto da cidade². Por ser um espaço diferenciado de todos os outros, é que o Bairro Alto pode ser considerado um campo autônomo, um espaço social marcado pelas relações sociais horizontais, como também pelas relações e lutas verticais entre as classes. Para os moradores mais antigos de Guariba, é o bairro em que vivem os “invasores”, a gente de maus costumes, violenta e responsável pela desordem urbana.

Este artigo objetiva trazer à tona, baseado na metodologia da História Oral e em dados quantitativos, os tipos de relações sociais existentes entre os guaribenses e os grupos migrantes, ambos parte fundamental da figuração social de Guariba. Percebemos, a partir das entrevistas realizadas, que estas relações não raro são permeadas por estigmas (Goffman, 1988) e violência simbólica (Bourdieu, 1989), questões que buscamos revelar neste estudo.

MIGRANTE BÓIA-FRIA: QUAL SEU PAPEL NAS CIDADES-DORMITÓRIOS?

Rosa Luxemburgo, já no início do século XX, trouxe à luz novas discussões e interpretações acerca da *reprodução do capital*, o fazendo de forma a inserir outros elementos à noção de reprodução do capital de K. Marx, vigente até o momento. De acordo com esta pensadora, o capital apenas garante os níveis de acumulação almejados quando importa força de trabalho existente em outras regiões, normalmente de economia pré-capitalista. Ou seja, o capital não consegue se reproduzir se utilizar apenas a força de trabalho existente nos limites de seu próprio espaço. Além disso, “o processo de acumulação originária não se refere somente ao início da era capitalista, mas o acompanha também nas fases de sua reprodução ampliada” (Moraes Silva, 2005: 4).

Um século mais tarde, é possível perceber que Rosa Luxemburgo foi capaz de apontar para um dos mais im-

portantes elementos existentes na reprodução do capital em sociedades de economia capitalista avançada, em tempos de um mundo cada vez mais dicotômico, dividido entre áreas de riqueza e miséria intensas. As desigualdades sociais, a riqueza de áreas capitalistas em detrimento à pobreza de áreas pré-capitalistas, são fundamentais para o desenvolvimento e reprodução do capitalismo em si.

Certamente encontramos no Brasil as mesmas relações econômicas apontadas acima e, como não poderia deixar de ser, em cidades-dormitórios como Guariba. O desenvolvimento econômico do interior de São Paulo, o mais rico estado do país, é garantido em especial a partir da produção, comercialização e exportação dos produtos originários da cana-de-açúcar, como o açúcar e o álcool. Não obstante, a economia açucareira assegura os seus altos índices de reprodução do capital utilizando-se de mão-de-obra barata, advinda de regiões pobres do país. São homens, mulheres, camponeses, originários de regiões do Brasil tais como estados nordestinos e Vale do Jequitinhonha-MG, e que por meio da migração (temporária ou permanente) deslocam-se para a região de Ribeirão Preto – SP em busca de melhores condições de vida. São, portanto, um grupo heterogêneo, que constantemente elabora novas formas de ser, ver e estar no mundo e que reformula suas condutas e valores, ao mesmo tempo em que busca fortalecer velhos laços familiares para o enfrentamento conjunto da existência. Perdedores na luta pela terra e na luta pelo emprego urbano, os bóias-frias têm sua história de vida traçada pela busca de emprego e sua identidade definida pela consciência de que são trabalhadores “sem profissão”, obrigados a aceitar condições de trabalho subumanas (D’Incao, 1983).

Quando migrante, o bóia-fria passa por um processo ainda mais profundo de redefinição de sua identidade, que é o de *desenraizamento*, efeito devastador sobre a vida do migrante, que rompe laços familiares e expressa a miséria e a

impossibilidade de sobrevivência econômica em pequenos lotes agrícolas. A vida nômade o desmoraliza e o empobrece. O trabalho contínuo durante a safra exercido pelos migrantes sazonais corresponde à ruptura com o tempo cíclico camponês existente em seus locais de origem. Em seu novo tempo cíclico, as estações do ano são substituídas pela safra e a entressafra da cana. O tempo, redefinido, vira dinheiro e é comprado e vendido (Costa, 1993). O processo de intensa ruptura só pode ser concertado com o dinheiro, o ganho acima das necessidades cotidianas, que estimula a vinda destes trabalhadores, sendo que muitos jamais voltam para os seus locais de origem. Desta forma, deixam de ser camponeses em regiões de economia pré-capitalista e tornam-se, definitivamente, *peça fundamental* para o avanço da reprodução do capital em áreas de economia capitalista consolidada. No entanto, esta “peça fundamental” nem sempre aceita a estrutura econômica a que está submetida e, no caso de Guariba, foi capaz de se rebelar contra as suas condições.

A GREVE DE GUARIBA E SUAS CONSEQÜÊNCIAS

Em tempos de intensa e contínua reprodução do capital, metade da população de Guariba, em 1984, constituía-se de empregados nos canaviais, sendo que sua grande maioria era advinda de estados nordestinos e de Minas Gerais (Martins, 1996: 184). Nesta ocasião, trabalhadores do setor sucroalcooleiro, espontaneamente, levantaram-se contra as precárias condições de vida a que eram submetidos, em um regime que poderia ser considerado de semi-escravidão. Na madrugada do dia 15 de maio de 1984, em torno de 5.000 trabalhadores não subiram nos paus-de-arara em direção ao campo. No Bairro Alto, começaram as suas manifestações e, aos poucos e em volumosos grupos, marcharam para o centro da cidade riscando seus facões no asfalto, e permaneceram na praça da

igreja matriz por toda a manhã. Concomitantemente, depredaram o escritório da Sabesp (Serviço de Abastecimento de Água do Estado de São Paulo), atearam fogo em seus carros e invadiram um supermercado, de onde levaram diversos produtos alimentícios e eletrodomésticos. O aumento repentino das contas de água recém entregues pela Sabesp e os preços abusivos cobrados pelo supermercado, que não mais abria contas para os trabalhadores rurais, foram as justificativas dadas para estas ações. No entanto, a principal causa da greve foi a alteração do sistema de colheita da cana, que passou de cinco para sete ruas, o que tornaria a lida diária ainda mais penosa. Além disso, as condições dos alojamentos e do transporte eram bastante deficientes, mantendo tensas as relações entre os trabalhadores e os usineiros e seus empreiteiros. As revoltas e conflitos foram constantes, e houve a intervenção da Tropa de Choque do governo do Estado de São Paulo, como também de policiais provenientes de várias cidades vizinhas (Novaes & Alves, 2002a). É o dia de maior violência da greve: a Tropa de Choque foi acionada, a água e a luz do Bairro Alto foram cortadas, trinta homens foram feridos e um aposentado de sessenta anos, que apenas observava os acontecimentos de longe, foi morto por uma bala perdida. Já na noite deste dia, o sistema de corte da cana passa para cinco ruas. No dia 17 do mesmo mês, a greve tem fim, com um acordo que contemplou quase todas as reivindicações dos trabalhadores.

Em janeiro de 1985, uma nova greve paralisou os trabalhadores de Guariba e região. Em um momento de entressafra, em que boa parte dos trabalhadores do corte da cana estava desempregada e, conseqüentemente, instável economicamente, a *fome* foi um precioso elemento mobilizador. No entanto, esta segunda paralisação teve um caráter mais orgânico, já que houve um envolvimento de agentes políticos e de entidades sindicais. No dia 12 de janeiro de 1985,

centenas de policiais militares deram fim aos piquetes de Guariba e região. Em Guariba, houve uma verdadeira “operação de guerra”: Policiais militares foram recebidos a pedradas no Bairro Alto, ao mesmo tempo em que espancaram todos que estavam nas ruas, inclusive mulheres e idosos (Novaes & Alves, 2002b).

Pela sua abrangência, relevância e, como não poderia deixar de ser, pelo seu caráter violento, a greve de Guariba teve repercussão não só nacional, mas mundial. No entanto, atualmente é pouco lembrada pelos habitantes da cidade. Em reportagem que lembrou os vinte anos do levante, publicada na Folha de São Paulo, o então prefeito da cidade manifestou-se da seguinte forma:

“Essa é uma realidade que não gostamos de lembrar. *É uma vergonha para a cidade*. Algo bonito terminou em catástrofe, parecia uma guerra civil” [grifos meus].

De fato, nenhum *espaço*, nenhum *lugar* na cidade rememoram a greve. Nem mesmo nas escolas guaribenses há algum tipo de discussão ou comentário sobre o assunto³. Passados vinte e um anos, vestígios da greve apenas são encontrados em algumas conversas entre amigos numa esquina, ou num bar, na praça da igreja matriz, quase que aos sussurros. Vestígios encontrados em alguma sala de TV, quando a morte violenta de alguém é televisionada, e isto resgata uma memória abandonada do guaribense que, por poucos instantes, revive a famosa e esquecida greve, a para sempre maldita greve que, de acordo com o comentário popular, dificultou a conquista de emprego do guaribense e estigmatizou a cidade para sempre.

Os trabalhadores rurais em Guariba, migrantes ou não, também pouco lembram a manifestação. Timidamente, destacam as melhorias das condições trabalhistas conquistadas por ela, e nada mais⁴. Por outro lado, sabem que as tais condições de trabalho deveriam, e poderiam, ser muito melhores, mas para-

doxalmente, jamais seriam capazes de organizar nova greve. Talvez porque a reciprocidade horizontal, que há vinte e um anos atrás os impulsionou para a greve, esteja abalada e enfraquecida. O contemporâneo trabalhador rural representa muito mais a racionalidade do operariado moderno do que outros tipos de racionalidade operacionados por códigos morais e tradicionais (Thompson, 1998). Isto é ainda mais perceptível na segunda geração de migrantes, que não conviveu diretamente com o modo de vida camponês de seus pais e que, portanto, não estabeleceu sociabilidades e interdependências horizontais típicas destes grupos mais tradicionais. A sociabilidade deste “novo camponês” impede a formação de grupos solidários em busca de melhorias salariais: o medo do desemprego e do estigma que uma greve tem são muito mais fortes. E a perda de sua identidade tradicional interrompe sua capacidade de “micro-revolucionar”.

Após 1984, Guariba passou a ser reconhecida como cidade violenta e conflituosa. Uma complexa e multifacetada relação entre os “nativos” e os “de fora” ganhou força ímpar. E ser “de fora” significa muito mais que ser migrante: ser “de fora” significa não possuir lugar algum.

OS NATIVOS E OS “DE FORA”

Percebemos que, marginalizados *economicamente* pela estrutura desigual do capitalismo vigente (uma marginalidade econômica tão intensa que os impulsionou para uma violenta greve), estes homens e mulheres migrantes são também marginalizados *geograficamente*, pois para eles sobram as regiões periféricas e miseráveis das cidades que os abrigam. Dentro destas cidades, os migrantes inevitavelmente se inserem em uma terceira relação desigual, já que são também marginalizados *socialmente*. Em Guariba, grupos heterogêneos se separam entre os que chamamos de “nativos” e os “de fora”, que se diferenciam

em diversos aspectos: o primeiro grupo é constituído de brancos, o outro de negros e pardos; o primeiro é morador do centro, o outro do Bairro Alto; o primeiro é de classe média e classe média alta, o outro é de classe baixa. Todos estes elementos são resumidos em poucas palavras detentoras de estigmas: “de fora”, estranho, “do morro”, migrante, nordestino. Quando moradores do Bairro Alto e do centro da cidade de Guariba foram ouvidos, compreendemos que há uma qualidade comum compartilhada com os “de fora” que os identifica desta forma: *serem negros ou pardos*, independente de serem migrantes ou não; suas corporalidades projetam uma impressão para os nativos que torna possível uma dialética e discriminatória relação entre os dois grupos e que inclui os filhos de migrantes, já nascidos em Guariba. Utilizando-se da expressão *migrante*, o nativo mascara um preconceito de cor e de raça muito mais evidente e forte que o de naturalidade. Munido de seu alto poder de coesão, o nativo atribui ao “de fora” (migrante e, principalmente, negro ou pardo) todos os males de sua sociedade, em especial os índices de criminalidade.

Ser “de fora” é, fundamentalmente, ser migrante, ser negro ou pardo, pobre economicamente (cortador de cana) e culturalmente (ter baixo nível de escolaridade e/ou estar relacionado aos valores culturais nordestinos) e ser morador do Bairro Alto. Mas basta ter uma das características acima para ser rejeitado e estigmatizado pelo grupo nativo, detentor de uma violência simbólica “que se exerce pelo poder das palavras que negam, oprimem e destroem psicologicamente o outro” (Zaluar & Leal, 2001: 148). Segundo Bourdieu (1989), a violência simbólica é operada pelos mandatários do Estado, que possui o monopólio de uma violência simbólica legítima, o que inclui a Justiça, instituição na maior parte das vezes inacessível aos migrantes e seus descendentes. Contudo, a sociedade civil também demonstra sua capacidade de violentar simbolicamente

o outro, como fazem os nativos de Guariba. Nos “de fora” é atribuída a estigmatização do “marginal”, e a tese de que a miséria sempre gera criminalidade legitima uma violência simbólica multifacetada, que se transpõe para o mundo da violência *real*. O nativo utiliza as *di-visões* acima (de classe, cor/raça, naturalidade e etc.) para justificar a criminalidade existente na cidade e que é conhecida por todas as cidades vizinhas de Guariba. Ou seja, os nativos tomam consciência de suas posições no mundo social quando mantêm relações de força com os “de fora”, quando classificam e nomeiam o outro de acordo com o seu capital simbólico (Bourdieu, 1989), que nada mais é que as diversas propriedades que os agentes constroem para determinarem suas posições nos espaços sociais, e que só é significativo quando conhecido e reconhecido pelos outros agentes. De acordo com Bourdieu (1989: 140), quando *categorizamos* o outro (elogiamos, congratulamos, louvamos, insultamos, criticamos, censuramos ou acusamos), estamos determinando e reconhecendo *nossas próprias* posições sociais. Apenas reconhecemos a posição que ocupamos no espaço social na prática, nas relações sociais que mantemos com os outros grupos sociais e que nunca é estática ou unilateral. Assim, o nativo transfere para o “de fora” os pontos negativos existentes em sua comunidade (pobreza, criminalidade, etc.), com o intuito de preservar sua auto-identidade (*self*); é uma forma de defesa, que se baseia no ataque.

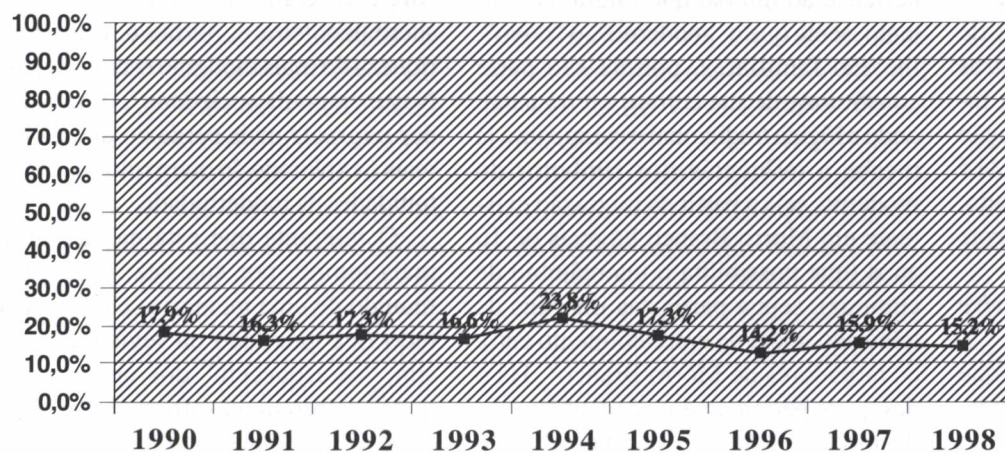
No entanto, uma pesquisa quantitativa realizada com os processos criminais da Comarca de Guariba, como também as entrevistas realizadas em especial com os migrantes do Bairro Alto, trouxeram à luz resultados (e questionamentos) quanto à relação nativos/as “de fora” e os tipos de crime em que os migrantes e seus descendentes estão envolvidos. Percebemos com esta pesquisa que o número total de processos criminais da década de 90⁵ não justifica a fama de violenta que a cidade já

recebia na época: No ano de 1990 foram registrados 571 processos criminais, um número baixo para os padrões de uma cidade com o porte de Guariba⁶. Do total neste ano, apenas 48 processos têm como réus *migrantes trabalhadores rurais ou desempregados*, um número muito menor do que o estimado pelos funcionários do Fórum (150 processos por ano envolvendo migrantes lavradores), o que indica um viés discriminatório. Ou seja, os nativos encarnam os valores da tradição e da boa sociedade, enquanto que os “de fora” estão rotineiramente relacionados à anomia, delinquência, violência e desintegração, numa espécie de “fantasia coletiva” perpetuada pelo alto potencial de *coesão* dos estabelecidos (Elias & Scotson, 2000) e, no caso de Guariba, pelo preconceito de cor e classe que denomina “migrantes” todos aqueles que são negros e pobres. Quando a porcentagem do número total de processos criminais em que os réus são migrantes em relação ao número total de processos criminais da comarca de Guariba é levantada, novas análises podem ser feitas: apenas 17,1% de todos os processos criminais da Comarca de Guariba da década de 90 têm réus migrantes (vide gráfico).

Como os dados revelam, não só a fama de violenta que a cidade carrega não tem fundamento empírico, como também a responsabilidade dada aos migrantes para os índices de criminalidade, sejam eles migrantes temporários ou os que já vivem em Guariba há mais tempo. A idéia de que Guariba é uma cidade violenta está relacionada à greve de 1984. Além disso, os dados empíricos demonstram que a conexão migração-criminalidade é apenas parte do que chamamos de uma “ideologia nativa”, baseada em falsas consciências (Marx & Engels, 1984), e de toda violência simbólica reproduzida e perpetuada por este grupo nativo.

Em contrapartida, é necessário chamar a atenção para um ponto significativo: A partir dos dados da pesquisa

Porcentagem do Número de Processos Criminais em que os Réus são Migrantes em Guariba (década de 1990)



quantitativa, foi possível determinar o número total de processos envolvendo *migrantes* porque as fichas dos réus informam sua naturalidade. No entanto, não informam a naturalidade dos pais, impossibilitando o acesso aos processos em que os réus são *filhos* de migrantes. É provável que, levando em consideração este tipo de processos, alcancemos o número estimado pelos funcionários do Fórum, que era o de 150 processos por ano envolvendo migrantes. Isto porque, como já foi discutido acima, para os moradores mais antigos da cidade todos aqueles que são negros, pobres e/ou moradores do Bairro Alto são também “migrantes”, terminologia usada para mascarar seus preconceitos, como também para hierarquizar e homogeneizar os grupos sociais. No que tange à participação da segunda e terceira geração dos migrantes nos crimes ocorridos em Guariba, de acordo com os moradores do Bairro Alto, estes estão mais envolvidos no tráfico de drogas, crime tipicamente urbano entre os que são verdadeiros “sobrantes” em todo o processo de mecanização do trabalho rural e que jamais tiveram um modo de vida camponês como o de seus pais, que passaram boa parte da vida no meio rural dos estados nordestinos.

Segundo Elias e Scotson (2000: 37), as crianças são suscetíveis à humilha-

ção, já que seus pais e todo seu grupo (sua imagem e valor) constituem uma parte vital de sua auto-imagem, sua identidade individual e sua auto-avaliação (o mesmo que ocorre com os descendentes de Guariba). As experiências afetivas e as fantasias dos indivíduos não são arbitrarias; têm uma estrutura e dinâmica próprias. Num estágio primitivo da vida (infância), podem influenciar profundamente a moldagem dos afetos e a conduta em etapas posteriores. A criança não é só afetada pela experiência dos pais, mas também pelo que os *outros* pensam e dizem sobre seus pais. Ou seja, a violência simbólica e os estigmas atribuídos aos migrantes por uma ideologia nativa podem estar ocasionando uma real violência entre a segunda e a terceira geração de migrantes, já *guaribenses natos*, no entanto marginalizados pela sociedade guaribense “nativa”.

COMO REAGEM OS “DE FORA” FRENTE AOS ESTIGMAS?

Frente aos estigmas do grupo nativo a que estão submetidos, os “de fora”, por serem um grupo heterogêneo, têm reações diversas e multifacetadas, que podem ser divididas entre três subgrupos: os “de fora” migrantes sazonais, os “de fora” migrantes estabele-

cidos em Guariba há décadas e os “de fora” pertencentes à segunda e terceira geração de migrantes.

O migrante sazonal é parte intrínseca de dois universos dialéticos, que são a sua terra de origem e a cidade de Guariba. Este migrante tem papéis sociais diferentes nos dois espaços: Ao voltar para as terras de origem, quando bem sucedido nas lavouras de cana do interior paulista, recebe um novo status, uma diferenciação social e cultural. Destaca-se em seu mundo tradicional quando se

apropria do moderno a partir de bens simbólicos e materiais⁷. Ainda no “mundo moderno” em que migrou, a relação é inversa. Os aspectos de seu cotidiano não estão absolutamente desprezados do modo de vida de sua terra natal (portanto, um modo de vida tradicional e camponês). A relação “vertical” (com os nativos) é, portanto, tensa, e é por isto que o migrante sazonal torna-se introspectivo, mantendo apenas no dia-a-dia relações “horizontais” (com o seu próximo e semelhante), seja a partir de laços de confiança e obrigações mútuas, seja nas brincadeiras ou, ainda, nas relações conflituosas, na disputa de território e espaço no trabalho, na verdadeira malha social construída e reproduzida nos corredores de cana. Neste contexto, o trabalhador migra pelo fetiche e status que a mercadoria e o papel moeda oferecem. No entanto, não se sente parte integrante do “mundo moderno”, sendo tomado pelo estranhamento e saudade de sua terra, saudade esta que é parte constituinte do homem camponês (Moraes Silva, 2001). O relato oral de Martinho, maranhense de Morro Branco⁸, negro, 25 anos e migrante sazonal há três anos porque tem o sonho de comprar uma moto, retrata estes híbridos sentimentos e modo de vida:

Você sente alguma diferença quan-

do volta [para Morro Branco, sua terra Natal]?

Martinho – É, chega lá, a coisa muda, né? Às vezes uma terra que tava feia, de repente dão um trato nela [e cita outros aspectos do mundo rural onde sua família tem roça de subsistência e criação de animais]. Aqui se chama centro, lá é interior. Aqui é cidade, é tudo enlatado, tem telha, telhado, tem rua. E aqui a gente muda as “feição”.

Então você acha que aqui você vive melhor?

Martinho – Melhor, assim, porque estamos trabalhando, né, mas bom mesmo é tá na terra da gente...

Mesmo morando na choça [casas feitas de madeira e barro típicas do interior do Maranhão]?...

Martinho – Ah, é, mesmo morando na choça o bom mesmo é lá! Aqui é cidade, tem dinheiro, dá pra comprar, pra andar de tênis, mas eu sou pobre e prefiro morar na terra da gente. (Risos) Porque a gente nasce lá. Porque a gente nunca se esquece da terra que se nasceu [...]; sem família é a mesma coisa que nada.

E você acha que você mudou muito?

Martinho – Ah, eu não sei se eu mudei, mas lá, a gente sempre pensa que a gente muda, mas não. Continua o mesmo. Eles [os conterrâneos] acham que mudou, né, mas a gente não mudou nada.

E em quê eles acham que você mudou?

Martinho – É, porque chegando lá a gente volta mais danado, porque aqui a gente conversa de todos os assuntos, sobre muita coisa, muita coisa diferente, e aí eles acham que a gente voltou mais falante. [Acham que a gente volta] cheio dos critério, com a pele mais fina, mais branco... Tem gente lá que acha que a gente trabalha em escritório, porque tá com a pele mais fina, mas não, “Ih, gente, o trabalho lá é de roça”. Acham que é trabalho sério, que conseguiu, mas não, é trabalho de roça, com facão também! (risos).

Martinho, assim como outros trabalhadores maranhenses, não sente que pertence ao mundo que migra. No entanto, sente que o “moderno”, o “novo”, lhe são familiares, porque são parte constituinte de sua cultura e terra natal, onde a lógica tradicional e camponesa já recebe a influência dos símbolos do moderno, seja a partir da migração existente em Morro Branco há mais de 10 anos (que possibilita o intercâmbio de culturas), seja a partir das imagens da televisão, meio de entretenimento entre os moradores de Morro Branco⁹. Há o desejo de pertencimento e identificação do moderno, mesmo que percebam o estranhamento e a repulsa da comunidade nativa guaribense (e, portanto, moderna), que os mantêm afastados a partir das niveladoras perguntas “quanto você vale?” ou ainda “quanto você tem?”. A saudade e o desejo de regresso estão indiscutivelmente presentes, mas estes querem voltar diferentes, representantes do moderno através de seus novos pertences imbricados de valores concretos e abstratos e, sobretudo, vitoriosos no mundo metropolitano onde o ser e o viver são “para fora”, ou seja, voltados para as aparências e para o tempo que é calculado, quantitativo, egoísta. Por isto voltam mais brancos, mais fortes, como se trabalhassem em escritório, com dinheiro no bolso, “cheio dos critério”, expressões colhidas não apenas no depoimento de Martinho, mas nos relatos de outros homens e mulheres maranhenses ouvidos. O “lugar que não é da gente” também faz parte de sua formação identitária. Ter status na “nossa terra” é ter incorporado valores e símbolos do moderno. “Parecer moderno, mais do que ser moderno. A modernidade se apresenta, assim, como a máscara para ser vista. Está mais no âmbito do *ser visto* do que no *viver*” (grifos meus) (Martins, 2000: 39). Ou seja, o “viver” do camponês do interior maranhense que migra sempre será “não moderno”, ainda que sua corporalidade denuncie um hibridismo de culturas. No entanto, sua existência é indiscutivelmen-

te parte da *modernidade*, uma vez que, sob uma perspectiva econômica, sua força de trabalho sustenta o setor sucroalcooleiro e, portanto, o luxo e a riqueza do mais moderno estado do país. Neste “jogo da sociedade”, o trabalhador migrante mais perde do que ganha, mais é explorado do que explora as oportunidades da modernidade.

O migrante que está na cidade há mais tempo, por sua vez, protege-se munido de uma memória seletiva: nem tudo fica guardado ou registrado. Assim, “se esquecem” dos preconceitos que já sofreram ou sofrem (e que ainda estão tão vivos nas lembranças dos sazonais), e procuram lembrar-se dos grupos a que estão associados, que na maioria das vezes é o seu próprio bairro. Entre violências simbólicas e estigmas, o migrante vai percebendo, aos poucos, que os laços sociais que separam e hierarquizam os indivíduos podem também uni-los. Migrantes temporários continuamente sofrem e se fecham em seus universos particulares e protegidos. Migrantes permanentes já sofreram muito, mas aos poucos fazem de Guariba sua morada, e ultrapassam os limites de seus universos, que ganham as casas, as ruas e os bairros periféricos que os circundam. Aprenderam aos poucos que o modo de vida camponês, que mantinham em suas terras natais, pode também ser reproduzido na “moderna” cidade paulista, a partir de um espírito comunitário construído entre os iguais. Guariba nada mais é que diversos círculos, espaços sociais que eventualmente comunicam seus extremos (Bourdieu, 1989). Espaços sociais que quando se encontram, se misturam ou se chocam, compartilham uma repulsa, que não advém apenas do grupo nativo, mas também do grupo “de fora”. Se o nativo deseja que o “de fora” não vá ao centro (o espaço social nativo), o “de fora”, por sua vez, evita ir ao centro e prefere manter-se nos espaços sociais que considera seu por direito, como o Bairro Alto.

Mas e os filhos dos “de fora”? A se-

gunda e a terceira geração dos migrantes já nasceram em Guariba, e construíram suas identidades a partir dos modos de vida paulistas, guaribenses. Nem sempre aceitam que exista algum espaço social na cidade que não seja seu por direito, afinal, eles são parte constituinte da mesma, e nem sempre compartilharam ou presenciaram o modo de vida camponês de seus pais e avós. No entanto, são incorporados em uma mesma, injusta e contraditória relação dialética: são impreterivelmente os “de fora”, mesmo que guaribenses natos, porque são negros e pardos, pobres ou moradores do Bairro Alto. É preciso tomar consciência de que esta “ausência” de identidade entre a segunda e a terceira geração de migrantes tem sérias conseqüências, como a participação deste grupo em atos de violência, discutida acima. Assim, a ideologia nativa, que estigmatiza este grupo *anacrônico*, que não consegue fazer parte do tempo e do espaço guaribenses e que nunca é considerado “nós”, pode estar, com a sua violência simbólica, incitando uma violência real.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou chamar a atenção para os diversos aspectos da sociedade guaribense, capaz de oprimir e marginalizar os migrantes nordestinos que há décadas fazem parte de sua figuração social. Comumente conhecidos como *excluídos*, nsa verdade estão absolutamente *inseridos* nos processos de produção capitalista, como também nas relações sociais e culturais das cidades-dormitórios, onde procuram a sobrevivência. No entanto, em ambos os casos, estes trabalhadores migrantes estão em desvantagem: como já sabia Rosa Luxemburgo há pelo menos um século, para eles sobram os serviços pesados e os estigmas, típicos das sociedades capitalistas.

* **Andréa Vettorassi é mestrandanda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar e Bolsista CNPq.**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, P.
(1989) *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel.
- COSTA, M. C. S.
(1993) “Entre o Rural e o Urbano”. In: *Travessia – Revista do Migrante*, nº 15, Janeiro-Abril.
- D’INCAO, M. C.
(1983) *Bóia-fria: acumulação e miséria*. São Paulo: Vozes.
- ELIAS, N., SCOTSON, J. L.
(2000) *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- GOFFMAN, E.
(1988) *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: LTC.
- MARTINS, A. L.
(1996) *Guariba - 100 anos: 1895 – 1995*. São Paulo. Prefeitura Municipal de Guariba.
- MARTINS, J. S.
(2000) *A Sociabilidade do Homem Simples*. São Paulo, Hucitec.
- MARX, K; ENGELS, F.
(1984) *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Hucitec.
- MENDES, A. M.
(1997) *O Conflito Social de Guariba 1984-1985*. Dissertação (Mestrado em História) – Unesp, Franca.
- MORAES SILVA
(1993) “As Cidades dos Bóias-Frias”. In: *Travessia – Revista do Migrante*, nº 15, Janeiro-Abril.
- MORAES SILVA
(2001) “A Terra do Imaginário dos Migrantes Temporários”. In: *História Oral*, nº 4, São Paulo. P. 103-120.
- MORAES SILVA
(2005) “Contribuições Metodológicas para a Análise das Migrações”. In: DEMARTINI, Z. B. F. & TRUZZI, O. (Orgs.) *Estudos Migratórios: perspectivas metodológicas*. São Paulo: EDUFSCar.
- NOVAES, J. R., ALVES, F.
(2002a) *Guariba – 1984* (vídeo). São Paulo: FERAESP, UFRJ e UFSCar.
- NOVAES, J. R., ALVES, F.
(2002b) *A Memória em Nossas Mãos* (vídeo). São Paulo: FERAESP, UFRJ e UFSCar.
- THOMPSON, E. P.
(1998) *Costumes em Comum*. Companhia das Letras, São Paulo.
- ZALUAR, A., LEAL, M. C.
(Fevereiro de 2001) “Violência Extra e Intramuros”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, nº 45.

NOTAS

- 1 - Guariba tem em torno de 31.085 habitantes, de acordo com o Censo IBGE (2000).
- 2 - De acordo com os dados por setores censitários do IBGE (2000), 30% dos domicílios do Bairro “Alto” abrigam de 5 a 9 moradores. Em pelo menos 6 casas do bairro não há água canalizada. Em 3 delas não existe nenhum tipo de banheiro ou sanitário; 7 escoam seus esgotos em fossa rudimentar; 20% dos moradores com 5 anos de idade ou mais são analfabetos. Estes dados seriam ainda mais agravantes se o Censo incluisse na pesquisa os migrantes que vivem há menos de 1 ano na cidade, como também as pensões que os abrigam. São ao todo 885 pessoas residentes no Bairro “Alto”, uma média de 4 pessoas por domicílio.
- 3 - De acordo com a mesma matéria publicada no Caderno Folha Ribeirão, da Folha de São Paulo, no dia 9 de maio de 2004. Na época, a secretária da Educação de Guariba não quis se manifestar sobre a ausência do levante no currículo das escolas (p. G1).
- 4 - Dentre as melhorias, destacamos: transporte gratuito até o trabalho; fornecimento de ferramentas pelos empregadores (facão, luvas e tornozeleiras); pagamento dos dias em que não trabalham por imprevistos (como chuva); carteira assinada.
- 5 - A década de 90 foi escolhida por ter sido marcante para os migrantes de Guariba, já que é neste período que se inicia o processo de mecanização do trabalho rural e entra em vigor a Constituição de 88, que proíbe o trabalho de menores de idade no corte da cana, fato este que diminui a oferta de emprego para os jovens pertencentes em especial à segunda geração de migrantes. Além destes fatores, é neste momento que a greve de 84 está mais presente na memória da comunidade guaribense.
- 6 - No mês de julho de 2004, foram registrados na delegacia da cidade 120 termos circunstanciados (crimes de “menor potencial excessivo”, como xingamentos, por exemplo). Em Monte Alto, cidade com 10.000 habitantes a mais que Guariba e sua vizinha, foram registrados no mesmo período 174 termos circunstanciados. Destes termos, poucos se tornam inquéritos e é ainda menor o número dos que se tornam processos criminais.
- 7 - Quando por exemplo voltam de boné, “rayban” e celular, bens materiais típicos do modo de vida paulista e, portanto, do “moderno”. Aqui existe uma dupla associação do tradicional e do moderno.
- 8 - Vila do interior do Maranhão, próxima à cidade de Codó, tem intenso fluxo migratório para Guariba.
- 9 - Em Morro Branco não há água canalizada e nem asfalto nas ruas e estradas de acesso. Porém, existe energia elétrica, e na casa de “Fogoso”, único morador da cidade que já tem televisão, toda a comunidade se reúne no fim do dia para assistir à novela das 21 horas (informações colhidas através das entrevistas).

MIGRACIONES, ESPACIOS URBANOS Y HOSPITALIDAD

Juan de la Haba*
Enrique Santamaría**

Las migraciones internacionales que tienen hoy por destino la geografía hispana nos han llevado a replantearnos, entre otras cosas, las relaciones que los seres humanos mantenemos con y en las ciudades contemporáneas. En éstas, la heterogeneidad sociocultural no sólo se ha convertido en un tema de interés y debate público, sino que constituye un principio organizativo básico. Con ello no queremos decir que aquella sea una novedad propia de las actuales metrópolis, pues, somos conscientes de que es consustancial a la morfología de la ciudad, sino que aquí queremos ceñirnos específicamente a esos entornos urbanos que hoy tienden a calificarse de “multiculturales”, principalmente a partir de la presencia y circulación de una amplia gama de migrantes extranjeros que son distinguidos — por ambigua y problemática que sea esta distinción — de la denominada población autóctona.

En estas páginas, queremos ocuparnos de esa antigua institución que es la hospitalidad en relación con las migraciones y los espacios urbanos; una institución que, a lo largo de la historia ha trabajado de manera diversa, aunque muy frecuentemente reducida a la condición de mera virtud, “el interior de la sociedad como una fuerza corrosiva” (Schérer, 1993). Con este fin, partire-

mos inicialmente de las formas más persistentes y equívocas de representar las cuestiones urbanas en relación con los procesos migratorios, esbozaremos después una crítica de lo que hemos dado en llamar *razón espacial*, para, finalmente, apuntar algunas consideraciones sobre cómo pensar hoy en día la hospitalidad en relación con la recepción y el encuentro entre sujetos, sean estos o no “inmigrantes”.

PERSISTENTES LUGARES COMUNES

Con el fin de destacar algunas de las formas más comunes de pensar las dinámicas socioespaciales en las que están insertos “inmigrantes” y “autóctonos”, y las trabas teóricas que éstas plantean, tenemos que aludir, lo primero de todo, a esa representación predominantemente “miserabilista” y culturalista del “inmigrante”, por la que se asimila automática y acriticamente su llegada e instalación con toda una serie de problemas sociales y de desórdenes urbanísticos. Esta asociación, es obligado decirlo, se presenta anclada no sólo en el imaginario colectivo o en las representaciones mediáticas, sino también en numerosas teorías e investigaciones sociales, y, a este respecto, es del todo necesario no sólo desmenustrarla científicamente, sino,

muy en particular, inquirir por aquello que en nuestra cultura nos predispone a pensar de esta forma con tanta obstinación.

En las situaciones migratorias la distribución residencial tiende a adquirir una enorme importancia, convirtiéndose en un elemento clave a través del cual se aprehenden y, eventualmente, se solapan o reifican las relaciones sociales. En este sentido, nos parece de gran importancia poner en cuestión tanto la supuesta eficacia socializadora de las formas y de los dispositivos espaciales en sí mismos — o de su poder preventivo ante los riesgos sociales —, como también la concepción inversa del espacio como fuente de situaciones de violencia o de desintegración social. Consecuentemente, queremos referirnos a tres manifestaciones comunes de lo que denominamos *razón espacial*; esto es, de esa razón en la que lo espacial disuelve lo social, generando unos efectos de cuasinaturalización y opacidad de las dinámicas propiamente sociales.

Por lo que hace a la primera de sus expresiones, la idea fuerza de la “concentración” que suele conducir al omnipresente mitema del “gueto”, nos encontramos con una primera lectura de la relación entre espacio y heterogeneidad social en la que cualquier forma de agrupamiento espacial de los

migrantes hace reaparecer esas figuras estigmatizadas de los "submundos urbanos", tan instaladas en el imaginario contemporáneo, como son las del "enclave" y el "gueto". Sin duda, en esta asimilación de la agrupación y concentración de los migrantes a la imagen del "gueto" subyace también una concepción culturalista de los grupos considerados "impermeables" a la intercomunicación y cerrados social y culturalmente en sí mismos.

Como señalaron Jean-Claude Chamboredon y Madeleine Lemaire en su clásico estudio sobre las grandes áreas de vivienda social de la región parisina (Chamboredon y Lemaire, 1970), la mezcla residencial o la presencia en un mismo espacio de vida de poblaciones diversas no prejuzga *a priori* las modalidades efectivas de coexistencia que se originarán, las relaciones que se instaurarán entre ellas o las prácticas y representaciones que serán dominantes. Con respecto a este punto, no se insistirá nunca suficientemente en la falsa y equívoca "objetividad" de nociones como las de concentración o dispersión residencial, ni en el peligroso abuso de la noción derivada y tan deformada del "gueto" (ya sea urbano, escolar, laboral, etc.).

Un segundo obstáculo para la comprensión de las implicaciones espaciales de la heterogeneidad sociocultural radica en lo que consideramos una concepción idealizada de la hibridación cultural. Queremos hacer referencia con esto al hecho de que, especialmente, los profesionales de la gestión social y territorial, como también los mismos investigadores sociales, partimos a menudo de lo que llamaríamos el prejuicio de la "compulsión de la mezcla", prejuicio que está en estrecha relación con esa celebración, cuando no sería mejor decir fetichización, de la "diversidad cultural", del "multiculturalismo", que hace de la "mezcla" una solución. Es decir, desde esta representación de la "fusión" cultural se da por descontada la bondad y

la eficacia de la mezcla en sí misma, sobreestimándose los efectos positivos que conlleva y omitiendo las condiciones y límites que presenta. De modo que, como con harta frecuencia suele ocurrir, al acercarnos a una realidad concreta solemos sentirnos defraudados cuando lo que se constata más bien son las reservas y la rareza de los contactos, la poca densidad de las relaciones vecinales, su carácter inconsistente, formal o instrumental. Esta supuesta ausencia de relaciones humanas sostenidas, que reduciría éstas a interacciones superficiales, parece no prometer ningún proceso efectivo de "convivencia intercomunitaria", y sí, en cambio, el anuncio de una fuerte diferenciación de los territorios y de las prácticas urbanas, que acabará cristalizando, en algún momento, en la emergencia de una ciudad multicultural segmentada y dislocada.

Esta idealización social del mestizaje, que no deja de ser la réplica en positivo del tabú del "contagio", parte del presupuesto, sumamente engañoso, de que sin aquél no es verosímil, a la larga, la coexistencia sobre un mismo territorio de una diversidad de poblaciones culturalmente diferenciadas, como si en estas circunstancias no fuese posible ir consolidando vínculos sociales, todo y que estos sean débiles y efímeros; o, a la inversa, como si con el mestizaje fuera factible superar la disgregación o fragmentación del campo social.

A este respecto, cabe decir que esta retórica del hibridismo cultural, con su convención de la mezcla, no sólo nos dispensa de abordar las cuestiones más decisivas, sino que, además, impide con mucha frecuencia ver un conjunto sutil de pequeñas prácticas culturales que llamamos de *reconocimiento*, esto es, prácticas de hospitalidad, solidaridad o ayuda mutua, que pueden estar presentes pese a las reservas, indiferencias y distancias recíprocas. En este punto, es menester agregar que no toda *superficialidad* es degradante. La

constatación de la trivialidad de las interacciones en las distintas esferas de sociabilidad urbana no debe evaluarse forzosamente, aunque de hecho así suele hacerse, como un hecho negativo o como mero síntoma de una situación problemática. Tengamos en cuenta que detrás de la indiferencia, no negaremos que real, hay también muchas veces, como nos advierte Pierre Mayol (1990), un incansable trabajo de curiosidad.

Por último, queremos llamar la atención sobre esa otra manifestación de la razón espacial en la que, a través del predominio entre proyectistas, operadores y promotores inmobiliarios (ya sean estos públicos o privados) de consideraciones y dispositivos técnicos, incluso estéticos, la planificación urbana deja de ser concebida como un proceso social. Junto a este oscurecimiento tecnocrático y estetizante de las relaciones sociales y/o del conflicto social en el espacio, se sostiene, una confianza injustificada y obstinada en la función del diseño urbano o en las virtualidades de un *medio arquitectónico estético o artístico* al objeto de edificar mundos urbanos con relaciones innovadoras, de construir lugares públicos significativos, de "infundir vida" a un espacio habitado o de crear una cultura cosmopolita común. Así, de su campo de acción suele desaparecer toda consideración a los moradores como *sujetos locales*, coproductores del espacio y sus lugares, haciendo de ellos meros consumidores espaciales. Se excluye, pues, en el proceso de construcción de lugares, la parte que le corresponde a la deliberación, sea ésta más o menos conflictual; o, lo que viene a ser lo mismo, se ignora que ese proceso está sometido a factores sociales y elementos de contexto que no pueden ser dominados de forma completa por los arquitectos o urbanistas, como es, entre otros, la actividad social y la práctica cultural de los sujetos locales que los ocupan y que, en definitiva, son las que los dota de un valor y un significado pú-

blico.

En definitiva, y tras todo lo dicho, podemos considerar que la inscripción en el espacio físico de las relaciones sociales, su expresión en forma de *lugares*, posibilita que queden oscurecidas las dimensiones propiamente sociales a favor de explicaciones espontáneamente sustancialistas y reduccionistas. En otras palabras, el espacio construido y heredado puede tener la virtualidad de *retraducir* el espacio social, pero siempre de una manera más o menos *turbia* o confusa, produciendo un efecto de naturalización de las realidades sociales o, por decirlo con un giro de Pierre Bourdieu (1993), generando unos "efectos de lugar".

¿SE PUEDE HABLAR DE ESPACIOS HOSPITALARIOS O INHÓSPITOS?

Para esta pregunta Georg Simmel ya nos adelantó una respuesta. En efecto, Simmel, además de sostener la idea de que "*el espacio es una forma que en sí misma no produce efecto alguno*", nos advertía de que, por evidente que pueda parecer, no son las formas de la proximidad o de las distancias espaciales las que producen los fenómenos de la vecindad y la extranjería, de la hospitalidad o la hostilidad (1986: 644). Por consiguiente, no sería posible hablar de espacios segregadores ni de lugares hospitalarios o inhóspitos, sino, que de lo que verdaderamente habría que hablar es de *usos* segregadores o *usos* y *ocupaciones* hospitalarios del espacio. Pero detengámonos un poco más en la cuestión.

La primera experiencia compartida que tienen los diversos grupos que residen en un mismo territorio es precisamente su inscripción territorial; o sea, su ubicación en el orden de las coexistencias posibles que se realizan en los lugares. Esto puede parecer obvio, pero sin duda contiene innumerables consecuencias. En la medida en que, con

su contigüidad física, los individuos participan de un lugar común, la regulación de sus relaciones e interacciones, *no siempre intencionales* pero sí obligadas, pasa por una adecuación de los diversos usos del espacio o, más específicamente, de la situación de vecindad y del barrio como unidad de cohabitación. En el caso de los procesos migratorios, esto se expresa precisamente, al menos en las primeras fases, en un incremento de la importancia de los dispositivos espaciales en las relaciones sociales y en la formación del orden social local, lo que, eventualmente, puede llevar a una mayor proyección de los desacuerdos o puntos de fricción sobre alguna región del espacio urbano; esto es, a que el conflicto social se vea traducido, turbia o soterradamente, en conflicto espacial.

Planteado de esta manera, el discernimiento de las diversas lógicas de espacialización de la diversidad y de la distancia sociocultural aparece como una tarea compleja. A este propósito habría que contemplar un conjunto variado de aspectos sociourbanísticos, pero, en este punto, el tratamiento de los *espacios públicos* nos parece de relevancia suficiente como para requerir una atención más específica en tanto que nódulo fundamental en la intersección entre espacio y heterogeneidad social. En el espacio público, como lugar principal de la gestualidad social, se explora y ensaya la sociabilidad y la identificación, con todas sus posibles derivaciones culturales, políticas, etc. Pero, por otro lado, es un espacio socialmente determinado y, por ende, asimétrico y jerarquizado en su conocimiento, accesibilidad, movilidad o apropiación. El uso y control del espacio es, así, un atributo social minuciosamente estratificado. Los individuos y los grupos no disponen de un acceso igual a la presencia o a la localización, y, en consecuencia, en sus usos y representaciones dejan patentes sus capacidades diferenciales de apropiación

y de codificación del espacio urbano.

En los entornos urbanos, la constitución de (auto)dominios específicos (incluso marcados "étnicamente") es un modo inmediato de acomodación del que disponen los grupos que cohabitan en situación de heterogeneidad sociocultural. En estos contextos, la afirmación identitaria sobre el espacio público, sobre sus objetos y referentes físicos, no debe ser interpretada de forma unívoca como una negación de la coexistencia, sino más bien como un reflejo de las distancias sociales o culturales, y sobre todo como un modo — variable, inacabado y sujeto a permanentes reformulaciones o compromisos — de gestión de los alejamientos y reconocimientos socioculturales. En ella se contiene ante todo una pugna por regular y controlar la visibilidad, la ocultación o el anonimato propio y, eventualmente, la existencia/inexistencia de los otros.

A modo de ilustración de lo que estamos diciendo, podemos referirnos al hecho de que la mayor parte de los conflictos que en el territorio español han sido calificados como "interétnicos" y cuya interpretación, en lo fundamental, ha sido reducida a la condición de "brotes de racismo y xenofobia", han tenido en común, precisamente, su focalización sobre el espacio, o lo que es lo mismo, han "estallado" inicialmente a partir de una disputa por la definición y apropiación de determinados lugares urbanos. Digamos que, principal, pero no de manera exclusiva, de plazas o parques. En estos casos, puede verse, aunque no podamos redundar demasiado en ello, cómo el territorio llega a adquirir una enorme fuerza simbólica; cómo deviene un signo con el que operan unos y otros sectores — nunca reducibles, es fundamental no olvidarlo, a la polaridad "inmigrantes"/"autóctonos"— de cara a realizar, sobre el espacio urbano objetivado, sus intereses, apuestas o posiciones sociales. Estos acontecimientos muestran,

además, el hecho de que la proyección espacial que se hizo de cada conflicto oscureció la percepción de otros componentes sociales determinantes de los antagonismos y enfrentamientos, de modo que, de una u otra forma, lo espacial vino a diluir y reificar lo social, al mismo tiempo que esa opacidad le devolvía al espacio la apariencia de realidad sustancial.

De este modo, lo acontecido, por ejemplo, en los barrios de Aravaca y de Ca n' Anglada, dos barrios que han pasado a ser emblemáticos de la geografía del racismo en España, aunque sea de naturaleza diferente, nos puede servir para comprender algunas de estas cuestiones. Así, una de las conclusiones que se extrae del análisis de Gladys Nieto y Adela Franzé (1997) en torno a las hostilidades vecinales generadas por las «concentraciones» de mujeres dominicanas en la Plaza de la Corona Boreal, en Aravaca, es que lo que se trataba de presentar, de reducir y de estigmatizar como una «cuestión inmigrante» asociándose la presencia de las dominicanas con la suciedad, el tráfico de drogas, la prostitución, la exhibición sexual o el ruido, era un antagonismo que tenía ciertamente un alcance mucho mayor y en el que se solapaban muy diversas cuestiones, relacionadas con el hecho de que Aravaca ha ido ocupando una posición de prestigio en la estructura social urbana de Madrid, al haberse transformado en una zona de atracción para las clases medias altas y de construcción de lujosos edificios de apartamentos a principios de los 90 para reemplazar los viejos edificios del centro histórico. A este respecto, no deja de ser muy iluminador el hecho de que una de las demandas que el vecindario formulaba durante el conflicto en torno a «la plaza», a su «invasión» por parte de las inmigrantes, fuese su separación de Madrid, para agregarse al colindante municipio de Pozuelo, una de las zonas más reputadas del área metropolitana

madrileña.

Por su parte, los problemas vecinales de Ca n' Anglada, un barrio popular de la ciudad catalana de Terrassa, darían testimonio de cómo su reinterpretación en términos de aliedad, de radical alteridad, en la que el *inmigrante extranjero* es percibido y representado con rasgos amenazantes — en lo sustancial a través de su notoria presencia física y su alta movilidad por los espacios de interacción, como, en este caso, la popularmente llamada «Plaza Roja» — conduce a encubrir aspectos más fundamentales y anteriores en el tiempo, como el deterioro de las solidaridades de clase producido por la fragilización de las relaciones de trabajo, después de importantes transformaciones del empleo en la industria metalúrgica de la zona, y el debilitamiento de las tramas relacionales y la pérdida de capacidad de control sobre un espacio habitable; aspectos estos que habían caracterizado la cultura obrera de un barrio nacido al albur de la inmigración de los años 60 y 70, procedente en este caso de las otras zonas de España.

Hagamos un breve inciso en este punto para señalar que estas formas de escenificación de la «diferencia cultural» llevan además a oscurecer la acción de un principio de división que nos parece más fundamental y que es aplicado de forma indistinta y más versátil, según los contextos, a muy diversas categorías sociales, y no sólo a las que tienen otros orígenes «nacionales» u otras referencias «étnicas» que implicasen, supuestamente, una «alteridad cultural»: nos referimos a la oposición, ya sugerida por Norbert Elias (1965), entre los «antiguos» y los «nuevos» vecinos — «los de toda la vida» y los «recién instalados» —; esto es, al *tiempo* como dimensión fundamental de división y cualificación social.

La localización, la movilidad, el desplazamiento se convierten, pues, en ámbitos principales de proyección de

ciertos conflictos y hostilidades sociales, y también de ocultamiento de otras apuestas y otros principios de división. En todo caso, el estudio de las interacciones urbanas en condiciones de multiplicidad y efervescencia sociocultural debe evitar que el origen «étnico-cultural» devenga una verdadera categoría social e intelectual en sí. Que se convierta en un principio explicativo en lugar de aquello que debe ser explicado, favoreciendo así una percepción y una categorización dicotómica («autóctonos»/«inmigrantes») que, en el mejor de los casos, lleva sólo a focalizar la mirada sobre los problemas de cohabitación entre «comunidades», a interpretar la agregación y la cualificación «nacional» o «étnica» del espacio como manifestación de una lógica diferencialista. Lo que, como hemos señalado, impide captar la diversidad y complejidad de las situaciones urbanas así como comprender los envites, las contradicciones y las luchas heterogéneas pero propiamente sociales que se desarrollan tanto en el interior del campo «inmigrante» como en el «autóctono».

A todo esto hay que añadir que, para acabar de completar estas disquisiciones nos falta tomar en consideración lo relativo a la coexistencia y connivencia. Efectivamente, hasta ahora nos hemos venido centrando en el hecho de que coincidir, compartir y a la vez pugnar por un mismo lugar de vida lleva a cada grupo a desarrollar prácticas relacionales de distinción y distanciamiento; ahora bien, no pueden ignorarse otras prácticas complementarias de reconocimiento, de conciliación, de negociación, a veces extremadamente sofisticadas, sutiles, de cara simplemente a hacer posible y aceptable para todos la vida en común, y ello a pesar de la heterogeneidad de las trayectorias sociales y los referentes culturales de unos u otros. Al respecto, en los espacios de vida se impone un *savoir faire* de la coexistencia indeterminado e inevitable a la vez. Con

el fin de comprender mejor estas prácticas, sería oportuno retomar la noción de *táctica*, elaborada por Michel de Certeau (1990), y englobar en ella todo un conjunto diverso de prácticas culturales de hospitalidad, de intercambio y de reconocimiento — las cuales no evitan la acción paralela e incluso entre los mismos actores, de otras formas de competencia, de distanciamiento o desconocimiento — entre aquellos que cohabitan e interaccionan en un mismo espacio social. Se podría afirmar a este respecto, y por usar términos del mismo autor pensados para otros propósitos, que hay una *creatividad oculta, dispersa, táctica y transitoria de las gentes ordinarias* y en los espacios más corrientes en cuanto a las prácticas de hospitalidad y reconocimiento, unas astucias cotidianas, triviales, silenciosas, a veces furtivas, pero eficaces, al lado de las técnicas de dominio sobre las diversas regiones del espacio, que es necesario desvelar.

Como ya hemos evocado anteriormente, tal vez se trata de comprender que las relaciones vecinales y ciudadanas no siguen tanto una lógica de “profundización” como de aproximaciones sucesivas y discontinuas y, sobre todo, de *intercambios* materiales y simbólicos, banales pero imprescindibles para la “economía social” del lugar de vida, o para, digámoslo así, la “economía del reconocimiento”, que establecen de una forma variable, cambiante, los distintos grupos que concurren en un mismo espacio. Con ello lo que estamos proponiendo es que la temática de la heterogeneidad urbana sea reformulada en términos de una problemática de las *transacciones sociales*, que diría Jean Remy (1998), y de las transacciones en su interacción con los atributos del espacio urbano; problemática donde situaríamos los temas propios de la coexistencia como son la hospitalidad, la distancia, la reserva o la hostilidad, entendidas éstas como categorías sociológicas.

LA HOSPITALIDAD: UNA CATEGORÍA SOCIOLÓGICA

Llegados a este punto, nos parece del todo oportuno introducir, aunque sea de manera incidental, algunas consideraciones en torno a la noción de hospitalidad, para poner de relieve que los diversos significados de los términos “hospitalidad” y “hospitalario” parecen relacionar el espacio y la protección, o lo que es lo mismo, la idea de proveer un lugar de recepción (de alojamiento, cobijo, acogida) y la de procurar una tutela (o sea, amparo, seguridad, generosidad). De una manera o de otra, históricamente la hospitalidad se ha asociado con la necesidad de disponer un *espacio protector* para el otro. Por esta razón, consideramos de sumo interés explorar la hospitalidad como una categoría sociológica, así como la estructura social de la hospitalidad, para restituírle un carácter de hecho público. Esto requiere poner en obra una aproximación socioantropológica a las prácticas relacionales y transaccionales de hospitalidad y de solidaridad — en general de lo que llamamos las diversas figuras culturales del reconocimiento social —; una aproximación que las considere como un atributo de las estructuras sociales y no meramente como acciones espontáneas, arbitrarias o simplemente ejemplares de las consciencias individuales. Indiquemos, además, que, desde esta perspectiva, la hospitalidad y las otras figuras del reconocimiento tampoco se limitan de forma exclusiva a la dimensión sociojurídica, con su entramado de derechos y deberes relativos tanto al hospedante como al huésped. De manera que, a nuestro modo de ver, pertenecen a esas prácticas culturales, por comunes o triviales que sean, en las que se puede encontrar una articulación entre el juego de las estructuras y el juego de las acciones sociales. Cabe, pues, conside-

rar que la hospitalidad es, socioantropológicamente hablando, un acto cultural, una creación sociohistórica, y, por ende, la cuestión a interrogar no es la de ser o no hospitalarios, sino cuáles son los gestos, los códigos e instituciones que expresan y vehiculan la hospitalidad en cada tiempo y lugar.

En este sentido, y para no extendernos más de lo debido, concluiremos con dos pequeños corolarios. En primer lugar, y con relación al espacio objetivado, nos parece importante reafirmar la proposición que se enunció al principio: no cabe hablar de espacios hospitalarios o inhóspitos en sí, sino que partiendo siempre de la idea de *proceso social*, habrá que pensar en términos de *usos y ocupaciones* hospitalarias o inhóspitas del espacio urbano. Y las condiciones de posibilidad de los usos hospitalarios y protectores radican prioritariamente en la capacidad política de *control* que sobre su hábitat, sus lugares y sus viviendas, sobre los procesos constructivos y urbanos, tienen los habitantes y los usuarios — capacidad limitada o anulada por los obstáculos de la propiedad, la financiación, la legislación y la autorización, etc.—, que no con el diseño territorial, artístico o arquitectónico de los mismos. De este modo, en materia de *arte de habitar* tenemos que referirnos más a las exigencias políticas que a los criterios técnicos o estéticos que recubren la lógica de la producción y el consumo del espacio.

Por otro lado, y situándonos en un registro más general, pensamos que la hospitalidad no resuelve la cuestión de la distancia. A este respecto, conviene no ignorar la ambigüedad sociopolítica constitutiva de la figura del “huésped”: la permanencia en la condición de huésped implica que su extrañeza continúa en vigor de modo indefinido, a veces, imperativo, que certificamos la insularidad de su diferencia o que lo

recluímos en lo que G. Simmel (1986) llamaba la interinidad del llegar y el marchar. No obstante, y como contrapunto, las leyes de la hospitalidad nos impelen a acoger y proteger al huésped sin despojarle de su extrañeza o exculparle de esa peculiaridad. Desde luego, la categoría de hospitalidad no puede tomarse como fórmula de inteligibilidad ni como alternativa a los dilemas planteados por la dialéctica de las desigualdades, de lo plural y lo singular o de lo propio y lo extraño. Conscientes de sus ambigüedades y asimetrías, sin embargo, no por ello es despreciable hoy, frente, por ejemplo, a las atrocidades y sinsentidos de las leyes de extranjería que en tantos países suponen un menosprecio de la razón y la dignidad de los seres humanos. Pero, más aún, lo que nos interesa subrayar ahora es el valor de las formas de la relación con la especificidad de los otros o con la extrañeza — y a veces con la contrariedad — de la vida, como revelador crítico del carácter real de una sociedad. A este propósito, el tema de la hospitalidad implica una reflexión básica sobre el vínculo social y sobre el trato que en una época o en una sociedad se dispensa a las personas. Si el vínculo social, en cualquier sociedad, se sustenta en el reconocimiento de la limitación y la necesidad mutua — aunque desigual —, entonces pensamos que son muy oportunos los análisis de Richard Sennet (1991) que muestran cómo las verdades más inconcusas e inflexibles del actual orden social “flexible” tratan la dependencia y la indefensión como condiciones vergonzosas y vergonzantes. El capitalismo, en tanto que economía política, socava las formas de hospitalidad, en la medida en que denigra toda figura de la dependencia y la complementariedad entre individuos ante la necesidad mutua. Así pues, el principio de la hospitalidad se contrapone hoy a las diatribas sobre el “parasitismo social” que laten en el cuestionamiento de los derechos y los sistemas de

protección social, o dicho de otro modo, en la producción de lo que Robert Castel (2004) ha dado en llamar certeramente “inseguridad social”.

En resumidas cuentas, lo que estamos tratando de proponer no es una aproximación a la hospitalidad en tanto que gesto o forma de contacto entre extraños, pues eso no sería más que un remedio pobre para situaciones sociales complejas, sino la relación de hospitalidad considerada como un vínculo que emerge en el juego de inclusiones y distancias, de dependencias y sagaces silencios, de obligaciones y asimetrías, de autonomías y mutualidades, y que vale como modelo para una estructura social que requiere estar capacitada objetivamente para establecer una sólida relación social en la que la consideración seria de las necesidades de los extraños sea posible junto a la voluntad o el interés por seguir permaneciendo extraños.

Acabemos, pues, este pequeño artículo planteando, con palabras de nuevo tomadas de René Schérer, y a modo de programa de investigación, toda una serie de interrogantes sobre esta institución social intersticial que es la hospitalidad: “¿Quién en nuestros días ofrece hospitalidad? ¿Quién está en condiciones de ofrecerla y a quién? ¿Qué lugar ocupa en la vida contemporánea: el centro o los confines? ¿Es la primera de las inquietudes cotidianas, organizadora de un modo de vida, o es un lujo episódico que algunos pueden ofrecerse y ofrecer? ¿Un accidente de la existencia, cuando no es gravosa, o algo que descargamos en instituciones especializadas?”.

* **Juan de la Haba es profesor de la Facultad de CC PP y Sociología en el Centro Asociado de la UNED de Terrassa. Miembro del Grupo de Investigación en Antropología y Sociología de los Procesos Identitarios (ERAPI), del Instituto Catalán de Antropología.**

** **Enrique Santamaría es profesor en el Dep. de Sociología de la**

Universidad Autónoma de Barcelona (UAB) y miembro del Grupo de Estudios sobre Inmigración y Minorías Étnicas (GEDIME), de dicho departamento. Miembro del Grupo de Investigación en Antropología y Sociología de los Procesos Identitarios (ERAPI), del Instituto Catalán de Antropología.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre
(1993): «Effectes de lieu», en P. Bourdieu (dir.), *La Misère du Monde*, Paris: Seuil.
- CASTEL, Robert
(2004): *La inseguridad social. ¿Qué es estar protegido?*, Buenos Aires: Manantial.
- CHAMBOREDON, Jean Claude et LEMAIRE, Madeleine
(1970): «Proximité spatiale et distance sociale. Les grands ensembles et leur peuplement», *Revue française de sociologie*, vol. 11, Paris.
- DE CERTEAU, Michel
(1990): *L'invention du quotidien 1. Arts de faire*, Paris: Gallimard.
- ELIAS, Norbert
(1965): *The Established and the Outsiders*, London: Sage Publications.
- MAYOL, Pierre
(1990): «Habiter», en Luce Girad et Pierre Mayol, *L'invention du quotidien 2. Habiter, cuisiner*, Paris: Gallimard, pp. 11-146.
- NIETO, Gladys and FRANZÉ, Adela
(1997): «Social Conflict and Urban Space. The Plaza de la Corona Boreal», *Current Anthropology*, vol. 38, nº 8.
- REMY, Jean
(1998): «La transaction sociale, forme de sociabilité et posture méthodologique», en M.-S. Freynet, M. Blanc et G. Pineau (dir.), *Les transactions aux frontières du social*, Lyon: Chronique Sociale.
- SCHÉRER, René
(1993): *Zeus hospitalier. Éloge de l'hospitalité*, Paris: Armand Colin.
- SENNETT, Richard
(1991): *La conciencia del ojo*, Barcelona: Versal.
- SIMMEL, Georg
(1986): *Sociología. Estudios sobre la forma de socialización*, vol. II, Madrid: Alianza.

OS SEM - CASA

Sua Cidade e Sua Arte

Elaine Pedreira Rabinovich *

A morte do espaço público, declarada por Sennet (1979), ocorreu concomitantemente às ruas serem transformadas em passagens. As ruas tornaram-se meios de deslocamento e perderam uma significação própria.

Assim, pode-se dizer que o público se tornou o fundo ou o palco para o "íntimo". Em uma sociedade "intimista", o indivíduo se torna marcado por uma psicologização do ser social e por uma ausência de uma vida significativa que decorra de um meio distinto da esfera do eu. Tal ausência leva-o a perder o poder do brincar, necessário para que se realize como pessoa: tal indivíduo, segundo esse autor, torna-se assim um "artista privado de arte".

Em tal espaço público, a casa pode ser dita representar o íntimo. Serfaty-Garson (2003) enfatiza: as práticas do morar são uma questão de cultura e, na sociedade ocidental, devido à obsessão pela segurança e à segregação das classes sociais, o *chez-soi* ou o sentimento de lar, – a casa – passaram a representar os territórios da intimidade.

Os sem-casa moram nas ruas, no público, sem casa ou em simulacros de casa. São chamados pela sociedade instalada em moradias convencionais de "bárbaros", em uma recuperação de sentidos antigos a ela atribuídos: bárbaro tanto significa, etimologicamente, o que fala mal, balbucia,

quanto nômades que abandonaram seu território de origem e movimentavam-se sobre qualquer território como se fosse deles, sempre prontos para abandoná-los (Eco, 1987).

Os sem-casa vagam pela cidade, ocupando suas "franjas", "fronteiras" ou "limites". Sua existência é definida por uma cidade que não ocupa sua "res" pública, tornando-a terra "de ninguém".

Em um curto período de tempo, surgiu uma nova categoria de cidadãos "nômades" moradores na/da rua. Este nomadismo pode ser visto como uma reprodução especular da própria sociedade no seu lado "invisível", aproximando-os, deste modo, de certas manifestações da arte contemporânea.

OS SEM-CASA DE SÃO PAULO

São quatro os modos de morar na rua em São Paulo: *selvagem*, *assentado*, *caverna* e *nômade*, posteriormente sendo acrescido mais um: *neo-nômade*.

Selvagem foi a auto-denominação de um morador de rua que disse morar em uma selva, onde todos são selvagens, cada um de uma tribo, todas inimigas entre si. Esse modo de morar na rua não constrói simulacros de casa: geralmente do sexo masculino, vive só ou em grupo, trabalhando em trabalhos eventuais.

Assentados são moradores de rua

semelhantes a favelados. Constroem casas sob os viadutos, de compensado e outros materiais sucateados. Colocam portas com trancas nas "moradias", podem ter vários cômodos, instalações rudimentares de água e sanitários. Neste tipo, foram encontradas famílias, mas também grupos de adultos co-habitando de modo organizado. Podem realizar trabalhos estáveis, como faxineiro e porteiro. A diferença entre favelados e assentados reside em que o assentado nunca poderá vir a ser um favelado, isto é, receber melhorias da Prefeitura. Têm conhecimento de sua situação "i/legal", o que torna instável a sua instalação no local. Há agrupamentos de assentados, localizados sob viadutos, computados no Censo como favelados. As casas de assentados podem estar muito bem decoradas, contando com rádios, Tvs, geladeiras, etc, além de quadros, vasos, cortinas. A decoração pode ser também externa, através de pinturas ou objetos destinados a este fim.

Moradores dentro das estruturas dos viadutos foram denominados de *caverna*. Tendiam a ser mais estáveis, como os assentados, a constituir famílias e a ter trabalhos mais estáveis. Havia cavernas sob o Minhocão, por exemplo, ocupadas por homens que trabalhavam, geralmente, com carrocinhas. Havia cavernas com uma condição de habitabilidade razoável quanto ao espaço, vista panorâmica, ausência de vizinhança, luz elétrica,

jardins à porta, divisórias para os cômodos. Apresentavam como condições negativas: a falta de luz natural e a presença de animais e insetos, combatidos através de inseticidas. Havia cavernas bem decoradas, limpas. Encontramos um morador que construiu um serviço rudimentar de água. Instalou uma caixa d'água com encanamento para uma pia na cozinha e para o chuveiro e privada no banheiro. Da pia e do banheiro saía um cano de esgoto desaguando na sargeta. A água seria trazida para a caixa d'água através de baldes e comprada de um posto de gasolina próximo. Este morador tinha esculpido um caminho no morrinho que conduzia à entrada da casa, ornado com plantas. No alto do caminho, estava um cachorro com sua casinha e um portão. Ele fizera um puxado onde estava instalada a cozinha que dava para um amplo quarto/sala, com iluminação natural, em perfeita ordem e asseio, decorado com cama, mesa, armário, etc. Em um quarto contíguo e interno, sem qualquer iluminação, estava preparado um cenário para uma festa de aniversário, consistindo de fileiras de bandeirinhas feitas de papel

jornal. Era um pedreiro que contou ter optado por viver deste modo.

Nômade foi a denominação dada a moradores que “encenam” a casa sob os viadutos, na ausência de paredes fixas. A casa era construída e mobiliada a partir de material sucateado coletado no lixo. Permaneciam pouco tempo no local, o tempo que a Prefeitura o permitisse. Podiam ser pessoas vivendo sós ou em grupos, geralmente homens, mas podendo haver casais. Iniciavam a “casa” pelo quarto, o local de dormir: colchonetes forrados com papelão ou jornal; acrescentavam a “cozinha”, um fogão feito de pedras de paralelepípedo e grelha, com móveis coletados do lixo que iam se agregando como mesas, armários, etc; em seguida, podiam criar “salas”, com sofás, cadeiras, almofadas e, finalmente, o “banheiro”, feito com paredes de papelão e latas, uma para a urina, outra para a água do banho e higiene. As fezes eram depositadas sobre papel de jornal e os dejetos eram lançados nos bueiros ou depositados no lixo. A água era cedida ou comprada de canteiros de obras, postos de gasolina ou outros locais. Lavavam roupa e as estendiam

em varal sob o viaduto. Eram catadores de material reciclável, mas podiam realizar outros trabalhos eventuais.

Homens jovens, fortes, vários com moradia fixa em pontos afastados do centro, passaram a circular pela cidade, coletando material reciclável e dormindo sob a carrocinha. A carrocinha passou a ser trabalho, moradia e transporte. Foram por nós denominados *neo-nômade*s, constituindo-se, atualmente, no maior número dos possíveis onze mil moradores de rua do último censo da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe, 2005). Tais trabalhadores estão atualmente organizados em associações.

Além deste grupo de trabalhadores, há pessoas que assumiram a carrocinha como meio total de vida. Um casal paranaense, por exemplo, com duas filhas loiras, instalou-se com sua carrocinha em uma rua de Higienópolis. Sua carrocinha tinha dois andares, como orgulhosamente descreveu seu morador/construtor. Seu modo de vida consistia em acumular roupa doada pela vizinhança do bairro e vendê-la em bairros da periferia. No momento da visita, já havia angariado duas caixas grandes de roupas. Seu grande sonho era a compra de um carro de modo a poder agilizar os negócios.

Este exemplo ilustra a mudança de mentalidade e a adesão à lógica neo-liberal, dentro de uma perspectiva nômade terceiro-mundista. Um outro declarou preferir o trabalho de coleta de material reciclável à lavoura dado a mecanização da mesma com suas consequências sobre a necessidade de mão-de-obra. Estava no local da entrevista devido à sombra de árvores frondosas e, em outro horário, estaria em outro local pela mesma razão; ou seja, ele habitava a cidade a partir das sombras das

Foto: Alderon P. da Costa / CDCM



árvores e dos pontos de coleta e venda de material.

RELIGANDO RESTOS ESPALHADOS PELO MUNDO

Os moradores dos carrinhos subvertem a lógica urbana, racional, ocidental. Ocupam o vazio pelo movimento. São nômades “con/sentido”, rompendo as regras pelas quais vivemos, os limites entre o certo e o errado, o cidadão e o incivil. Invertem a relação figura-fundo, e tornam-se figuras no fundo, recusando-se a viver uma limitação de excluído como sendo de despossuído.

Decoram as suas carrocinhas com dizeres, figuras, desenhos, chapas, objetos. Tornam-se *out-doors* ambulantes, em que o comunicado é o próprio ambulante. Ao comunicar, identifica-se e é identificado, e identifica-se com o ser identificado. Demarcam o seu território móvel com marcas identificatórias de sua própria identidade. “Tatuam” suas carrocinhas à semelhança de corpos tatuados ambulantes, de um si próprio espacializado no tempo/movimento=rua. Rompem os limites do barbarismo em que são colocados e falam sem balbuciar o que são, do centro da cidade onde estão. Deste ou neste centro, criam símbolos, dando uma nova interpretação a algo que não tinha mais valor, a algo do lixo: produzem símbolos ao desterritorializar objetos, apropriando-se de um espaço móvel, retornando, em certo sentido, à fluidez como a essência do mecanismo de sobrevivência (Rapoport, 1978; Maffesoli, 2001; Laplantine & Nouss, 1997).

Uma carrocinha pintada de branco continha as seguintes mensagens: várias referências a cidades de Minas Gerais, como Belo Horizonte, mas também a São Paulo, Los Angeles, Califórnia e Rio de Janeiro; símbolos

do time de futebol Corinthians predominando, mas também dos times São Paulo, Santos, Atlético e Fluminense; referências à música (Gun N’Rose, Claxon, Sepultura); à religião (Cristo vem e prepara-te); à vitalidade (B-12 energy, Alumun7um, Eu sou mais). Sua carroça encenava ter luz traseira e dianteira através de vários suportes de plástico de carro montados; na traseira da carroça, havia um grande farol em cima de um telefone vermelho sobre o puxador da carrocinha e duas buzinas. Repetiu em ambas laterais as frases: PELO TRABALHO SEMPRE e o O BICHCOMEU. Ao lado da inscrição Minas Gerais, havia figuras infantis denotando a origem natal e as fantasias infantis a ela associadas. Deste modo, ele comunicava ser um cidadão do mundo, pertencente a várias tribos, e parodiando-nos pela apropriação de signos que se tornam símbolos no sentido de subjazer

“à religião como algo que foi separado, que se ‘quebrou’ (...), de revocar, aludir a uma alteridade - irredutível e irrecusável - e prenunciar a reunificação com a parte quebrada, com os ‘restos’ espalhados pelo mundo...” (Canevacci, 1990, p.33).

Para Canevacci (1990), a cultura do consumo é a cultura da comunicação visual na qual a pressão social quer unir logo o símbolo à “coisa”, o sinal alusivo ao ato consumado, substituindo símbolos por imagens. Neste sentido, a cultura do consumo é uma cultura dessimbologizante, sem tolerância ao luto, à perda das coisas que não estão mais ali, ao mesmo tempo que narcisisticamente busca refletir imagens nas quais as pessoas querem se espelhar. Em contraposição aos símbolos, as imagens permitem contradições e ausência de moralidade, sendo atos de fé em uma espécie de eterno instante. A imagem anula o tempo.

A desistência de esperar o futuro pode ser vista na arte contemporânea em que uma busca de uma metáfora mais imediata, sem a contemplação lenta da poesia, reflete um espelho invertido do mundo, modificado com elementos tirados dele mesmo, numa subversão de objetos desterritorializados (Canevacci, 1990).

Como um espelho invertido, o sem-casa modifica o mundo com elementos tirados dele mesmo, numa subversão de objetos desterritorializados que se tornam territorializados, sofrendo uma transformação de significado e retomando a sua função simbólica. Sem a desilusão do artista, recupera o poder de brincar: no contrafluxo da sociedade intimista, ele se torna um cidadão vivendo sua arte.

* *Elaine Pedreira Rabinovich é Psicóloga pelo IPUSP e Profª. da Universidade Católica de Salvador.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CANEVACCI, M.
(1990) *Antropologia da comunicação visual*. São Paulo: Ed. Brasiliense. p.33.
- ECO, U.
(1987) O irracionalismo ontem e hoje. *Folha de S. Paulo*, A-36, Ilustrada, 31 out.
- LAPLANTINE, F.; NOUSS, A.
(1997) *Le métissage*. Paris: Flammarion.
- MAFFESOLI, M.
(2001) *Sobre o nomadismo: vagabundagens pós-modernas*. Rio de Janeiro: Record.
- RABINOVICH, E. P.
(1992) A casa dos sem-casa. *Psicologia, Ciência e Profissão*. Excluídos. 12(1-4): 16-25.
- RAPOPORT, A.
(1978) Nomadism as a man-environment system. *Environment and Behavior*, 10 (2): 215-245.
- SENNET, R.
(1979) *Les tyrannies de l'intimité*. Paris: Ed. du Seuil.
- SERFATY-GARZON, P.
(2003) *Chez soi*. Les territoires de l'intimité. Paris: Armand Colin.

O URBANO ENTRE A DIREITA E A ESQUERDA, O PÚBLICO E O PRIVADO

A rua negada como possibilidade à vida

Ricardo Baitz *

A SEGREGAÇÃO ATRAVÉS DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Quem não tem casa mora debaixo da ponte”, é o que expressa um antigo ditado popular. Ele remonta a uma época em que a cidade, aparentemente, existia para todos, desde os mais afortunados, com seus palacetes, até aos mais pobres, carentes inclusive de um teto. É época em que o “viver em condições precárias” era entendido como algo passageiro, já que as dificuldades de fixação decorrentes da pobreza se ajustariam com a cidade crescendo e fornecendo mais empregos e moradias. De lá até o momento em que este texto é escrito, muito aconteceu; mas o principal é que a cidade cresceu em ritmo acelerado, e também foi aceleradamente que mais pessoas passaram a viver nas ruas, e não só embaixo dos viadutos e pontes. Enfim, tornou-se cada vez mais comum pessoas desempregadas se verem sem perspectiva outra senão irem, com a família, morar com parentes ou na rua. Também se tornou muito mais difícil escapar à última: as pessoas que conseguiram sair da rua, normalmente o fizeram com muita ajuda humanitária externa, prestada por pessoas e entidades de apoio, como a Igreja. Enfim, mudou o tempo, e com ele os conteúdos sociais, que é o assunto deste artigo¹.

Há alguns anos – uma década, talvez – os viadutos de Pinheiros eram habitados. Especialmente na rua Mateus Grou e na Virgílio de Carvalho Pinto, dada sua boa localização², e pelo fato de ser um ponto protegido da luz intensa do sol e da chuva. Esse aspecto, que parece ser diminuto, era o que mobilizava os encontros dos catadores de recicláveis (carroceiros) ao meio-dia. Era quase natural vê-los se socializando nesse horário, muitas vezes animados com seus jogos de cartas, à espera do término do preparo da refeição, feita em fogão improvisado de tijolos e servida em latas. Alguns lá moravam, enquanto outros preferiam o grande pontilhão da avenida sumaré, obra mais recente. Diferenças estavam presentes: assim como havia o migrante recém-chegado à metrópole que encontrou aí uma porta de entrada, uma maneira de se fazer incluído enquanto aguardava (buscava) coisa melhor, havia também o desesperançado, o louco e o bêbado, comuns a todos os lugares, e que por isso mesmo recebiam algum tipo de inserção social³, quase todas muito ruins e precárias, mas melhores que a indiferença, já que havia um preparo da sociedade em lidar com os seus mais diversos quadros, inclusive com os doentes e os idosos, sem recorrer intensamen-

te aos “depósitos de gente improduti-va”, tais como escolas maternas, hospitais, asilos.

Hoje, esses viadutos estão vazios. No lugar de pessoas, há jardins, com algumas flores que são até bem bonitinhas, é verdade. É certo que nesse período esse tipo de população, os despossuídos inclusive de um teto, cresceu; assim como é certo que a maioria deles não se abriga mais sob as pontes e viadutos da cidade (o crescimento acelerado de albergues e favelas denuncia isso). É ainda mais certo que a rua não é casa, e que é muito triste morar nela: as pessoas merecem coisa melhor, de fato. Mas essa não será a discussão enfrentada. Interessa-me desvendar como aquelas plantinhas bonitinhas foram parar no lugar que antes era ocupado por pessoas. Interessa-me saber como foi produzido esse espaço urbano, ou seja, quais foram as relações sociais que possibilitaram a substituição das pessoas pelos jardins.

Os jornais registram, bem ou mal, essa história⁴. A metamorfose da região é neles anunciada através de edifícios modernos, com garagens subterrâneas, elevadores, guaritas de vigilância, áreas de lazer (futebol, piscina, academia) em substituição aos sobrados operários. Essa arquitetura traz consigo um modo de ver a cidade: lanças ou cercas elétricas, ausência de marquise externa que possa abrigar os

transeuntes nos dias de chuva, recuos ostensivos que são ocupados por belos jardins. Ao mesmo tempo ela se apresenta mais limpa, pois mostra apenas aquilo que quer: a entrada da garagem (e não os carros), a guarita e o porteiro (e não os moradores), o jardim (e não a área de esportes ou o salão de festas), filtrando os conteúdos e separando por completo a vida da rua da vida da casa, ou melhor, do apartamento. Uma metamorfose que se iniciou pela forma, mas que invadiu os conteúdos mais íntimos da vida. Metamorfose que foi, simultaneamente, produzida e produtora de uma nova classe média, aquela que se instalou no local. Classe que procurou *homogeneizar* o espaço, desenvolvendo uma mentalidade de retirar o que era incompatível com esse viver “moderno”, quer sejam os pequenos sobrados operários, quer sejam os moradores de rua.

HISTÓRIA DE UMA OPERAÇÃO DE GUERRA

É nesse contexto que nasceu a Associação dos Moradores e Comerciantes da Mateus Grou, cujo objetivo “era tirar mendigos, traficantes, usuários de drogas e pessoas violentas de baixo do viaduto, para melhorar a imagem da rua” (A2). Justificativa bastante tosca⁵, é verdade, mas que produziu seus efeitos: constituiu a associação que por sua vez iniciou uma operação de guerra aos moradores de rua. O primeiro passo foi, através da inversão de papéis, com o violentador se passando por vítima⁶, reclamar a higienização do viaduto aos órgãos públicos, o que foi atendido em 2002: “A prefeitura autorizou nossa iniciativa, tirou os mendigos debaixo do Viaduto Mateus Grou, quebrou o muro que cercava a escada do viaduto e removeu os entulhos para que começássemos a nos mover” (A2). “Os espaços, que eram ocupados por mendigos, geladeiras, fogões e móveis, foram lim-

pos” (A2). “Para tirar os mendigos da rua, vieram psicólogos da Prefeitura e assistentes sociais” (A2). “(...) uma carreta da Prefeitura também foi usada para retirar os móveis dos desabrigados” (A2).

Mas operações de guerra não terminam com a vitória, simplesmente. Exigem ocupação do território inimigo, evitando o revide dos vencidos: “Assim que os mendigos foram tirados do viaduto, os membros da associação colocaram 16 caixas d’água no local antes ocupado pelos desabrigados” (A2). Como não existia projeto algum, exceto o de afastar os mendigos, as caixas ficaram abandonadas: “Como as caixas d’água estavam virando depósitos de lixo, os moradores juntaram-se em um domingo, no mês de março, e cada um trouxe uma planta diferente para transformá-las em grandes vasos. ‘As caixas foram pintadas de branco, pois queríamos aos poucos ir melhorando a aparência da rua’, disse o advogado Anagé Guimarães, de 63 anos” (A2).

Com medo da rua ser tomada pelo lixo, a associação mobilizou os prédios do local: “‘Cada prédio ficou responsável por dois vasos’ (...) ‘a associação também foi responsável pela reforma da escada que permite o acesso da Rua Teodoro Sampaio à Rua Mateus Grou. Nela foi colocado um corrimão, além de arrumar as paredes e a estrutura da escada.’” (A2). Nesse momento a comunidade se uniu em torno do seu objetivo, um objetivo de classe, e a Associação, que no início visava apenas retirar os mendigos, ganhou força e dinheiro: “A reforma custou R\$ 8 mil até o momento, desde junho, para a associação. Cada associado paga R\$ 12,00 por mês” (A2). Pagando essas pequenas contribuições as pessoas viram-se livres para fazer suas atividades no final de semana (afinal, cultivar plantas consome muito tempo) e para reivindicar constantes melhorias

(“estou pagando” é o dito).

Aos poucos o dinheiro “tomou conta” da rua, pintando-a e modificando-a para atores quase abstratos, os associados... O serviço de uma empresa de vigilância foi contratado, e assim implantou-se uma ronda motorizada 24 horas no local. Sob uma ação que aparentemente é pequena, a de se pagar pela manutenção do viaduto ao invés de fazê-lo pessoalmente, esvaziaram-se os conteúdos e firmou-se uma ação quase “contemplativa” do urbano. Com dinheiro em caixa surgiu um projeto paisagístico para o viaduto: “As paredes foram pintadas, as calçadas e as guias reformadas e foi feito um jardim acompanhado de um grande mosaico sob o viaduto. Os espaços, que eram ocupados por mendigos, geladeiras, fogões e móveis foram limpos.” (A2). Projeto erguido com a força do dinheiro, acompanhado de cimento e lanças para afugentar de vez os mendigos. Livres dos indesejados, a Associação seguiu firme no seu caminho: tomou posse de um córrego canalizado e fez dele uma praça, noticiada em diversos jornais como atitude exemplar.

PARA ALÉM DA CRÍTICA MORAL: O PROCESSO LIDO PELO VALOR

Mais que “qualidade de vida”, a classe média local comemorou então a valorização dos seus imóveis: “‘Houve uma melhora boa, prédios em lançamento valorizaram entre R\$ 20 e R\$ 30 mil’, comenta o presidente da Associação, Luiz Eugênio de Mello Dall’Olio”⁷ (A10). E aqui chegamos a um eixo para discutir o espaço urbano. É a valorização imobiliária, como um jornal timidamente aponta: “Uma nova alternativa de lazer público começa a se multiplicar na Grande São Paulo: a construção, a manutenção e a reforma de praças e parques por meio de parcerias entre a iniciativa privada, o poder municipal e a comunidade. (...) Em alguns casos, construtoras e

incorporadoras assumem o papel de boas-praças na criação desses espaços de lazer público, visando a valorização imobiliária nas proximidades de empreendimentos em fase de lançamento” (A11).

No geral, as “boas-praças” e os empreendimentos são realizados em áreas de menor valor da cidade. A construção conjunta aumenta o preço do m² da região⁸, gerando lucros superiores ao normal para a empreiteira. Como estratégia para obtenção desse lucro extraordinário são prestados fundos a construção de praças, quadras ou outro espaço público que maqueie a história do lugar⁹ e o torne “bonito”, de modo a facilitar a venda do “produto”, que são casas ou apartamentos.

Vejamos o que um corretor relatou dois anos antes da Associação tomar o viaduto, em 2000: “O entrevistado identifica como concorrentes o edifício Palazo San Matheus, realizado pelas incorporadoras Rovic e Reitzfeld na rua Mateus Grou; e o Espaço América da Tamiz Engenharia, na rua Capote Valente 171. Entende que o primeiro tem uma área útil maior – 63m² – mas que está em uma localização muito inferior, no trecho da rua que passa por baixo do viaduto da rua Teodoro Sampaio, que é um ponto de concentração de moradores de rua. Pejorativamente algum corretor, eventualmente, teria ironizado que quem comprasse ali iria ‘morar debaixo da ponte’. O preço total seria equivalente, mas significativamente inferior por metro quadrado.” (Meyer, 2009). Do simbólico “morar debaixo da ponte” à “rua do interior”¹⁰ muito teve que ser produzido nessas quadras. Não foi a sorte, o acaso ou a *espontaneidade* da nova classe média que transformou a Mateus Grou naquilo que ela é hoje. Ao contrário, a classe média foi até mesmo lubridiada nesse processo, o que não a torna inocente. Foram as construtoras, dentre outros, que sou-

beram conduzir seus negócios, fazer parcerias, capturar e programar a vida sob os viadutos e devolvê-la “retificada” a seus interesses. É o representante de outra construtora quem diz, sobre um lançamento na rua Joaquim Antunes: “*Quanto à deteriorização do entorno, a empresa tomou a iniciativa de reunir os vizinhos, com os quais fundou a Associação dos Moradores da Joaquim Antunes – ANJA. Diversas iniciativas estão sendo tomadas: os moradores de rua foram retirados pela prefeitura, está-se procurando ocupar o local com um ponto de táxi, pretende-se arborizar a rua e executar um projeto paisagístico na ‘piazzeta’ da escadaria, incentivar o cuidado com as fachadas e com o lixo pelos moradores.*” (MEYER, 111).

Os jornais registram a proliferação desse tipo de associação por toda a cidade, e é difícil perceber quais reúnem verdadeiramente os moradores e quais são meras “fachadas” para valorização imobiliária. Mas isso não importa muito, pois os desejos imobiliários se compõem ao que a classe média almeja, sendo estéril esse tipo de discussão. Mais simples é constatar que a cidade agora se produz com uma arquitetura de “exclusão”: são bancos com lanças, vasos nas calçadas, paisagismos que impossibilitam usar a rua senão como via de passagem.

ECONOMIA POLÍTICA DO ESPAÇO PÚBLICO

O poder público? Ele oscila entre um papel tolo ou ativo, dependendo da administração. A esquerda se deixa enganar, e corrobora, como mostra o exemplo da Mateus Grou. A direita, é importante ressaltar, encampa a luta ativamente, sem maiores pudores, criando, por exemplo, rampas inclinadas que expulsam os moradores de rua: “A prefeitura de São Paulo começou a ins-

talar nesta semana rampas de concreto ‘antimorador de rua’ em uma das extremidades subterrâneas que leva à Doutor Arnaldo. O piso será chapiscado, tornando-o mais áspero e incômodo para quem tentar dormir no local.” (B1). Obra que conta com “cerca de 14 metros de extensão até agora, mas que deve ficar ainda maior para ocupar todo o espaço antes do ponto onde a calçada se afunila” (B1). Papel endossado pelas associações que não acreditam na possibilidade de uma cidade para todos: “O presidente da Associação Paulista Viva, Néelson Baeta Neves, defende a ação da prefeitura. ‘O cartão-postal da cidade tem de ser preservado. Sabemos das dificuldades sociais, mas não dá para ter gente morando na Paulista. A cidade precisa de ordem.’” (B1)¹¹.

Na cidade da ordem a rua deixa de ser de todos para se tornar patrimônio do poder público. É o que defende Reinaldo Azevedo: “Lugar de gente sem teto não é ao relento, sem cama, água encanada ou segurança. As pessoas precisam ser convencidas a ir aos albergues, embora não possam ser obrigadas a tanto. À prefeitura cabe oferecer as alternativas e devolver os logradouros públicos ao público. Não podem ser privatizados por pobres, ricos ou padres.” (B2), esquecendo que o direito de ir e vir, constitucional, também é o direito de ficar. A direita mostra a coesão de seu discurso através do presidente da Associação Paulista Viva: ele “acredita que, quando um cidadão mora na rua, ocupa um espaço público e prejudica o restante da comunidade.” (B1).

A cidade enquanto um grande negócio ganha contornos nítidos nesses discursos. Cada palavra é materializada, e transforma a cidade e o espaço urbano. Sem criatividade, sua forma final se assemelha a um shopping-center: sempre limpo, organizado, funcional. E para isso o espaço é vigiado

ostensivamente. Policiais e vigias sondam os insolváveis em seus trajetos e coagem os moradores de rua, muitas vezes sem motivação¹².

Esse espaço possui uma tendência: admitir somente o que promova os negócios. Inclusive a pobreza tende a se tornar um negócio, pois esse processo patrocina com cifras consideráveis - e sempre insuficientes - a criação de albergues que mantêm as pessoas privadas da cidade (e de todas as relações possíveis pela cidade, ruins ou boas).

Caraguatatuba traz exemplos notórios. Nela o “prefeito José Pereira de Aguiar (PSDB) alugou uma fazenda de 16 alqueires, a 23 quilômetros do centro, cercada de mato por todos os lados e com ônibus apenas uma vez por semana” (...) “para afastar os moradores de rua dos milhares de turistas que vão passar as festas de fim de ano e as férias na cidade” (C1). Seu objetivo, ao direcionar os mendigos da cidade para a fazenda, era o de “dificultar a volta dos moradores de rua e ver sua cidade ‘limpa’” (C1). Em uma linguagem mais erudita, “o programa de recolhimento de mendigos e andarilhos tem como objetivo melhorar a imagem turística da cidade” (C2). A distância é proposital: “quis um local para dificultar a volta deles e está dando certo. Até agora, só quatro voltaram a pé. Hoje (sexta-feira), temos já 17 vivendo na Santa Mônica” (C1). Situação que é percebida como a de um “campo de concentração” pelos mendigos: “quatro acabaram desistindo da fazenda, caminharam os 23 quilômetros e voltaram a dormir ao relento. Pelo caminho de terra, encontraram apenas muitos buracos, poucos casebres e nenhum vizinho.” (C1). O autoritarismo aparece sob a forma de opções binárias, como pode ser percebido na fala de Junqueira, diretor da entidade Vida Nova: “Ou aceitam nossa ajuda, para que voltem a ter uma vida digna, emprego, casa, comida ou voltam para a

sua cidade de origem.” (...) “Muitos preferem voltar para o município de origem e a prefeitura paga a passagem de volta” (C3). “O carro amanhã estará arrumado e vamos fazer mais rondas para buscar todos os andarilhos.” (C3).

ENCAMINHAMENTOS

Poderia terminar este artigo expondo conceitos que são trabalhados por diversas ciências. Poderia assim escrever sobre as associações nominais e suas formas modernas de lutas de classes (Lefebvre, 2005); sobre como o Direito pode ser manuseado para legitimar ações higienistas, como esse processo aprofunda a segregação sócio-espacial, ou ainda sobre o fato de vivermos uma urbanização crítica esclarecida, ou seja, de vivermos esclarecidamente a impossibilidade da cidade para todos. Temas importantíssimos, é bem verdade, que demonstram haver um recrudescimento do espaço urbano enquanto uma conquista¹³ aberta a possibilidades.

O processo narrado traz consigo uma perda efetiva para todas as classes sociais. Nele o pobre se vê emparedado e vive um infra-urbano; o rico se vê ameaçado e gasta inutilmente seu capital em segurança, de modo a se proteger e se isolar. Entre esses dois extremos há a classe média, que oscila entre o esnobismo dos ricos e a assombração dos pobres. Ela inconscientemente abomina não os mendigos, mas a possibilidade de se tornar mendicante nesse sistema que vulnerabiliza indistintamente ricos, pobres e medianos. Guerrilha *inconsciente* que faz ascender o lado *animal* do ser humano. Nela a civilização se transforma em barbárie. Jogo perigoso, que só conhece uma regra: fazer todos os jogadores perderem, compulsoriamente.

A idéia de que as cidades sejam máquinas de produção não é nova; outrossim, é nova a noção que elas se

reduzem a isso. Redução das mais perigosas e que torna o conceito de cidade unidimensional, expurgando aquilo que não seja negócio e afastando o mais qualitativo, que é o urbano: a festa, o encontro, a dádiva (que persistem enquanto resíduos).

Finalmente, chegamos ao urbano. Ele surge como contraposição real ao privado e ao público. Enquanto esses últimos se compõem, não por falta de ética, mas por ser essa sua lógica interna, o urbano se opõe através da festa, do encontro, da dádiva e do gozo, que dão à cidade um sentido mais belo e menos tacanho. Ele é o contraponto à identidade público-privado. Por isso defendi, em outros trabalhos, a noção de *espaço comum*, que fugiria ao espaço público e ao privado existente por nascer e se constituir com outros estatutos, dentre eles, o do controle não hierárquico permitindo a simultaneidade.

Esse espaço, averso ao público e privado - repito mais uma vez -, não cai nas armadilhas idealistas da ética nos negócios ou na do bem coletivo, tão em moda. Ele se reporta à história, pois é um espaço que existiu, de fato, em outros tempos: os exemplos são diversos, mas basta lembrar que as cidades já foram coisa bem diferente do que são hoje. Nem por isso é invocado o saudosismo. Ao contrário, a noção de espaço comum ou espaço urbano pulsa enquanto *possibilidade latente e aberta*, e é essa sua virtude: a de se constituir enquanto um projeto possível, a ser realizado em grande escala. Sua força enquanto oposição real tem sido amortecida, junto com as demais contradições dessa época.

A aposta é que o esclarecimento do processo, com seus agentes, álbis e perdas dê calor às contradições sufocadas e acenda o debate. Identificar contra o que se luta também faz parte da batalha, assim como tornar as idéias perigosas. Esse é o momento da luta.

* **Ricardo Baitz é Advogado, Pós-graduando em Direito Público pela Escola Superior de Advocacia, ESA/OAB/SP e Mestre em Geografia Humana pelo Dpto. de Geografia da FFLCH/USP.**

NOTAS

1 - O mesmo tem por base pesquisa realizada na Zona Oeste de São Paulo, mais precisamente no bairro de Pinheiros. A mesma não é, entretanto, pontual, pois os documentos levantados reportam também a outras regiões, o que revela a existência de uma estratégia comum, especialmente quanto às associações (de moradores, de comerciantes, ...).

2 - A rua Teodoro Sampaio, bastante antiga, foi constituída através de uma grande obra de aterramento, de modo a permitir a passagem do bonde e das pessoas mesmo nos dias de chuvas. Isso nos primórdios do século XX. A expansão urbana mais tarde criou diversas ruas transversais, dentre as quais a Mateus Grou e a Joaquim Antunes, que por conta do grande aterro (o qual chega a mais de 5 metros de altura em certos pontos) se interrompiam para os automóveis, tornando-se escadarias (a escadaria da rua Virgílio de Carvalho Pinto é dessa época). A solução só se deu mais tarde, com a engenharia criando túneis de forma a atravessar o aterro, originando os dois pequenos viadutos urbanos. Eles surgiram - e estão - dentro do tecido urbano: ao lado de casas e pequenos edifícios, numa região com boa infra-estrutura de transporte.

3 - Nesse momento lembro-me de minha mãe e dos invernos paulistanos. Especialmente nessa época ela ficava atenta ao movimento da rua. Às vezes casas ociosas, para aluguel ou venda, tinham a garagem invadida por moradores de rua que buscavam um abrigo ao frio intensificado pelos ventos e chuvas. Nessas ocasiões ela nos mandava entregar pequenas coisas que lhes faziam diferença. Eram lanches, chocolate ou chá (sempre muito quentes), e também cobertores. Sua motivação era, de fato, religiosa e moral; e percebíamos isso ao fazer as entregas. O sentimento era duplo: bom pela mobilização e por estar prestando uma ajuda; mas ruim por compreender a precariedade da ação, por saber que mesmo que todos tivessem essa atitude o problema em si não seria resolvido, que algo escapava à nossa compreensão quanto a como tratar aquela situação, de modo que ela não mais ocorresse. O que valeu foi a inquietação plantada, e a busca por respostas continuar.

4 - Ao término do texto são sugeridas para leitura algumas notícias selecionadas. Para facilitar seu acesso, sempre que possível, indiquei o site da internet onde o texto pode ser encontrado. Todas as notícias compõem este artigo; mas por questão de espaço não puderam ser reproduzidas. A ordem escolhida é

proposital.

5 - Associar violência à miserabilidade é um artifício usado desde longa data pelo pensamento de Direita. É também da Direita o hábito de, ao se sentir constrangida, desumanizar o que lhe incomoda (o resto humano debaixo da ponte, por exemplo), associando-o a toda ordem de crimes (fato que os registros da Delegacia não comprovam) a fim de afastar ou exterminar o que incomoda, o que lhe constrange, aquilo que não é o seu par. No caso, o interesse real era o de "melhorar a imagem da rua", tornar bonito o que parecia ser feio, tornar cheiroso o que exalava cheiro ruim, colorir o que era preto-e-branco, afastar o que incomodava. Violência e drogas são meros álbis; de outro modo, tratar-se-ia de recuperar as pessoas, e não de desfazê-las de sua humanidade para higienizar a ponte.

6 - A Associação acrescenta, sobre a violência, o seguinte aspecto: "sem contar que corria também o risco de assaltos e transgressões por parte daqueles 'residentes'" (A1), opinião corroborada pela gerente de loja Dorcas Konishi ao mencionar que "Antes do processo de urbanização, não era possível passar pelo trecho do viaduto. Além da violência e risco de ser roubado, havia um forte cheiro de urina" (A2). Mas de que tipo criminoso estamos falando? De assaltantes que complementam a renda dos roubos carregando carroças pela cidade, repletas de latinhas e papelões? Ademais, não se ouve falar de bandidos que possuem endereço certo: viaduto Mateus Grou, sem número. O arquiteto Kiko Pereira, sem contrangimentos, expõe que "Tinha assalto e consumo de drogas (...). Ficava tão abandonado o lugar que até uma criança já nasceu ali." (A10). São claras as necessidades das pessoas que vivem na rua. E também é claro o interesse oposto, que o próprio arquiteto expõe, revelando sua grande preocupação: "O imóvel ali na área era bem desvalorizado. Tive até que me mudar por causa disso" (A10).

7 - A "qualidade de vida", quando mencionada, é um reflexo, e não o objetivo principal: "Segundo a moradora Joseita da Silva, com a construção da praça, além de o local ficar mais valorizado, haverá um espaço para que a comunidade possa se conhecer melhor" (A13).

8 - A idéia que obras valorizam os imóveis do entorno é antiga. O próprio Marx dedicou capítulos do *Capital* ao estudo da renda diferencial I e II, e à passagem da renda diferencial II para I. Os economistas bem exploram essa temática, recomendando investimentos imobiliários na periferia, vez que lá haverá um ganho extraordinário quando a infra-estrutura urbana (água, luz, rua asfaltada, etc) chegar ao local.

9 - A higiene dos viadutos e das escadarias inclui a assepsia da história, pois historicamente a Mateus Grou, Joaquim Antunes e Virgílio de Carvalho Pinto eram regiões desvalorizadas e que remontavam aos moradores mais humil-

des de Pinheiros. Morar na Mateus Grou não era glamoroso, mas o contrário. É a conselheira da associação que diz: "Eu tinha vergonha de falar onde morava. Hoje tenho orgulho" (A19).

10 - "Parece rua do interior, todos se conhecem e passeiam tranquilos", compara Eduardo Oliveira, 75, engenheiro da Olipo! (A11)

11 - Faço agora uma revisão do que escrevi em 2004, na dissertação de mestrado. Naquele momento expus que havia pouca diferença entre a política praticada pela Esquerda se comparada à da Direita. Embora ambas corroborem ao processo, a Direita o incentiva em escala ampliada, sendo extremamente mais reacionária que a Esquerda. Permanece assim a crítica a ambas, pois o mundo que se deseja não será conquistado através da Direita e tampouco pela Esquerda existente.

12 - Num trabalho de campo, junto a outros quatro colegas pesquisadores, pedimos a um grupo de catadores de recicláveis nos Campos Elíseos para tirar uma foto da fachada de uma fábrica desativada. Durante a sessão de fotos uma viatura da Polícia, que passava em alta velocidade, parou no local. Dela saíram dois policiais, um deles com a arma em punho, que de pronto interpelaram os catadores, pedindo documentos e chutando o lixo no qual trabalhavam. Nossa presença foi percebida após alguns minutos. O policial, sempre com a arma em punho, veio em minha direção, vez que portava a máquina fotográfica. Do meio da via, com a voz áspera, perguntou, em alto tom: "Quem te autorizou a tirar fotos da polícia?". "A OAB. O senhor deseja ver meus documentos?". Desconcertado, ele viu os documentos e prosseguiu, perguntando onde as fotos seriam publicadas, o motivo delas, etc. Somente quando foi explicado se tratar de uma pesquisa universitária, e não jornalística, ele se deu por satisfeito e saiu, resmungando. Permaneci no local até a viatura partir, e logo após o incidente, outra viatura nos seguiu. A carteira da Ordem dos Advogados nos poupou de procedimentos ilegais e vexatórios, como o da revista em via pública, e na ocasião, fez com que os catadores não sofressem maiores represálias; outra ilegalidade.

13 - Engels, em *A situação da classe operária na Inglaterra*, narra as péssimas condições dos ingleses operários. As cidades são "habitadas sobretudo por operários (esta proposição hoje levantaria mais de uma objeção) que não possuem nada; eles vivem de seu salário, a cada dia; a sociedade, tal qual ela é, lhes deixa o cuidado de suprir suas necessidades e as de sua família; ela não lhes fornece os meios de fazê-lo de uma maneira eficaz e durável. (...) as moradias dos trabalhadores são mal agrupadas, mal construídas, mal conservadas, mal ventiladas, úmidas e insalubres. 'Os habitantes estão aí confinados num espaço mínimo'; na maior parte dos casos, uma família inteira dorme numa só peça." (Lefebvre, 22).

Mas ele também nota que as pessoas preferem a cidade ao campo. A cidade e o urbano lhes traz consideráveis vantagens, não sendo apenas opressão. Aos poucos os trabalhadores ganham consciência do mundo e do seu papel no grande sistema. Eles sentem que constituem uma classe, que podem lutar, seja por melhores condições (reformismo), seja por um outro mundo. Viver o urbano cria essas possibilidades, através do encontro, da informação, da aglomeração, do desencantamento do mundo místico.

TEXTOS PROPOSTOS

A – MATEUS GROU

A1–AMCMG. Como Surgiu? <http://www.amcmg.org.br/historia/historia.htm>

A2–Jornal da Tarde, 24/08/2001. Moradores e comerciantes criam nova rua em Pinheiros. <http://amcmg.org.br/noticia/not5.htm>

A3–Projeto Aprendiz. Rua Matheus Grou comemora recuperação de área degradada. http://www.uol.com.br/aprendiz/n_noticias/acontece/id270801a.htm

A4–Prefeitura de SP. Áreas verdes: Subprefeitura de Pinheiros assina outro Termo de Cooperação. Internet, <http://www2.prefeitura.sp.gov.br/noticias/ars/pinheiros/2002/10/0003>

A5–AMCMG. Termo de cooperação 61 / SP – PI / 02. http://www.amcmg.org.br/projetos/praca/termo_ccop.htm

A6–Prefeitura de SP. Mais de 100 termos de Cooperação são assinados na Subprefeitura de Pinheiros. Internet, <http://portal.prefeitura.sp.gov.br/noticias/ars/pinheiros/2002/12/0009>

A7–AMCMG. Praça Matheus Grou. Internet, http://www.amcmg.org.br/projetos/praca/praca_historia.pdf

A8–Jornal A Gazeta de Pinheiros, 28/02/2003 a 06/03/2003. Praça Matheus Grou será entregue no fim de março. Internet, <http://amcmg.org.br/noticia/bazar1.pdf>

A9–Jornal Nosso Bairro. Subprefeitura de Pinheiros estimula adoção de áreas públicas. Internet, <http://amcmg.org.br/noticia/adareapub.pdf>

A10–Jornal o Estado de São Paulo, 07/03/2003. População se une em torno da natureza. Internet, <http://amcmg.org.br/noticia/not12.htm>

A11–Jornal Folha de São Paulo, 18/05/2003. Boas-praças: multiplicam-se parcerias entre a iniciativa privada (incluindo construtoras e incorporadoras), o poder público e a comunidade em prol do lazer coletivo. Internet, <http://amcmg.org.br/noticia/praca/flsp/flsp18.pdf>

A12–Jornal A Gazeta de Pinheiros, 28/3/2003 a 3/04/2003. Praça Matheus Grou será inaugurada. Internet, <http://amcmg.org.br/noticia/not16.htm>

A13–ImovelWeb. Comunidade de Pinheiros inaugura Praça Matheus Grou e lança projeto. Internet, http://www.imovelweb.com.br/iw_noticias.asp?Noticia=2109

A14–Jornal o Estado de São Paulo, 30/03/2003. Moradores transformam terreno baldio em praça: Com apoio da Prefeitura e da iniciativa privada, área foi inaugurada ontem em Pinheiros. Internet, <http://amcmg.org.br/noticia/not15.htm>

A15–Dimenstein, Gilberto. Criação “off-garden”. Internet, <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dimenstein/urbanidade/gd130203.htm>

A16–Jornal A Gazeta de Pinheiros, de 25/04/2003 a 1/05/2003. Pinheiros tem nova associação de moradores. Internet, <http://amcmg.org.br/noticia/gazetap.pdf>.

A17–Jornal Folha de São Paulo, 13/07/2003. Sinalizismo de Pinheiros. Internet, <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1307200310.htm>

A18–Jornal Folha de São Paulo, 12/07/2003. Pinheiros não define uso de corredores. Internet, <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1207200301.htm>

A19–Vida Simples. Minha rua, minha casa. Internet, <http://vidasimples.abril.com.br/livre/edicoes/016/04.shtml>

A20–MEYER, João Fernando Pires. Adoção de métodos de análise de mercado imobiliário nas decisões de projeto (Dissertação de Mestrado), FAU/USP, 2000.

B - RAMPAS ANTIMENDIGO

B1–Serra põe rampa antimendigo na Paulista - Internet, <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u113368.shtml>

B1(a)–Avenida Paulista terá rampa “antimendigo”. Terra, Internet: <http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,O1678674-EI306,00.html>

B2–A crueldade dos humanistas de Lancellotti. Primeira Leitura, Internet, <http://www.primereitura.com.br/auto/entenda.php?id=6290>

B3–Carta de Andrea Matarazzo no Painel do Leitor da Folha. Agência Tucana, Internet, <http://www.psd.org.br/noticias.asp?id=20008>

B4–Serra recebe críticas por rampa antimendigo - Internet, <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u113408.shtml>

B5–Prefeitura decide retomar construção de rampa ‘anti-mendigo’ na Av. Paulista - Internet, <http://oglobo.globo.com/online/plantao/189470971.asp>

C - CARAGUATATUBA

C1–Longe dos olhos: Caraguá esconde mendigos de turistas. Folha de São Paulo. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1212200526.htm>

C2–Planejamento Urbano: Caraguá aluga fazenda para abrigar andarilhos – VP 22/11/05.

ValeVerde, Associação de Defesa do Meio Ambiente. Internet, <http://www.valeverde.org.br/html/clipp2.php?id=4229&categoria=Litoral+Norte+paulista>

C3–Mendigos preferem sair de Caraguatubá a morar em fazenda. Agência Estado, Internet, http://www.cosmo.com.br/cidades/litoral_norte/integra.asp?id=131597

C4–Cidade do litoral de SP vai isolar os mendigos. Portal Terra. Internet, <http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,O1766684-EI306,00.html>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Otilia, VAINER, Carlos e MARICATO, Ermínia

(2000) *A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos*. Petrópolis, Vozes.

BAITZ, Ricardo

(2004) *O metrô chega ao centro da periferia: estudo do concurso público nacional de reconversão urbana do Largo da Batata e da operação urbana Faria Lima em sua nova fase* (dissertação de mestrado). São Paulo: DG-FFLCH/USP.

BAITZ, Ricardo

(2004) *Para uma Egogeografia - Pinheiros: aspectos de um bairro metropolitano* vol. 2 (dissertação de mestrado). São Paulo: DG-FFLCH/USP.

BAUDRILLARD, Jean

(1995) *Para uma crítica da economia política do signo*. Elfos, Lisboa.

DAMIANI, Amélia Luísa

(2004) “A propósito do espaço urbano: algumas hipóteses”. In: Grupo de Estudos Urbanos. *CIDADES: Revista científica* (vol. 1, nº 1). Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos.

ENGELS, Friedrich

(1988) *A Situação da Classe Operária Inglesa*. 2ª ed., São Paulo, Global.

LEFEBVRE, Henri

(1976) *Espacio y Política: El derecho a la ciudad II*. Barcelona: ed. Península.

LEFEBVRE, Henri

(1999a) *A cidade do capital*. Rio de Janeiro, DP&A.

LEFEBVRE, Henri

(2005) “As classes sociais e suas formas modernas de luta”. In: GEOUSP, *Espaço e Tempo*. São Paulo: FFLCH/USP.

MIGRANTE SEM-TETO: uma dupla condição contemporânea no espaço urbano

Leda Velloso Buonfiglio*
Igor Catalão**

Este artigo atenta para uma luta sugerida no espaço urbano enquanto estratégia de vida para o migrante e seus descendentes. Essa luta revela-se numa prática sócio-espacial particular recente de apropriação do espaço urbano capitalista: ocupam-se edifícios do centro antigo da cidade de São Paulo.

Para tanto, partimos do encontro dramático de dois processos na cidade: *migrar e não morar*, relação invertida surgida no contexto urbano, quando habitar na cidade grande parece ter se tornado uma impossibilidade histórica, e o migrar, como sabemos, manancial contínuo da pobreza, irrigado por todos os cantos do país.

Não se trata, pois, de analisar a migração ou a falta de política habitacional tomadas isoladamente, mas a combinação complexa destes dois processos, manifestada em grande parcela da população urbana em nossas cidades.

Ora, sabemos que o sonho comum de qualquer migrante recém-chegado é ainda o mesmo: poder se estabelecer na cidade de destino para *pertencer* e não simplesmente *permanecer* nela. No entanto, este sonho não parece fácil de ser alcançado.

A exploração econômica do valor do espaço impõe-se no tecido urbano e cria uma dupla condição contemporânea: a do migrante tornado sem-teto. A simultaneidade dos processos revela condições de miséria mistas ligando espaços geográficos distintos: do campo à cidade “ex-sem-terras” tornam-se sem-tetos, alguns mesmo perambulantes entre uma condição e outra, mas são sempre e indefinidamente migrantes (Bursztyl, 1997).

Não obstante, cabe salientar que nem todo sem-teto é necessariamente um migrante e vice-versa. De modo algum se trata de etapas obrigatoriamente complementares, sendo apenas um recurso para dar conta da realidade dinâmica dos processos urbanos estudados em São Paulo.

Contudo, ainda que os movimentos sociais de moradia não sejam formados, exclusivamente, por e para migrantes, estes aparecem como uma parcela considerável nos coletivos da cidade, a exemplo do Movimento dos Sem-Teto do Centro de São Paulo (MSTC)¹. Ademais, convém ressaltar a herança histórica dessa população urbana pobre, muitos são os filhos ou netos, descendentes diretos daqueles antigos migrantes que construíram e reconstruíram São Paulo, décadas

atrás.

Refletindo sobre a pergunta de partida da Revista Travessia nº 14 – *Onde e como mora o migrante?* – ainda hoje, encontramos nas nossas cidades os tetos precários daqueles que vivem na rua, em lonas nos lixões, mas também, a partir de alguns anos, podemos nos deparar com aqueles que se organizam na luta por meio de ocupações.

Assim, passados 14 anos da revista, *A luta pelo direito de morar* ganha novos conteúdos. A organização popular e a ação conjunta de movimentos de moradia, existentes desde a década de 1980 em associações e mutirões na periferia, tratada por Fecho e Maricato, na mencionada revista, são atualizadas nos anseios dos atuais movimentos de moradia que alcançam o centro de São Paulo.

NOVAS FORMAS DE LUTA NA CIDADE

Da condição de migrante sob a impossibilidade histórica de morar surge uma estratégia de vida e um posicionamento de luta em torno da reivindicação do espaço, do direito à cidade (Lefebvre, 1991). A luta que se inicia pelo centro da cidade não é ale-

atória nem meramente simbólica, pois o centro tomado é o espaço político por excelência.

O centro é também espaço econômico em transformação. Devemos lembrar que foi a partir dele que se realizaram empreendimentos imobiliários de grande soma de capitais, consumando-se no processo de verticalização da cidade de São Paulo, em curso desde a década de 20, para atender a camada de maior poder aquisitivo desde então, a única capaz de consumir este espaço.

A especulação imobiliária, que ocorre simultaneamente por todo o tecido urbano, age valorizando e desvalorizando o espaço, atingindo edificações pontualmente, e a fração do espaço onde estão inseridas, como um todo.

Como resultado deste ciclo vicioso de valorização e desvalorização, engendrado pela exploração capitalista do espaço, permeia no centro um fenômeno nocivo que paralisa inúmeros imóveis, transformando-os em reserva de valor. Neste sentido, edifícios inteiros tornam-se descartáveis com “prazo de validade” determinado por um critério que não o da durabilidade material e arquitetônica, mas antes social, pelo desinteresse de sua preservação, no que Singer (1978) apontou como obsolescência “moral” das construções.

Assim é que a política econômica capitalista na cidade redefine no espaço urbano os estilos de vida, padrões e valores habitacionais de camadas específicas da sociedade urbana, justificando a segregação sócio-espacial na cidade.

Deste modo, os vestígios da elite paulistana de outrora se tornaram rejeitos no tecido urbano em inúmeros edifícios obsoletos e em abandono que hoje despontam em vários bairros do centro estendido, como Luz e Santa Cecília. Estes edifícios ociosos tanto mais chamam a atenção quanto não



Foto: Alderon P. da Costa / CDCM

atendem à demanda habitacional (Buonfiglio, 2004). Em todo caso, esses edifícios largados literalmente “às pombas” são também resíduos no sentido que diz Martins (2000), ou seja, daquilo que ainda sobrou, encarado como possibilidade.

Neste conjunto central verticalizado, surgiu um anel periférico de cortiços pontilhando as vizinhanças do antigo centro histórico de São Paulo. Externamente se delimitava um outro centro, estendido, “sacrificado” em degradação já há alguns anos, por alguns tipos de uso como prostituição e tráfico de drogas (Cordeiro, 1980).

Como núcleo principal comercial, desde séculos passados, o centro, ainda hoje, não perdeu esse caráter exibindo sua “mancha terciária” e concentrando também o setor financeiro (Carlos, 2001). Uma nova atuação da economia vê no centro novas possibilidades de acumulação tanto na área de cultura e “entretenimento”, como na de serviços em geral. Para tanto, unem-se as forças do poder público e da iniciativa privada, sobretudo as instituições financeiras que querem se projetar como incentivadoras no terreno promissor da cultura.

É neste contexto que surge o discurso da revitalização largamente dis-

seminado para propagar uma consciência de preservação histórica tão provisória, que escapa à lógica capitalista urbana, de exploração imobiliária. Assistimos uma política de revitalização pontual, isto é, que se faz “aos pedaços”, mantendo certos espaços degradados no centro: onde vemos uma Pinacoteca imponente na Luz vemos abandono do outro lado da Avenida Prestes Maia.

Revitalizar, entendido neste contexto contemporâneo vivido pelas cidades modernas, passa por um sentido de embelezamento e recuperação urbanística, a nosso ver, necessários para preservar os patrimônios históricos. Entretanto, a questão fica mais problemática porque extrapola o limite da (re)forma em seu aspecto físico e arquitetônico, atingindo o caráter social que também se pretende restaurar. Repensar o Centro dentro dessa lógica atuante significa repensar os usos.

Na contramão dessas ações políticas e econômicas que se instauram para a ‘reabilitação’ do centro, manifestam-se os sem-teto que antes de serem “varridos” desse espaço urbano conquistado aprofundam o sentido de revitalizar, que é antes aquele de dar vida aos edifícios em abandono, tornando-os habitáveis (Buonfiglio, op.cit.).

Junto às manifestações e apelos por moradia popular, os sem-teto retomam a discussão do habitar, do morar com qualidade, no centro já construído, ao invés de conformarem-se aos limites das periferias, cada vez mais distantes.

Assim é que no centro se firma e se hasteia a bandeira de luta dos movimentos sociais por moradia a partir da década de 1990 quando os movimentos dos cortiços², antes atrelados aos movimentos de favelas, se fazem representar, articulando uma nova pauta de reivindicações, passando a integrar também a já consolidada União dos Movimentos de Moradia (UMM)³.

A partir de então o movimento de moradia, como um todo, ganhou novas formas de resistência e conteúdos. Em 1997, a ocupação dos prédios abandonados do centro concretizou os anseios, denotando um passo mais à frente na luta pela moradia.

Nas gestões da década de 90, os entendimentos entre os poderes municipais e estaduais com os movimentos sociais tornam-se mais raros. Os movimentos são marginalizados. Assim, as ocupações surgem num novo contexto político, de radicalização da luta, preenchendo a ausência de diálogos (e de política habitacional efetiva) entre os movimentos populares e governo, que havia sido fortalecida na década anterior.

No terreno da luta travou-se o embate jurídico da propriedade privada garantida *versus* a função social⁴ dos imóveis proclamada pela legislação. As ocupações levadas a cabo colocaram na prática um novo método de ação, uma nova forma de resistência entre os movimentos sociais, emergindo a apropriação efetiva do centro da cidade. As ocupações deste período foram um reforço na luta pelo direito do migrante permanecer na cidade e dos sem-teto que já estavam nela, permanecerem no centro.

Por fim, sabemos que antigas práticas políticas débeis têm ocorrido, atualmente, em São Paulo, escancarando o duplo problema da habitação urbana e da migração: por meio da doação de passagens, as famílias migrantes são estimuladas a retornarem para suas cidades de origem⁵.

SEM-TETO: NOVA REDE PARA OS MIGRANTES?

Segundo coloca Dornelas (2001), a rede social relembra a realidade mais elementar de fundação de qualquer grupo humano, que expressa as relações pessoais de amizade e camaradagem a fim de inspirar confiança e confiabilidade.

Assim, a apropriação coletiva quotidiana dos imóveis do centro abre a possibilidade para a criação das redes manifestadas conscientemente. Na ação diária de tornar habitável o lugar – apropriação –, realiza-se coletivamente a construção do espaço de vida.

A questão de relevância aqui, que serviria para nortear pesquisas futuras, é como o migrante recém-chegado, ou seus descendentes, filhos e netos, podem apoiar-se num tipo de rede de sociabilidade distinta, cujas tramas não são tecidas apenas por vínculos ou elos de parentesco, mas também por organização social ou por uma luta comum na reivindicação de moradias.

O que chama a atenção é a sociabilidade intensa entre os moradores de uma ocupação. Não se trata, pois, de uma cordialidade mínima entre condôminos pagantes de aluguel, nem uma mera relação de vizinhança, mas uma relação estabelecida entre pessoas que compartilham uma mesma realidade, entre iguais, pobres migrantes e descendentes de migrantes, não inte-

grados dentro do espaço urbano.

Ora, o que consideramos é em que medida a luta pela cidade manifestada consciente e explicitamente pode determinar caminhos e travessias da migração, pontuando trajetórias de vida.

No espaço do centro da cidade, o exemplo concreto das redes sociais estabelecidas pode ser visto na ocupação Prestes Maia⁶, atual símbolo de resistência do MSTC. Na ocupação, em meio aos 22 andares, e mais de 460 famílias, encontram-se bolivianos, peruanos, maranhenses, entre outros grupos de origens geográficas distintas, que imprimem e improvisam suas histórias de vida no espaço (Buonfiglio, 2004).

À guisa de conclusão, consideramos que é desta dupla condição – de indivíduos sem-tetos e migrantes, antes anônimos e endividados pelo aluguel e pelas condições penosas de vida, desempregados ou em subempregos – que eles se envolvem numa densa trama de um outro tipo de rede social, redescobrimo-se sujeitos de ação, cidadãos na luta, na medida em que entendem que nem o espaço nem a cidadania na cidade são dados, mas sim conquistados (Santos, 1998; Paviani, 1994).

Embora a ocupação dos prédios represente antes, um caso empírico, uma possibilidade para a teoria geográfica urbana, ou quem sabe uma tendência, o migrante pode continuar a ser um errante tentando a vida na cidade sob inúmeras formas, mas pode, também, e cada vez mais, vir a ser um sem-teto de movimento organizado na ocupação coletiva dos espaços da cidade.

O migrante sem-teto é também um arquiteto de um novo tipo de espaço na cidade; dando forma assim a um novo processo social urbano. É na construção coletiva e ocupação cotidiana desse espaço de vida que o migrante sem-teto se apropria da cidadania, revitalizando o espaço urbano.

***Leda Velloso Buonfiglio é Mestranda do Curso de Pós-graduação em Geografia do Dpt. de Geografia da Universidade de Brasília.**

** **Igor Catalão é Graduando do Curso de Bacharelado em Geografia do Dept. de Geografia da Universidade de Brasília.**

NOTAS

1 - O MSTC é formado por grupos de base e de Associações de Moradores das ocupações e projetos já conquistados. É composto por cerca de oito mil pessoas, sendo dez as lideranças femininas. Originado em 2000 de uma cisão dentro do movimento Fórum dos Cortiços. Não obstante, a unidade de ambos os movimentos permaneceu nas ações de ocupação conjunta. A respeito do MSTC em duas de suas ocupações ver em BUONFIGLIO. Para uma radiografia dos movimentos sociais de moradia bem como análise das políticas habitacionais em São Paulo ver AMARAL (referências bibliográficas).

2 - A União das Lutas dos Cortiços – ULC é de 1991. Depois, no terreno da luta pelo centro, surgem outros movimentos como o Fórum dos Cortiços, de onde sai o próprio MSTC. (nota anterior) Cabe lembrar que ainda existem outros movimentos além destes acima citados, no centro, como o M.S.T.R.C. - Movimento Sem Teto da Região Central.

3 - Segundo MARICATO, a década de 80 representou um grande avanço para os movimentos de moradia em São Paulo num contexto político de diálogos através das políticas habitacionais municipais. Deste período, se destaca a UMM – União dos Movimentos de Moradia derivada de associações e mutirões de moradores dos bairros da Zona Leste da capital paulistana. A UMM se faz representar em caravanas à Brasília, resultando num projeto de lei. No final da década de 1990, se expande e é fortalecida pela integração de movimentos de moradia distintos; favelados, encortiçados do centro, entre outros movimentos de periferia, unificando os pleitos e a luta nacional em prol da Reforma Urbana.

4 - Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001 que regulamenta o capítulo de política urbana (artigos 182 e 183) da Constituição Federal de 1988.

5 - Da reportagem de 07/02/2006, divulgada pela Folha de São Paulo: “Ser-

ra dá R\$ 5 mil para sem-teto deixar São Paulo”.

6 - Localizado na altura do número 911, na Avenida Prestes Maia, está localizada a maior ocupação (de mesmo nome) de sem-tetos da cidade de São Paulo que, ameaçada de despejo desde 2005, teve a reintegração de posse suspensa em fevereiro deste ano. O movimento aguarda um novo prazo e articula-se em negociações com as três esferas do poder. Vivem aproximadamente 2000 pessoas nesta ocupação que resiste há quatro anos. O prédio, de planta industrial, pertence à antiga Companhia Nacional de Tecidos, portanto fora uma fábrica têxtil, esteve abandonada por muitos anos pelo proprietário Jorge Hamuche, devedor de milhões de reais em Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) à prefeitura. Segundo fontes da imprensa (vide referências bibliográficas), o valor da dívida supera o próprio valor do imóvel, estimado pela CEF (Caixa Econômica Federal) no valor de R\$ 4 milhões. Recentemente, esta ocupação tem chamado a atenção da classe média paulistana e da mídia por suas atividades culturais derivadas da grande variedade étnica, social e cultural, intervenções artísticas e, sobretudo pela biblioteca montada cujo acervo é composto por mais de 3 mil obras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Ângela de Arruda Camargo (2002) *Habitação na Cidade de São Paulo*. Dissertação de Mestrado. Pólis / PUC-SP, (In: Observatório dos Direitos do Cidadão: acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo, 4). São Paulo.

BUONFIGLIO, Leda Velloso (2004) *Espaços de vida provisórios: os sem-teto do centro da cidade de São Paulo*. Monografia apresentada para obtenção do grau de bacharel em geografia, Departamento de Geografia/FFLCH/USP. São Paulo.

BURSZTYN, Marcel; ARAÚJO, Carlos Henrique (1997) *Da utopia à exclusão. Vivendo nas ruas de Brasília*. Brasília, Garamond/Codeplan.

CARLOS, Ana Fani Alessandri (2001) *Espaço – Tempo na Metrópole. A Fragmentação da Vida Cotidiana*. São Paulo, Contexto.

CENTRO de Mídia Independente (CMI) “Atos contra o despejo da ocupação Prestes Maia”; “Resposta da Secretaria de Habitação”; “Av. Prestes Maia, 911: última grande ocupação do centro de São Paulo pode ser despejada”. Reportagens dos dias 3 e 9 de fevereiro de 2006, respectivamente. Cobertura *Moradia BLOG*, Integração Sem Posse.

CORDEIRO, Helena Kohn (1980) *O centro da metrópole paulistana. Expansão recente*. Tese de Doutorado, Departamento de Geografia/FFLCH/USP, São Paulo.

DORNELAS, Sidnei Marco (2001) “Redes sociais na migração. Questionamentos a partir do pastoral”. *Travessia – Revista do Migrante*, nº 40, maio-agosto, p. 05.

FECHIO, Fermino; MARICATO, Ermínia (1992) “A luta pelo direito de morar”. *Travessia – Revista do Migrante*, nº 14, setembro-dezembro, p. 25.

FOLHA de São Paulo. Cotidiano “Sem-teto faz biblioteca em prédio invadido”; “Literatura Subterrânea” incluindo entrevista com sem-teto, por Afra Balazina; “Protesto contra reintegração de posse interdita via em São Paulo”, da folha on-line, e “Serra dá R\$ 5 mil para sem-teto deixar São Paulo”, a seguir, “Verba é para ajudar pessoas, diz secretário”, por Alencar Izidoro. Reportagens dos dias 01 e 07 de fevereiro de 2006, respectivamente.

LEFEBVRE, Henri (1991) *O direito à cidade*. São Paulo, Moraes.

MARTINS, José de Souza (2000). *A Sociabilidade do Homem Simples: Cotidiano e História na Modernidade Anômala*. São Paulo, Hucitec.

PAVIANI, Aldo (1994) “A lógica da periferização em áreas metropolitanas”. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura e SOUZA, Maria Adélia A. (Orgs.). *Território. Globalização e Fragmentação*. São Paulo, Hucitec/ANPUR.

SANTOS, Milton (1998) *O espaço do cidadão*. São Paulo, Nobel.

SINGER, Paul (1978) “O uso do solo urbano na economia capitalista”. In: MARICATO, Ermínia (Org.). *A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial*. São Paulo.

A RETERRITORIALIZAÇÃO DOS MIGRANTES NORDESTINOS EM RIO DAS PEDRAS

Luciano Ximenes Aragão*

Rio das Pedras é uma comunidade localizada na Zona Oeste do Rio de Janeiro, na Baixada de Jacarepaguá, situada entre a opulenta Barra da Tijuca, o maciço da Tijuca e o Anil. Na recontagem de 1996, feita pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, essa localidade apresentava 7.439 domicílios e 24.581 habitantes. Para a Prefeitura e para o presidente da Associação de Moradores, ultrapassa 65 mil residentes.

Segundo pesquisa realizada pelo Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio, 60 % dos moradores de Rio das Pedras são migrantes. Sugere-se, desse modo, que uma parte significativa dos outros 40% sejam filhos de migrantes, a segunda geração.

É uma comunidade de formação recente, tendo suas primeiras ocupações iniciadas no final dos anos cinquenta (do século XX), sendo que o período de maior crescimento populacional e expansão territorial ocorreu nos anos 1980 e 1990, revelando as dificuldades do poder público frente à crise habitacional que atinge a cidade. Também indica que o crescimento das comunidades de baixa renda não é alimentado exclusivamente pelos fluxos migratórios, na medida em que houve sua redução nas últimas

décadas, para o caso do Rio de Janeiro.

Reconhecida como “uma comunidade de nordestinos”, Rio das Pedras apresenta ainda como especificidade o fato de se manter livre da “violência” desencadeada pela territorialização do tráfico de drogas; isto é reiteradamente indicado pelas lideranças locais e pelos seus moradores, além de amplamente divulgado nos meios de comunicação.

Sua ocupação e expansão aparecem atreladas à expansão urbana da cidade do Rio de Janeiro, combinada com o *boom* imobiliário, especificamente, da Barra da Tijuca e da baixada de Jacarepaguá. Sob a conjuntura econômica criada pelo “milagre” brasileiro, foram estabelecidas as condições sobre as quais aquele setor da economia se dispôs de benefícios, via canalização de investimentos – por meio do ex-BNH – Banco Nacional de Habitação – garantindo a hegemonia de grandes investidores, o que contribuiu para um processo de concentração de capital. Desencadeou-se ou intensificou-se a orientação de fluxos migratórios, alimentados por redes sociais, posto que todos os migrantes entrevistados mencionam que, ao migrar, tiveram apoio de algum parente ou pessoa conhecida. Além disso, pode-se acrescentar as informações, obtidas junto às lideranças comu-

nitárias e também dos próprios moradores entrevistados, de que uma parcela significativa dos moradores de Rio das Pedras trabalhava (ou ainda trabalham) na construção civil.

Essas redes sociais articulam o local de origem com o de destino, pois as informações dos que já realizaram o processo migratório potencializa a partida de outros parentes, vizinhos, etc. Estas redes, *a priori*, desmontam as relações sociais no lugar onde o migrante vivia, mas também se caracterizam pela sua reconstituição no lugar de destino, como foi possível observar em Rio das Pedras.

A descrição do processo de partida feita pelos moradores de Rio das Pedras é pronunciada, às vezes, com uma voz embargada; ao mesmo tempo o olhar é fixado no horizonte. Ocorrem algumas pausas, denotando a dificuldade em se resgatar, por meio da memória, a sua história. No caso de algumas mulheres, os olhos lacrimejaram e duas delas choraram, sem conseguirem conter a emoção causada pela lembrança da partida.

As experiências vividas por esse grupo se traduzem na antítese das propostas da racionalidade dos planejadores, via órgãos e instituições estatais, portadores de discursos de que ao planejamento regional caberia a redução das desigualdades regionais.

Talvez o exemplo mais emblemático do fracasso dessa racionalidade sejam os projetos desenvolvidos no âmbito da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), que apresentaram um caráter de complementaridade, sendo sua expressão principal a intensificação da concentração de capital em outra região – no caso, o Sudeste, mas que também beneficiou o capital privado nacional e estrangeiro. O tempo de sua existência (sua criação data de 1959), por si só, denuncia o fracasso de suas proposições. Na pauta desses agentes não se discutem as conseqüências negativas de um planejamento influenciado por uma certa modernidade conservadora. Em síntese, parece haver um profundo distanciamento: do choro e das lamentações das mulheres de Rio das Pedras; do olhar triste e fixo no horizonte do Senhor Valdemar, que desde que chegou ao Rio de Janeiro em 1959, tem inventado e reinventado estratégias para sobreviver; das árduas condições de vida dos “Damiãos”, que conviviam diariamente com a fome nos sertões pernambucano e paraibano; das “Marias Lúcias” que tiveram de abandonar a terra natal e as suas relações sociais ali vividas para acompanhar o seu marido, porque “lá não tinha emprego para a profissão dele”. É fato que tantas outras situações semelhantes estão presentes nas vozes dos moradores de Rio das Pedras e certamente podem se repetir na fala dos outros indivíduos que viveram o mesmo drama e que não foram ouvidos. Aqueles órgãos não concebem um espaço *verdadeiramente humano*, como já reivindicado pelo professor Milton Santos. Os “dramas” (referidos por Lacoste, apud Chatelet, s/d) pessoais (ou sociais) são ignorados solenemente em favor de uma racionalidade, cujos resultados negativos são experimentados por aqueles que, ao migrarem, têm de lançar mão de estratégias para se

reterritorializar para compensar o “território perdido”.

AS ESTRATÉGIAS DE RETERRITORIALIZAÇÃO DOS MIGRANTES NORDESTINOS EM RIO DAS PEDRAS

Nas observações de campo, assim como nos depoimentos sobre o processo de chegada à metrópole do Grande Rio, são atestados os elementos que atravessam o processo de reterritorialização. Podem estar presentes nas estratégias de apropriação do território, assim como nos recursos mobilizados para dar-lhe sentido, dentre os quais se destaca a identidade regional, ela própria podendo responder pela expansão territorial. Nas entrevistas, foi solicitado aos migrantes que: descrevessem como foi a chegada ao Rio de Janeiro; expusessem como é viver em Rio das Pedras e os tipos de dificuldades que tiveram; fizessem uma comparação entre a vida no local de origem e no de destino.

A chegada significa, como não poderia deixar de ser, novas experiências com o espaço e o começo de novas relações sociais com esse *espaço-outro*. Chegar, pela primeira vez, em um grande centro urbano é, como diz Durham (1984:183) “encontrar uma situação completamente diferente, ante a qual os padrões de comportamento e seu equipamento cultural se revelam inadequados”. Segue-se que um ajustamento inicial é acionado para a “reconstituição de seu universo”. Alguns dos exemplos aparecem nas falas dos migrantes, quando relatam a sensação de estranhamento quando do desembarque na metrópole. Discorrem sobre as estratégias utilizadas para não se perderem (“olhava para o prédio mais alto”, como disse uma das entrevistadas); comentam as diferenças

entre o trabalho na roça e o que desenvolvem na cidade; as diferenças na alimentação, no caso das mulheres trabalhadoras domésticas; salientam que, com o tempo, acostumam-se, sugerindo dessa forma que se adaptaram ou absorveram os equipamentos culturais impostos no local de destino.

No tocante à reconstituição de novas relações sociais, no caso das mulheres solteiras, se deslocam para a relação na qual a posição da “patroa” tende a substituir a do pai. Não se trata mais de um padrão doméstico tradicional, em que o pai representava a figura central, regulando toda a organização familiar no local de origem. As atividades ou tarefas também se tornam estranhas ao que se fazia antes. Já com relação às mulheres casadas, a vida conjugal direciona a substituição da figura do pai pela do marido, embora se deva ressaltar que atualmente transformações culturais (mas não exclusivamente), tendem a modificar a estrutura familiar, o que pode ser exemplificado com o desmanche de uniões conjugais estáveis.

As constantes lamentações referentes à partida e à chegada reforçam a desterritorialização, na qual o território, no seu sentido simbólico, sobrepõe-se ao sentido material. As comprovações dessa situação também se mostraram repetidamente na voz dos migrantes, ao sinalizarem, como ocorreu em alguns casos nas entrevistas, em que ao chegar ao Rio de Janeiro, sentiram-se deslocados e, por isso, com o desejo de voltar de imediato, porque “Não conhecia nada aqui”, ou como disse uma outra migrante “Era tudo esquisito, diferente!”, ou como assinado por outro, “Terra estranha! Terra estranha!”.

Em geral, esse estranhamento também aparece associado com a situação de insegurança, sentida pelas dificuldades dos primeiros contatos com o “espaço-outro”, representada pela

ausência de conhecidos, por não disporem de um lugar para morar e ainda, na falta de uma ocupação laboral.

Esses fragmentos de entrevistas parecem demonstrar, simultaneamente, os processos de desterritorialização e o de reterritorialização. O primeiro pode ser indicado quando o entrevistado vê o local de chegada como “esquisto”, ou diz que, no início, “tinha vontade de voltar”, porque “você está em terra estranha” ou que no lugar onde vivia antes, embora as condições de vida fossem difíceis, se “tinha liberdade”, os entes queridos estavam próximos, onde “você está à vontade” e por isso “você podia ser você mesmo”. O segundo se dá quando o tempo passa, e então, o migrante adquire conhecimentos, inicia-se o processo de migração de parentes, estabelecem-se outras relações sociais de vizinhança ou recupera-se as que estavam no local de origem com a migração dos entes queridos mais próximos (irmãos, tios, cunhados, etc.), no trabalho, com conhecidos e com isso a reterritorialização, pois ampliam-se as redes de relações sociais, aumentam-se as possibilidades de ampliação dos horizontes referentes à aquisição de “capital social”, entendido como maior margem de manobra para conseguir ocupações e desenvolver outras atividades, entre elas as de lazer, representado pelos encontros com conterrâneos ou mesmo na simples convivência diária. Depois, como disseram os entrevistados, “a gente se acostuma”.

O arranjo de uma colocação no mercado de trabalho e a conquista de um lugar para morar, sem que se necessite pagar aluguel, constituem etapas para o processo de reterritorialização. Estas duas conquistas – a moradia e o emprego – são representativas do sucesso do deslocamento, ou seja, quando aquelas são alcançadas, as dificuldades referentes à vida na

metrópole parecem estar superadas e a maioria dos migrantes entrevistados já não manifesta o desejo de retornar ao local de origem. Isto também explica, em grande parte, porque as “invasões” aos terrenos vizinhos e às construções dos condomínios de luxo¹ (na metade dos anos 1980) próximos de Rio das Pedras são relatos enfáticos, incorporados à história coletiva dos moradores da comunidade.

Os moradores das localidades de Areal I e II e do Pantanal discorreram como seu deu o processo de ocupação dos terrenos onde estas áreas estão situadas. O início se deu com a ocupação dos referidos condomínios, envolvendo confrontos com renomadas empreiteiras, o poder público municipal e a polícia militar. Outra área contígua à Rio das Pedras, conhecida localmente por Pinheiros (situada no sopé da encosta da Floresta da Tijuca) tivera processos semelhantes, ou seja, também envolveu conflito. Essas ações culminaram na incorporação de estoques de terra ao núcleo original – o “miolo” da favela – à comunidade e viabilizou a sua expansão territorial e incremento populacional.

O que se deseja destacar, neste caso é a manifestação de algumas das etapas de apropriação do território por uma parte significativa dos moradores de Rio das Pedras, sobretudo os que estiveram à frente de suas franjas de expansão. São várias etapas que incluem desde uma certa vigilância, a autoconstrução da habitação, até a medição, esta feita pela AMARP – Associação de Moradores de Rio das Pedras. Essa última etapa consolida, internamente, o direito de posse do território e, finalmente, a dotação de infraestrutura: obras de saneamento básico e abastecimento de água; calçamento; canalização, a maioria das vezes, realizadas pelo próprio morador.

Durante as incursões na comunidade pôde-se perceber, sobretudo no

Pantanal, uma grande quantidade de aterros. Alguns de seus moradores, com carrinhos de mão, levavam entulhos para dentro de casa. Foi observado que alguns desses residentes, a partir de mutirão, preparavam canaletas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Em qualquer das vielas, naquela localidade, seus moradores preparavam-se, permanentemente, com a ameaça do rebaixamento do solo.

Entretanto, os entrevistados que residem nessa localidade apresentaram grande contentamento, pois demonstraram satisfação em mostrar suas casas. Ter o lugar onde morar adquire um caráter simbólico, representado, sobretudo, pelo sentimento de pertencimento à moradia. Diz um dos entrevistados, morador do Pantanal:

“(...) quando eu cheguei aqui não tinha nada para passar nesse pedacinho de rua, tinha que ir beirando aquele pedacinho de rua, tinha que ir beirando aquele barraco ainda, ia por cima de uma madeira para chegar até aqui, fui o primeiro a construir aqui... [disseram para ele:] Se você tiver coragem de fazer isso, pode fazer... (...) ali na lama... foram três semanas, saí dali e falei para o meu amigo: ‘- Daqui, eu vou sair pro meu barraco, tenho fé em Deus’. (...) fui aterrando, ajuntando, ajuntando e, agora estou com doze metros [de largura] por quatro de frente. [dentro de casa, apontando para o chão da cozinha:] o outro aterro aqui afunda, então, nem piso lá no fundo, ele está estourando, estourando todinho, mas... graças a Deus, chove bastante, a gente ouve na televisão, no rádio, pessoas morrendo soterradas, mas aqui, sinceramente, é uma tranqüilidade...” (Antônio, Ilhéus – BA).

Apesar de todos os problemas –

rebaixamento do solo, inundações freqüentes, existência de ratos, cobras, etc., especificamente no Pantanal – e além do trabalho despendido nos finais de semana para a conservação das residências, não há espaço para desânimo referente às constantes cheias da Lagoa, localizada próxima ao Pantanal. Pelo contrário, quando relatavam a conquista do terreno, ou mesmo, quando conseguiram juntar recursos para a compra de seus “barracos”, demonstravam-se orgulhosos. Alguns, todavia, manifestaram o desejo de morar nas proximidades da “pista” para estarem mais próximos das vias de transporte e por ter “menos lama, quando chove”.

A regulação, ou para ser mais preciso, o ordenamento territorial é programado pela Associação e isto reforça o seu papel e sua legitimidade, através da medição e distribuição dos terrenos. Por sua vez, essas ações, articuladas às suas iniciativas assistencialistas, culminam no sentimento de pertencimento ao lugar, reforçando a sua territorialidade. “Ter” um lugar para morar corresponde a fazer parte de uma organização; ter direitos a uma propriedade aparece, agora, associada ao Ser.

Freqüentemente, os relatos do significado de “viver em Rio das Pedras” são associados às ações da Associação. Reforça-se aqui o seu “poder simbólico”, nem sempre tão invisível, pois não pode prescindir de uma base material para dar suporte ao seu “poder consentido”. Portanto, as diretrizes inerentes ao poder público são desempenhadas pela representação associativa.

Pode-se notar, nos discursos dos migrantes que descrevem os impactos quanto à mudança de lugar, os seguintes aspectos: o estranhamento da chegada; a saudade dos que ficaram; a depressão sentida na chegada que só parecem superadas quando as rela-

ções sociais da origem são restabelecidas no local de destino. Isto sugere que a junção do lugar da reprodução com o “lugar” da produção consiste numa das etapas da reterritorialização. O “lugar” da reprodução traduz-se na conquista da moradia e das relações sociais – inclusive com uma instância em que os moradores delegaram poder, em decorrência da ausência do poder público. Já o “lugar da produção” pode ser observado na conquista de ocupações estáveis. É como se a partir da conquista de ambas (a moradia e um emprego estável) esse grupo social pudesse se livrar das condições de clandestinidade no seu próprio país.

O “lugar da produção” – do trabalho – se opõe, *strictu sensu*, ao “lugar da reprodução” por ser o lugar do “não-trabalho”, o “lugar da festa” (Martins, 1986:55). A separação destes dois lugares ocorre, de início, porque o migrante realiza a migração sozinho. Logo após, estabelece-se uma rede de relações sociais que acontece de várias maneiras: quando ocorre o retorno de férias de um desses migrantes, ao chegar, trazendo informações do lugar onde estava, provoca a migração de outros; quando o migrante, a partir desse retorno, casa-se, influencia a migração de parentes; ou ainda, quando o filho mais velho parte e depois agencia a migração dos demais irmãos. Durante as entrevistas foi recorrente a menção dos migrantes, em relação a esse processo, como por exemplo, o comentário do senhor Valdemar: “fui trazendo de um em um; estão todos aqui”, ou, no caso de Dona Maria Elza, trazida pela irmã, “eu já tinha uma irmã morando aqui. Consegui falar com ela e ela mandou o dinheiro e eu vim”. Disse ainda sua irmã, Raimunda: “Desde quando veio o primeiro, já é, como se diz, se *localizou* aqui e aí foi vindo, sempre um trazendo o outro e esse trazendo outro. Hoje em dia, a família está

praticamente toda aqui; só estão lá os mais idosos, mas os mais jovens já estão todos aqui”.

Em todas as quarenta e duas entrevistas, situações similares se repetiram e, em quase todas, os migrantes e seus parentes residiam perto uns dos outros, ou mesmo em outras localidades da comunidade. Em uma das vielas, onde se entrevistou um baiano, de Ilhéus, todos os moradores eram parentes, como ele próprio informou: “A minha chegada aqui foi ótima! (...) nesse trecho de cá [apontando para algumas casas], ali, tudo é parente; ainda tem outras que moram com nós, que é parente dela [esposa]”.

A partir da ativação das redes de relações sociais, Rio das Pedras foi se tornando uma “comunidade de nordestinos”, como os seus representantes e moradores comentam e como divulgado nos meios de comunicação. Rio das Pedras constitui a síntese das estratégias desses grupos sociais que juntaram, ou no limite, aproximaram o “lugar da produção”, do trabalho, com o “lugar da reprodução”, “da festa”, cuja manifestação pode ser percebida pela recriação, nessa comunidade, de uma “atmosfera nordestinizada”, mesmo que o resgate da identidade regional opere por seletividade e permaneça cercado por ambigüidades.

A SELETIVIDADE E AS AMBIGÜIDADES SOBRE O RESGATE DA IDENTIDADE REGIONAL

O ponto de partida escolhido para analisar a identidade territorial nordestina, em Rio das pedras foi, então, a identificação desse espaço como o “lugar da festa”, sob a pressuposição de que ela é ativada, fundamentalmente, mas não exclusivamente, nas horas de

lazer, na convivência, momento por excelência em que a sociabilidade ocorre com maior vigor.

Para Fernández (1998, não paginado), “tanto a cidade como a festa são fenômenos primordiais da civilização porque ambas exercem a função de promover altos níveis de sociabilidade”. No caso das migrações, a festa possui uma propriedade singular que permite ao migrante, atesta Magnani (2003:25-6) “um ordenamento de todo seu estoque simbólico”, porque possibilita, “na grande cidade, reconstruir uma nova identidade, reconstruir laços de parentesco e vizinhança, acostumar-se aos equipamentos urbanos”. Promove, igualmente, “a junção do velho e do novo”, em que “algumas coisas permanecem, muitas se transformam, outras ainda desaparecem”.

Em Rio das Pedras, das vitrolas das casas dos seus moradores ouviam-se músicas, entre elas, as músicas sertanejas, mas o peso maior era o do forró. Grupos tradicionais e outros nem tanto, como “Falamansa”, “Rastapé”, “Forrosacana”, entre outros, eram executados.

Não foi possível identificar, ainda segundo observações dos trabalhos de campo, setores, na comunidade, em que predominassem certos grupos de migrantes de determinado estado da Região; confirmava-se a unidade defendida enfaticamente pelas lideranças comunitárias: “tá tudo misturado”, ou “é tudo uma comunidade só. O Rio das Pedras só foi dividido no nome”, como enfatiza o vice-presidente da associação, que destaca um caráter de unidade que envolve tanto nordestinos quanto cariocas, embora venha sugerir, ainda que implicitamente, a hegemonia nordestina.

Entretanto, uma parte dos entrevistados, ao responderem questões relativas ao tempo de lazer, sobre o que faziam nos momentos de folga ou se, nestes momentos havia confraterniza-

ção ou realização de encontros com parentes, as respostas eram a falta de tempo e, quando tinham folga, apresentavam cansaço, ou “falta de dinheiro”, o que dificultava o deslocamento para os lugares onde poderiam acontecer as “festas”. Todavia, alguns dos entrevistados do sexo masculino, com mais idade, disseram que, quando jovens, bebiam e freqüentavam a Feira de São Cristóvão, mas que, atualmente, não costumam realizar essas atividades. Uma das mulheres entrevistadas comentou que freqüentava a mesma feira, os forrós de Ipanema e do Asa Branca (na Lapa) além de participar, no Largo do Machado, de encontros semanais de nordestinos, onde até há bem pouco tempo se reuniam.

Houve também situações em que os moradores de Rio das Pedras disseram não freqüentar espaços de convivência, nem mesmo visitar parentes. Estes casos parecem indicar que as redes sociais desse grupo foram desativadas quando do início do processo migratório e, em seguida, após o seu estabelecimento na metrópole, não houve como reativá-las. Supõe-se que suas dificuldades induzem sua fragilidade, sobretudo, no que concerne à reterritorialização. De certo modo, isto é uma consequência dos baixos salários, do desemprego e mesmo da deterioração da relação capital/trabalho, o que pode reforçar a dificuldade de mobilizar recursos para realizar as festas, os encontros, ou para fortalecer mobilizações que levem à criação de centros de tradições² ou algo congênere. Parece que este contexto tende a deslocar experiências desse grupo social em direção a uma atomização, em que o individualismo parece prevalecer.

Esta parece ser, então, uma das ambigüidades em que se manifesta o processo de reterritorialização em Rio das Pedras, sobretudo, quando se tem por alvo o resgate da identidade regio-

nal como uma de suas estratégias, cujas dificuldades podem ser: de mobilizar recursos para a realização de festas para estar junto de seus pares; o desencantamento demonstrado em algumas das entrevistas, quando alguns dos entrevistados disseram que vir para o Rio de Janeiro “foi uma ilusão”, ou “até agora não consegui nada”. Esses casos parecem ser os de indivíduos que, ao migrar, não conseguiram se inserir em novas redes de relações. Estão desempregados e pagam aluguel, o que, por sua vez, confirma que ter uma ocupação estável e a moradia consistem em etapas importantes do processo de reterritorialização.

Se considerarmos a região Nordeste como um *espaço de representação*, aquele que é concebido pelos técnicos de planejamento, ou mesmo de uma representação dos grupos dominantes – as oligarquias locais – aos quais se somam os intelectuais, como Gilberto Freyre, Rachel de Queiroz, Ariano Suassuna, entre outros, arrisca-se a hipótese de que a referida região é uma invenção e nesse processo de invenção, não se considerou os *espaços de representação*, aqueles que se vinculam ao espaço vivido, carregado de simbolismo, saturado de significações³.

A identidade regional não mais se constrói sob a influência da nostalgia *freyreana*, nem mesmo sob a pena dos *Romancistas de Trinta* e nem se vincula à imagem que associava o nordestino ao sujeito que diante das penosas condições de vida no local de origem, oscilava entre o “trabuco e o rosário”, isto é, apelava para o cangaço ou para o messianismo, como foi comentado por Djacir Menezes em sua clássica obra *O Outro Nordeste*. O Sertão e sua natureza semi-árida (origem de quase todos os entrevistados) conforme os depoimentos dos moradores de Rio das Pedras, não consiste mais no repositório que os vincula à

identidade regional porque quase não há menção às prolongadas estiagens, nem mesmo como causa principal do processo migratório. Não há também uma auto-atribuição “como sertanejos” pelos entrevistados, pois um ou outro diz que veio do “sertão brabo da Paraíba”, não se referindo à seca (de que se criou toda uma matriz imagético-discursiva sobre o Nordeste), mas às árduas condições de vida. Portanto, as representações sociais sobre si mesmos não têm como base a natureza semi-árida do sertão.

O processo de reterritorialização dos migrantes nordestinos em Rio das Pedras demonstra a contradição entre o “espaço vivido” e o “espaço concebido”. A forma como os romancistas, os técnicos de planejamento ou as elites regionais – neste caso o regionalismo, defendido por Freyre – concebiam o espaço regional parece não coincidir com a perspectiva das classes menos privilegiadas e, provavelmente, nem no local de origem, no passado, nem atualmente, no local de destino. Aquelas concepções não subsistem nem mesmo sob um caráter residual. É bem provável que jamais tenham coexistido

Houve também algumas situações em que os migrantes se sentiram hostilizados por conterrâneos que já estavam estabelecidos na metrópole há mais tempo, embora tais situações não tenham tido uma grande recorrência nas entrevistas.

As diferenças, neste caso, afluem em direção à relação entre “estabelecidos e *outsiders*” (Elias, 2000), na qual determinado grupo, por possuir maior tempo residindo num lugar, detém maiores privilégios, isto é, o tempo de residência marca a sua distinção como, por exemplo, ter maior tempo vivendo em Rio das Pedras garante maior capacidade de influenciar nas decisões da Associação. Alguns indivíduos afirmaram já ter ocupado pos-

tos na sua diretoria. As lideranças comunitárias e os moradores que orbitam em torno da representatividade associativa em Rio das Pedras caracterizam-se por serem moradores mais antigos. Em entrevista realizada com o vice-presidente da Associação, este foi enfático quando o assunto dizia respeito à relação moradores recentes X moradores antigos, na qual dizia, “todos aderem”, como se estivesse fazendo uma articulação entre a legitimidade alcançada pela AMARP e os interesses dos moradores mais antigos, os *estabelecidos*.

Situação semelhante parece se repetir, sobretudo quando se desloca para o que se poderia chamar de “conflitos de gerações”. A segunda geração dos moradores de Rio das Pedras, os filhos de nordestinos, apresenta relativa recusa na valorização da origem dos seus pais. Mesmo que apenas um dos entrevistados tivesse comentado a respeito, uma das lideranças comunitárias disse ser comum filhos de nordestinos, nascidos no Rio de Janeiro, apresentarem, não explicitamente, rejeição à naturalidade dos pais.

A cultura popular ou a erudita regional e o que elas tinham de mais tradicional parecem ser, em alguns momentos, pouco ativas – ou se admite pouca força por parte destas – para dar sentido à identidade regional. Em algumas das entrevistas pode-se notar pouco apego às tradições, como por exemplo, quando se perguntava aos moradores de Rio das Pedras, quais comidas típicas costumavam consumir. Alguns dos comentários dos migrantes soavam negativamente como, por exemplo, um dos entrevistados ao dizer que, depois de dezoito anos que partira do Nordeste, ao retornar e ao consumir os alimentos típicos do lugar onde nascera sentira-se mal.

Em outra entrevista um dos moradores afirma que ao passar na feira, que ocorre aos domingos e que ao ver

os repentistas – cantadores de literatura de cordel que narram sagas de supostos heróis regionais, acompanhados por violas – não manifesta interesse.

A relação dos moradores de Rio das Pedras com a mobilização da sua identidade regional leva a duas interpretações. De um lado, há situações em que a identidade regional é fracamente mobilizada, o que pode estar associado à dificuldade de mobilizar recursos e, diante disto, parece não apresentar condições de aproximar o “lugar do trabalho”, “da produção” com o “lugar do não-trabalho”, da reprodução; um fraco apego às tradições, representado pela não valorização das origens de seus pais por parte dos filhos dos migrantes; a rejeição, em alguns casos, pelo que é tipicamente regional, como visto na relação entre os migrantes e os alimentos da região; o preconceito dos *estabelecidos* contra os de migração recente e, por fim, uma certa dificuldade em se falar do passado, como já aludido anteriormente, tudo dificulta o resgate das tradições do lugar de origem.

A recorrência à memória, capaz de unir espaço e tempo e que poderia fortalecer a identidade regional, neste caso tende ao enfraquecimento, dificultando a mobilização da identidade regional, o que foi visto durante as conversas com os moradores migrantes.

Pode-se, assim, diagnosticar os problemas que cerceiam o resgate da identidade regional em Rio das Pedras: ora existe pouca coesão entre as gerações; ora fraco recurso despendido à memória. Em ambas as situações estão presentes as dificuldades para ativar, plenamente, a identidade regional. Na comunidade, ela opera por seletividade, dependendo do contexto.

Em contraposição, há situações em que a identidade regional é vivida em toda a sua plenitude, sobretudo nas situações em que se pode ver a junção

ou a aproximação do “lugar da produção” com o “lugar do não-trabalho”; quando Rio das Pedras se torna o “lugar da festa”, em que se pode observar as conversas, nos finais de semanas, nas calçadas e nos bares; a musicalidade – sobretudo o forró – que soa nas casas, onde se cria toda uma atmosfera que “lembra” e que faz com que, na comunidade, se sinta “um pedacinho do Norte”, como mencionado por uma das moradoras da comunidade; quando se observa a satisfação dos moradores das áreas mais problemáticas devido à precariedade das condições ambientais e sua luta para superá-las⁴.

Há, entretanto, alguns fatores que explicam a fraca mobilização da identidade regional. Trata-se das mudanças culturais e que envolvem transformações na forma de apreensão das tradições e na forma de sua difusão que, possivelmente, podem afetar as visões de mundo tanto no local de destino quanto no de origem do grupo social em questão. Desses efeitos, em especial a “co-habitação” entre o próximo e o distante, está relacionada ao desenvolvimento das técnicas, percebido sobretudo na ampliação da arena em que ocorre este processo. O aumento do consumo, principalmente o que está ligado aos meios de comunicação de massa, contribui para aumentar a velocidade com que as informações são transmitidas. Deve-se subentender, contudo, que o “consumo é o conjunto de processos socioculturais em que se realizam a apropriação e os usos dos produtos” (Canclini, 1996:53). Este autor acrescenta que:

“(...) o anárquico crescimento urbano segue junto com a expansão dos meios eletrônicos. A industrialização e as migrações, que levaram à cidade nos últimos cinquenta anos ... [milhões de habitantes] são parte da mesma política de modernização que

concentra o desenvolvimento cultural na expansão dos meios de comunicação de massa. O desequilíbrio gerado pela urbanização irracional e especulativa é “compensado” pela eficácia comunicativa das redes tecnológicas” (p.79).

Segundo Ortiz (1998:108), “há um universo habitado por objetos comparilhados em grande escala” e, assim, o presente, o simultâneo, tende a se sobrepor ao passado, modificando ou dificultando o resgate das tradições, porque, se o que é pretérito prescinde da memória coletiva, seu maior inimigo, como assinala ainda este autor, é o esquecimento e é este que “espreita a evocação do passado, trabalhando no sentido de sua desagregação” (idem, p. 137). Torna-se necessário lutar contra o esquecimento, através da rememoração, para que não se fragilize a solidariedade entre as pessoas e, neste sentido, “comunidade e memória se entrelaçam”.

NOVOS PERCURSOS PARA OS MIGRANTES DE RIO DAS PEDRAS

O esforço empreendido no desenvolvimento da pesquisa sobre os migrantes nordestinos em Rio das Pedras não conduziu para respostas acabadas. Ao contrário, tanto a desterritorialização quanto a reterritorialização são processos e como tais, sempre incompletos. O mesmo pode ser dito quanto aos processos identitários. Por essa razão, o vivido, multifacetado, saturado de (re) significações, impede que tenhamos juízos de valores ou imagens idealizadas e pré-concebidas.

O processo de reterritorialização, especificamente, emerge ancorado em contextos mais amplos, portanto, complexos, destacando-se a mobilização

seletiva da identidade territorial.

Em Rio das Pedras, como se pôde notar, a preocupação empreendida pelos diversos agentes que interagem com a comunidade tem se voltado mais para marcar a sua distinção no espaço metropolitano do que, propriamente, de resgatar a identidade regional, embora esta seja mobilizada seletivamente para dar sentido à territorialidade riopedrense. Esta é uma das razões que explica o porquê de se poder afirmar que um novo processo está em curso: não há um abandono de todo das tradições, dos costumes, mas também não uma incorporação total (se é que isso é possível) da identidade do local de destino.

*** Luciano Ximenes Aragão é Mestre em Geografia pela Universidade Federal Fluminense.**

NOTAS

1 - Trata-se de condomínios situados em terrenos contíguos a Rio das Pedras pertencentes ao Grupo Delfim, que, segundo entrevistas, estavam penhorados à Caixa Econômica Federal.

2 - Em 2003, o prefeito César Maia inaugurou o Centro de Tradições Nordesteiras Luiz Gonzaga, no antigo Pavilhão de São Cristóvão, nas proximidades do lugar onde ocorria a tradicional “Feira dos Paraíba’s”. Este então, tornou-se o único centro de tradições nordestinas no Rio de Janeiro. Constituiu-se numa iniciativa política que parece assumir contornos paternalistas ou populistas, além de disciplinadora do espaço, pois procura reunir num único local e com regras “institucionalizadas” um evento de cultura popular. A transferência, da rua para o pavilhão onde esse evento cultural se realiza não foi, desse modo, uma iniciativa popular; sugere-se, assim, que a racionalidade política sobrepõe-se à espontaneidade dos indivíduos.

3 - Para aprofundamento dos conceitos de espaços de representação, práticas sociais e de representações do espaço, ver Lefebvre, 1981.

4 - A manutenção de atributos que envolve a identidade regional é permeada por

contradições; ela opera por seletividade, ainda que inconscientemente, ou seja, houve situações, por exemplo, em que um mesmo entrevistado vive intensamente “a atmosfera nordestinizada” de Rio das Pedras, admitindo seu “apego” à comunidade exatamente por essa razão. Porém sente-se pouco à vontade em falar sobre o local de origem, sobre os seus hábitos que estão relacionados com o lugar onde nasceu porque suas ligações com ele são muito reduzidas. De forma geral, isto induz que o migrante não perdeu de todo a sua identidade original, mas que também não incorporou uma identidade de destino. Parece, enfim, que um novo arranjo ou negociação identitária, em Rio das Pedras, está em curso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BURGOS, Marcelo B.
(2002) “Favela, cidade e cidadania em Rio das Pedras”. In: BURGOS, Marcelo B. (org.) *A utopia da Comunidade: Rio das pedras, uma favela carioca*. Rio de Janeiro, Editora Loyola/PUC.
- CANCLINI, N. G.
(1996) *Consumidores e cidadãos*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ.
- DURHAN, E.
(1984) *A caminho da cidade*. São Paulo, Editora Perspectiva.
- ELIAS, Norbert
(2000) *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- FERNANDES, Nelson N.
(1998) La ciudad y la fiesta. Orígenes, desarrollo y significado de las “escolas de samba” de Río de Janeiro (1928-1941). *Scripta Nova*. Revista Eletrónica de Geografía e Ciencias Sociales. Barcelona, Universidad de Barcelona.
- LACOSTE, Y.
(s/d) A Geografia. In: CHATELET, F. *A filosofia das ciências sociais: de 1860 aos nossos dias*. Vol. 7. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

- LEFEBVRE, H.
(1981) *La Production de L'Espace*. Paris, Fayard.
- LEFEBVRE, H.
(1976) *Espacio y politica*. Barcelona, Ediciones Península.
- MAGNANI, J. G. C.
(2003) *Festa no pedaço: Cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo, Editora da UNESP (Terceira Edição).
- MARTINS, José de Souza

- (1986) *Não há terra para plantar neste verão*. Petrópolis, Vozes.
- MENEZES, Djacir
(1970) *O outro Nordeste: Ensaio sobre a evolução social e política do Nordeste da “civilização do couro” e suas implicações históricas nos problemas gerais*. Rio de Janeiro, Artenova Editora.
- ORTIZ, Renato
(1998) *Mundialização e cultura*. São Paulo, Editora Brasiliense.

II FÓRUM SOCIAL MUNDIAL DAS MIGRAÇÕES

Cidadania Universal e Direitos Humanos

OUTRO MUNDO É POSSÍVEL

Rivas-Vaciamadrid, Madrid, Espanha
22 a 24 de junho de 2006

www.fsmm2006.org

CEAR - Comisión Española
de Ayuda al Refugiado

Grito dos
Excluídos

SPM - Serviço Pastoral
dos Migrantes

Rivas
Vaciamadrid

ECONOMIA, URBANIZAÇÃO E NOVAS TERRITORIALIDADES NO DESENVOLVIMENTO DE SÃO PAULO

Carlos A. Brandão *
Cláudio Schuller Maciel *
Fernando César de Macedo *

O objetivo deste texto é apresentar a evolução demográfica e urbana recente no estado de São Paulo, a partir de transformações econômicas que criaram novas territorialidades, tornando a rede urbana paulista muito mais adensada e complexa¹. Encontra-se dividido em quatro partes, além desta sumária apresentação. Na primeira, são descritos aspectos do crescimento demográfico e urbano recente, destacando processos de desconcentração demográfica, seja no sentido metrópole-interior, seja pela própria periferização das metrópoles estaduais (São Paulo, Santos e Campinas). Na segunda, discute-se a interiorização do desenvolvimento paulista; na terceira, as mudanças na distribuição espacial da indústria que impactaram a rede urbana estadual. Por fim, uma breve nota sobre a evolução recente da agropecuária que também promoveu um avanço na urbanização do interior.

ALGUNS ASPECTOS DO CRESCIMENTO URBANO E DEMOGRÁFICO NO ESTADO DE SÃO PAULO

A população do Estado de São Paulo, em 2000, representava 21,8% do

total da brasileira. Estado mais populoso e segundo mais povoado do país², sua taxa de crescimento entre 1991 e 2000 foi de 1,8% a.a., superior à média nacional (1,6% a.a.). Ambas ficaram, no entanto, abaixo das verificadas no período 1980-1991, que foram de, respectivamente, 2,1% e 1,9%. A PNAD aponta população de quase 40 milhões, em 2004, com 48,0% dela residindo na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e a restante distribuída entre os 606 municípios do interior. Daquele total, 94,5% residiam no meio urbano, taxa que é ligeiramente superior na RMSP (96,2%) e ligeiramente inferior no interior do estado (92,9%).

A exemplo de tendências verificadas para o Brasil, observam-se modificações importantes no padrão demográfico de São Paulo, como envelhecimento da população, queda nas taxas de fecundidade, aumento na esperança de vida, redução nos ritmos de crescimento populacional e de urbanização e aumento das migrações de retorno. As migrações interestaduais, ainda que menos intensas, se mantiveram elevadas³ e são acompanhadas pelo aumento das intra-estaduais (incluindo as intra-metropolitanas), com o interior exercendo maior atratividade sobre os emigrantes, tanto os oriundos

da RMSP quanto os de outras unidades federativas.

Embora tenha arrefecido seu crescimento, resultado da transição demográfica verificada no país a partir de fins dos anos sessenta, as taxas de incremento populacional paulista continuam acima da maioria dos demais estados, superadas apenas pelos que ainda apresentam fronteiras agrícola e mineral em expansão, como os do Norte e do Centro-Oeste, ou com taxas de crescimento econômico acima da média nacional.

Isso demonstra que apesar de se consolidarem novas áreas de atração populacional, como as duas regiões citadas, cujos estados apresentaram as maiores taxas de crescimento demográfico entre 1991 e 2000, ou apesar da drástica redução dos ritmos das perdas de Minas Gerais que passou a reter parte significativa de seus habitantes que antes emigravam, São Paulo – principalmente seu interior – continua exercendo forte poder de atração, sendo o mais importante destino para os emigrantes brasileiros, especialmente os do Nordeste.

Do ponto de vista espacial, observa-se crescimento maior dos municípios do interior, que entre 1991 e 2000 apresentaram taxa anual média de incremento populacional de 1,92% con-

tra 1,64% da RMSP. Com isso, tem continuidade a desconcentração populacional no sentido metrópole-interior, que se inicia a partir de 1980 quando, pela primeira vez, o ritmo de crescimento populacional da RMSP é menor que a média do estado, com observância de saldos migratórios intra-estaduais negativos para a primeira.

Essa interiorização contribuiu decisivamente para redefinir a posição das cidades na hierarquia urbana, pelo aparecimento de novas funções geradoras de novas centralidades, o que torna a rede urbana paulista muito mais complexa e densa. Em geral, observa-se que o crescimento das cidades médias esteve vinculado, como se destaca adiante, ao processo de desconcentração do desenvolvimento paulista, especialmente o industrial, a partir dos anos 1970. Desde então, consolidam-se novos espaços urbano-regionais no estado, fortalecendo e especializando as funções de algumas aglomerações urbanas do interior, que ampliaram sua centralidade na rede de cidades estadual. Contribuiu igualmente para essa urbanização do interior do estado, o avanço da agropecuária paulista, especialmente na última década do século XX.

Ressalta-se, no entanto, que o interior do estado não deve ser visto como um recorte regional único, pois essa simples agregação esconderia o fato de que a interiorização (econômica e populacional) foi muito mais intensa em alguns municípios, ainda que todas as regiões do estado tenham se beneficiado dela. Como exemplo do caráter relativamente concentrado dessa desconcentração demográfica, cabe lembrar que somente a RA de Campinas respondia por 28,2% do total de residentes no interior. Para se ter idéia de seu peso, basta mencionar que Sorocaba, a segunda mais populosa, equivalia a menos da metade desta. Ademais, as regiões apresentam estru-

turas produtivas distintas que ficam encobertas pela agregação do interior em um único recorte territorial.

Portanto, apesar da interiorização, a população paulista manteve-se relativamente concentrada nas duas maiores Regiões Administrativas (RA), a RMSP e a de Campinas, que totalizam 62,9% dos residentes no estado em 2000, a mesma participação de 1991 e um pouco abaixo da de 1980 (63,1%). Em boa medida, parte da perda de participação relativa da metrópole foi apropriada pelo crescimento da RA de Campinas, especialmente por seu município sede, demonstrando o caráter relativamente limitado dessa desconcentração demográfica no sentido do interior mais longínquo.

Se a RMSP apresenta ritmo de crescimento populacional mais reduzido que a média estadual entre 1991 e 2000, o crescimento da capital foi ainda menor (0,9%), contrapondo-se à média dos demais municípios metropolitanos que foi de 2,8%, ratificando o movimento espacial de periferização que vem, desde os anos sessenta, acompanhado por forte segregação que marca principalmente as cidades brasileiras de grande porte, em especial as metrópoles.

Nelas, as populações pobres são forçadas a movimentos sucessivos de invasão de espaços vazios distantes do centro urbano principal, muitas vezes fora do perímetro urbano, não raro em áreas próximas a mananciais e reservas ecológicas. Há que se registrar que, paradoxalmente, a população rural da RMSP foi acrescida em mais de 400 mil pessoas entre 1991 e 2000, provavelmente refletindo esse duplo processo de periferização/segregação que move a população de baixa renda para pontos longínquos do centro urbano em áreas, mormente, sem infra-estrutura necessária para atender as demandas da população.

Por outro lado, há também uma

“periferização” da população de alta renda, que, fugindo da violência e da deterioração urbana que aumentaram ainda mais na década de noventa, procura segurança em condomínios fechados, em áreas distantes do *core* metropolitano que ofereçam amenidades físicas e sociais, com boa infra-estrutura e fácil acesso a eixos viários. Ambas periferizações geram movimento extensivo e predatório que vem moldando a configuração territorial das cidades brasileiras, sendo visíveis, também, nas duas outras metrópoles estaduais: a de Campinas e a da Baixada Santista.

Os problemas tipicamente metropolitanos, que se manifestam mais fortemente na RMSP, criam externalidades negativas (encarecimento dos terrenos, legislação ambiental mais rígida, encarecimento da mão-de-obra...), que “empurram” parte da atividade produtiva para fora da metrópole em direção a áreas do interior dotadas de boa infra-estrutura, especialmente acesso aos eixos de transporte, que se apropriaram da desconcentração metropolitana.

Isso não significa que a RMSP tenha perdido primazia e/ou que esteja passando por um processo de esvaziamento sócio-econômico; ao contrário, a rede urbana paulista complexifica-se a partir do comando da metrópole que detêm, ainda, parcela substancial (quantitativa e qualitativamente) das atividades econômicas localizadas no país. No entanto, novos pontos de dinamismo econômico surgem no interior, redesenhando suas articulações com a metrópole.

Essa interiorização das atividades é acompanhada por aumento dos fluxos migratórios intra-estaduais em direção às cidades do interior de grande e médio porte, destacando-se o fluxo de migrantes que partem da RMSP em direção as demais regiões do estado. Entre 1995 e 2000 mais de 400 mil

peças emigraram da metrópole para o interior paulista, especialmente para as regiões administrativas de Campinas, Sorocaba e São José dos Campos. Da mesma forma, mais de 500 mil emigraram da metrópole para outros estados.

Segundo Hogan et al. (2000: 66) “esta ‘expulsão’ da população da metrópole está, de um lado, vinculada a um retorno à UF de origem e também significa que a metrópole deixou de ser, para muitos, o ponto de destino definitivo, ensejando situação de menor estabilidade ou até significando um local de passagem na redistribuição populacional do estado”. Significa, também, que os territórios com maior dinamismo econômico no interior acenam com novas possibilidades para a população migrante.

Dessa forma o interior paulista tornou-se mais atrativo para os imigrantes, o que resultou em ritmo maior de crescimento populacional. No entanto, como já frisamos, esse crescimento se deu de forma muito desigual entre as 14 RAs interioranas, com particular destaque para as de Campinas, Sorocaba, São José dos Campos e Santos, cujas taxas anuais médias de crescimento, de 2,3% para as duas primeiras e 2,1% para as outras duas, foram as maiores do estado. Em contraposição, Presidente Prudente (0,8%), Araçatuba (1,0%) e Barretos (1,1%) apresentaram as mais baixas.

Esse desempenho é reflexo das condições econômicas que fizeram emergir novas áreas dinâmicas localizadas fora da metrópole. Tais áreas consolidaram alguns centros regionais, dinamizando, muitas vezes, parte de seu *hinterland*. A rede de cidades que vai se adensando e se complexificando, apresenta tendência de seguir pelos principais eixos rodoviários estaduais que integram as principais cidades da rede urbana à RMSP, reforçando a

idéia de que o município de São Paulo, a despeito de sua perda de participação demográfica e industrial no total do estado, mantém, e provavelmente intensifica, sua primazia sobre a rede urbana paulista e brasileira.

É importante, portanto, analisar a dinâmica da economia recente em São Paulo para entendermos o comportamento das diferentes regiões do estado que vem tornando a rede urbana muito mais adensada e complexa. É o que tentaremos fazer a seguir.

INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO PAULISTA

As mudanças no padrão demográfico estadual, processadas a partir da década de 1980, se refletem no maior ritmo de crescimento populacional do interior e exigem entendimentos mais precisos sobre os efeitos da dinâmica sócio-econômica paulista, com a formação e a consolidação de novas áreas dinâmicas em seu território. Com isso, redefinir-se-ia o desenho de sua rede urbana, segundo uma lógica de centralização e descentralização que vai estruturando uma nova hierarquia espacial no estado, com importância crescente das aglomerações urbanas do interior, sem que a RMSP perca sua centralidade no processo de acumulação, a despeito de ver reduzida sua participação relativa nas estruturas produtivas e demográficas estaduais.

É bom lembrar que a rede urbana de São Paulo foi estruturada originalmente a partir do complexo cafeeiro. Foi, contudo, a industrialização (e a decorrente criação de extensa malha viária que compõe uma infra-estrutura ímpar no país) que lhe deu maior adensamento e complexidade. Com ela, a RMSP consolidou sua influência econômica e demográfica não apenas sobre o território paulista, mas também

sobre o nacional, concentrando parcela significativa do VTI⁴ da indústria de transformação e da população brasileiras, além dos serviços mais especializados.

Os processos de desconcentração econômica e de modernização da agropecuária a partir dos anos setenta e o baixo ritmo de crescimento da economia nacional nas duas décadas seguintes tiveram efeitos significativos sobre a RMSP, que perdeu participação na indústria de transformação brasileira. Ocorreu o surgimento de áreas economicamente dinâmicas localizadas fora da RMSP, definindo novas dimensões territoriais na produção, não apenas em São Paulo, mas também em vários espaços sub-regionais em outras unidades da federação.

Como largamente discutido⁵, a desconcentração industrial assumiu concomitantemente um duplo sentido, com repercussões importantes sobre a área metropolitana e sobre aglomerações urbanas de maior porte do interior do estado e em algumas cidades médias brasileiras.

Seu primeiro sentido foi o ganho de participação das demais unidades federativas, que ampliaram progressivamente seu peso na indústria brasileira em detrimento de São Paulo: 41,9% em 1970; 45,6% em 1980; 52% em 1985; 54,7% em 2000 e 59% em 2003. Cidades de porte médio – normalmente capitais estaduais, com infra-estruturas capazes de atender às exigências locais da indústria, foram as principais beneficiárias desse movimento. Em 1970, segundo Diniz e Crocco (1996), eram 33 aglomerações industriais relevantes no país, com empregos industriais acima de 5 mil pessoas em cada uma. Em 1980 e 1990, esses números saltam para 76 e 90, respectivamente.

O segundo sentido repercutiu mais diretamente na reconfiguração da rede urbana de São Paulo, com o aumento

da participação do interior em sua indústria de transformação, cujo peso saltou de 25,3% em 1970 para 43,3% em 1985; continuando a aumentar no período seguinte: 48,1% em 1995, 58,5% em 2000 e 61,7% em 2003⁶.

Ambos os sentidos da desconcentração representaram perdas de participação da RMSP nas indústrias brasileira e paulista. A contrapartida foi que o crescimento de cidades de porte médio no Brasil e no estado de São Paulo acabou por aumentar sua participação na indústria nacional, modificando o mapa da indústria brasileira⁷.

Da mesma forma, o avanço da fronteira agrícola e mineral no país reforçou o processo de desconcentração, acelerando a urbanização do Centro-Oeste e do Norte, fato que contribuiu para o deslocamento de parte da agroindústria para fora do estado de São Paulo. Paralelamente, a modernização da agropecuária paulista reforçaria o peso de algumas cidades de porte médio do interior, aumentando a participação do agro no PIB estadual na década de 1990⁸. Em 1970 esta participação era de 5,7%, caindo para 3,9% em 1980 e 3,5% em 1989. No entanto em 2003 atinge 7,7%. A participação de São Paulo na agropecuária brasileira saltou de 18,2% em 2000 para 23,9% em 2003⁹. Evidentemente, este crescimento foi apropriado pelas cidades do interior, intensificando-lhes a urbanização e a maior divisão do trabalho, com surgimento de uma série de serviços diversificaram o terciário não metropolitano.

No geral, o que se observa no período pós-1970, especialmente a partir da década de oitenta, para o Brasil e para São Paulo, é um processo de desconcentração econômica que é acompanhado por um outro de desconcentração urbana e demográfica, refletida em taxas de crescimento das metrópoles abaixo das

de cidades de porte médio.

Para entender melhor esse comportamento, traçamos a seguir a evolução recente da indústria e da agropecuária paulista que criaram as condições materiais para alterações no ordenamento territorial do estado.

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA INDÚSTRIA PAULISTA E URBANIZAÇÃO

A RMSP, apesar das perdas de participação, ainda respondia por 38,3% da indústria de transformação estadual¹⁰, em 2003, apresentando a mais diversificada estrutura produtiva. Os *complexos metal-mecânico e químico/petroquímico* respondiam por mais de 70% de sua indústria naquele ano. Muitos dos seus ramos detinham elevada participação estadual, tais como material de transporte (45%) e produtos químicos (45%).

A capital, em 1980, detinha 56,3% da indústria metropolitana (36,1% da estadual), mas, em 2003, sua participação cai para apenas 38,6% (14,7% da estadual). Portanto, além do fenômeno de interiorização da indústria paulista anteriormente citado, observa-se transbordamento e espraiamento de atividades para municípios da periferia da RMSP e de seu entorno mais imediato, que apresentam boas condições de infra-estrutura. Plantas importantes localizam-se em Barueri, Diadema, Guarulhos, Mauá, Taboão da Serra e São Bernardo que aumentaram suas participações na indústria metropolitana entre 1980 e 2003. Como resultado desse movimento as relações sócio-econômicas entre os municípios tornaram-se muito mais complexas e articuladas.

No interior, a RA de Campinas foi a que mais ganhou no processo de desconcentração da indústria paulista. Em 2003, representa 26,3% da indústria estadual e 43,4% da do interior. Em

1980, esses números eram respectivamente 15,1% e 42,6%. Desde a década de 60, esta RA tem a indústria mais vigorosa e expressiva do interior, abrigo modernas plantas sucroalcooleiras, alimentícias, têxteis, de papel e celulose, química, petroquímica e metal-mecânica, consolidando posição de destaque no cenário nacional. O valor da produção industrial da RA de Campinas é o segundo do país, superado apenas pelo da RMSP.

Beneficiada por grandes investimentos públicos federais e estaduais nas décadas de 1970 e 1980, alguns de seus segmentos industriais apresentam importância estratégica, por serem intensivos em tecnologia e conhecimento. Isso pode ser aferido a partir da estimativa de que 61,7% de sua indústria é de alta ou média alta tecnologia, contra média estadual de 55,2% e nacional de 47,5%.

Portanto, uma retomada do crescimento econômico, especialmente o industrial, deverá ter impacto maior na RA, aumentando a centralidade do município de Campinas e a atratividade da região sobre a população emigrante de outras áreas do estado e do país. Entre 1995-2000 entraram na região quase 400 mil imigrantes brasileiros, sendo 224,5 mil originários de outras partes do estado de São Paulo. Embora tenham saído 179,3 mil – mais da metade para outras regiões paulistas, o saldo final mostra que sua economia tem sido importante fator de atração populacional, ainda que o crescimento econômico do período tenha sido baixo, dados os efeitos da política econômica federal sobre a economia de São Paulo.

Cabe destacar que, assim como ocorreu na metrópole paulistana, observam-se processo de desconcentração intra-regional – especialmente do município-sede de Campinas para seu entorno metropolitano – determinado, dentre outros fatores, por movimentos inerentes à lógica de lo-

calização industrial, principalmente pela excelente oferta regional de transporte – aéreo, rodo e ferroviário – além de outros, induzidos por políticas de atração e/ou “guerra fiscal” dentro do próprio espaço regional, o que criaram oportunidades de investimentos fora do município de Campinas.

Como maior beneficiária da interiorização do desenvolvimento paulista, o espaço metropolitano de Campinas adensou sua malha industrial, aumentando sua participação na indústria regional e estadual. É importante registrar que a Região Metropolitana de Campinas (RMC) detinha 53,4% da indústria da RA em 1980, aumentando para 56,3% em 1990 e 62,2% em 2003. Dentre os principais municípios metropolitanos, destaca-se Paulínia cuja participação na indústria da RA saltou de 6,2% em 1980 para 29,4% em 2003. Esse desempenho é explicado pela consolidação da Refinaria do Planalto, pela expansão da produção e pelos preços favoráveis do petróleo. Outras localizações industriais como Indaiatuba e Jaguariúna, beneficiadas pela localização no espaço metropolitano, também vêm aumentando participação na indústria regional.

Outras duas RAs se destacam pela produção industrial: a de São José dos Campos e a de Sorocaba. A primeira respondia em 2003 por 10,9% da indústria paulista. Guarda semelhanças com a região de Campinas, seja por sediar diversificado parque metal mecânico e químico-petroquímico, que responde por quase 80,0% de sua estrutura industrial em 2003, seja pela importância do pólo tecnológico, particularmente o parque aeroespacial brasileiro. Em razão disso apresenta uma estrutura industrial fortemente centrada em segmentos de alta ou média alta tecnologia (76,6%). Espacialmente, a indústria concentra-se no município-sede e adjacências, que responde por 67,2% do total regional e Taubaté e seu

entorno, aonde se localizam 17,7% da produção industrial regional.

O crescimento industrial da região transformou-a em área de atração populacional (recebeu mais de 125 mil pessoas entre 1995-2000¹¹). Como consequência, seu crescimento demográfico está levando a mudanças na ocupação intra-urbana, com aumento da periferação das maiores cidades da região, que se reflete na ocupação de áreas fora do perímetro urbano, o que poderia explicar o fato de que sua população rural voltou a crescer entre 1991 e 2000, depois de um longo período de decréscimo.

A RA de Sorocaba, por sua vez, ampliou sua participação na indústria estadual saltando de 4,0% em 1980 para 4,9% em 1990 e 5,6% em 2003. Sua pauta produtiva é menos concentrada, embora com uma tessitura industrial que se aproxima um pouco de regiões de forte aglomeração urbana e industrial, como as metropolitanas. Destacam-se produtos alimentícios (17% do VAF regional em 2003), minerais não metálicos (8,3%), material de transporte (cerca de 10%), produtos químicos (cerca de 10%), e máquinas e equipamentos (7,4%) que lhes compõem os principais segmentos.

Embora outras regiões do estado tenham apresentado melhor desempenho industrial, a RA de Sorocaba apresentou dinamismo suficiente para tornar-se, depois da de Campinas, a principal área de atração populacional do interior, entre 1995 e 2000. Recebeu no período 163,5 mil imigrantes, sendo 111,3 mil de outras regiões de São Paulo. Apesar de emigrarem dela 80,6 mil para outras RAs paulistas ou outros estados brasileiros, a RA demonstrou dinamismo econômico para tornar-se área de atração populacional. Esse crescimento populacional possibilitou diversificação do comércio e dos serviços na região centralizada em Sorocaba. Embora esta sofra concor-

rência pela proximidade e facilidade de locomoção da população para a RMSP, o crescimento de seu terciário ampliou-lhe a centralidade.

Em relação às RAs do centro, norte e oeste do Estado, suas estruturas produtivas mostram forte presença agroindustrial, com alta participação do beneficiamento ou transformação de produtos alimentares, bebidas e álcool de cana-de-açúcar. O somatório dessas três atividades perfez, no ano de 2003, percentuais largamente predominantes do VAF regional em Barretos (92%), Presidente Prudente (80%), Araçatuba (74%), São José do Rio Preto (70%), Marília (68%), Bauru (66%), Ribeirão Preto (61%) e Franca (59%). Na RA Central repete-se o alto peso de produtos *alimentícios/bebidas* (cerca de 55,5%), com volume expressivo de beneficiamento de frutas cítricas. Como atividades complementares à agroindústria, também se desenvolveram em algumas dessas RAs, importantes segmentos de máquinas agrícolas e fertilizantes. Máquinas e equipamentos e outros setores do complexo *metal-mecânico* ligados à agropecuária.

A expansão da agropecuária merece alguns comentários, ainda que sucintos, pelo papel que vem desempenhando nos municípios dessas regiões, com impactos importantes sobre suas redes urbanas.

AGROPECUÁRIA E URBANIZAÇÃO PAULISTA

Conforme já destacado, a agropecuária paulista vem passando por expansão, em bases modernas e competitivas, impulsionada pelo aprofundamento do capital financeiro que estimula o setor a partir de uma lógica internacional de financiamento e pela incorporação de inovações tecnológicas.

Essas inovações, no entanto, como

lembra Gonçalves (2006), aumentaram as práticas mecanizadas, incluindo a colheita, reduzindo desta forma não apenas a demanda por bóias-frias como o nível de emprego, não obstante se observar um crescimento do assalariamento formal a partir de 1985. O caso da cana-de-açúcar, que teve expressivo crescimento em praticamente todas as RAs do interior, é típico. Apesar do aumento da área plantada e da produção nos anos noventa, sua forte mecanização foi acompanhada por processo de aumento do desemprego, pela redução do trabalho temporário, ainda que a formalização tenha aumentado, como descreveu Gonçalves (2006).

Esse movimento de expansão da agropecuária e da agroindústria, por razões espaciais óbvias, vai beneficiar mais diretamente os municípios do interior, gerando um duplo impacto sobre sua rede urbana. Primeiro, o aumento do desemprego pela incorporação crescente de técnicas intensivas em capital, aliado a uma conjuntura econômica nacional desfavorável. Esse movimento de desestruturação do mercado de trabalho generaliza, para as cidades médias, que vêm apresentando crescimento demográfico acima das metrópoles - como destacamos anteriormente, problemas que eram tipicamente metropolitanos ou de cidades grandes.

Com isso, o processo de interiorização do desenvolvimento foi também um processo de interiorização dos problemas urbanos, agravados por uma conjuntura na qual o investimento público tem se mostrado absolutamente insuficiente para fazer frente a questões substantivas que passaram a fazer parte do cotidiano dessas cidades.

Por outro lado, a expansão da renda agropecuária gera estímulos para a diversificação da oferta de serviços e para o comércio, aumentando a centralidade dos municípios de porte

médio, principalmente daqueles que são capitais regionais - Ribeirão Preto, - Araçatuba, Barretos, São José do Rio Preto, Araraquara, Marília... -, aumentando a centralidade delas sobre suas *hinterlands*. Com isso, a rede urbana paulista torna-se mais complexa e adensada.

* **Carlos A. Brandão, Cláudio Schuller Maciel e Fernando César de Macedo são Professores do IE/UNICAMP e Pesquisadores do Centro de Estudos do Desenvolvimento Econômico (CEDE).**

NOTAS

1 - Este trabalho está baseado nos capítulos sobre demografia, urbanização e indústria escrito pelos autores na pesquisa ISSP/CEDE-IE-UNICAMP. Ver Cano et. alli (2006).

2 - O primeiro é o Rio de Janeiro, com densidade de demográfica de 329,3 hab/km². Destaca-se também o Distrito Federal, com 353,5 hab/km².

3 - A maioria dos pesquisadores vem considerando uma queda no ritmo das migrações interestaduais recentemente, tomando por base a informação referente à data-fixa, ou seja, qual o lugar de residência anterior há exatamente cinco anos antes da data de referência da pesquisa. Observa-se com base nela que as entradas em São Paulo entre 1995-2000 foram 12,1% menores do que no período 1986-1991, enquanto as saídas foram significativamente maiores (36,4%).

4 - Valor de Transformação Industrial.

5 - Ver Cano (1988), Cano (1992) e Negri (1996).

6 - Para 1970, 1980 e 1985, censo industrial, com base em Cano (1998). Para os demais anos, estimativa com base no VAF.

7 - Ver Diniz e Crocco (1996).

8 - Deve-se registrar que o aumento do peso da agropecuária decorre não apenas desse acelerado processo de modernização, mas também dos efeitos da crise na economia brasileira, que repercutiram mais intensamente sobre a indústria paulista, contribuindo para sua queda no PIB estadual.

9 - Participação no valor agregado da agropecuária, segundo informações do documento Contas Regionais 2003 do IBGE.

10 - A análise da indústria de transformação está baseada nos dados do Valor Adicionado Fiscal (VAF), informados pela Secretaria da Fazenda do estado de São Paulo.

11 - Embora 64,5 mil tenha emigrado para outras regiões de São Paulo ou outras UFs. De qualquer forma, o saldo positivo indica que essa foi, de fato, uma área de atração populacional no período.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CANO, W. (coord.) (1988) *O processo de interiorização da indústria paulista - 1920 a 1980*. São Paulo, Fundação SEADE. (Coleção Economia Paulista).
- CANO, W. (coord.) (1992) *São Paulo no limiar do século XXI*. São Paulo, Fundação Seade-SEPLAN.
- CANO, W. (1998). *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930:1995*. Campinas: UNICAMP/IE, 2ª ed.
- CANO, W.; BRANDÃO, Carlos A.; MACEDO, Fernando César de; MACIEL, Cláudio S. (Coords.) (2006) *A economia paulista: principais transformações entre 1980 e 2003*. Campinas: ISPP/CEDE-IE-UNICAMP, 2 vol. (No prelo).
- DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco Aurélio (1996) "Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira". *Revista Nova Economia*, Vol. 6, Nº 1, p. 77-103.
- FUNDAÇÃO IBGE. Contas Regionais 2003.
- GONÇALVES, Sidnei; et. Alli (2006) "Agropecuária paulista: transformações do período 1969-1971 a 2002-2004". IN: CANO, Wilson; BRANDÃO, Carlos A.; MACEDO, Fernando César de; MACIEL, Cláudio S. (Coords.). *A economia paulista: principais transformações entre 1980 e 2003*. Campinas: ISPP/CEDE-IE-UNICAMP, 2 vol. (No prelo).
- HOOGAN, Daniel (org.) (2000) *Migração e meio ambiente nas aglomerações urbanas*. Campinas: NEPO-UNICAMP.
- NEGRI, Barjas (1996) *Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)*. Campinas: Ed. da UNICAMP.

O MIGRANTE E A CIDADE

ENRAIZAMENTO E/OU DESENRAIZAMENTO

Hidelberto de Sousa Ribeiro*

Este artigo discute a dinâmica de modernização que veio sendo implementada nas últimas quatro décadas na Amazônia Legal, e os impactos em suas populações, em especial, as populações de trabalhadores rurais (lavradores e posseiros) e indígenas, vítimas de expulsão, violência e migração.

Mostra também que, nesse processo, o estado age de maneira contraditória, pois, ao mesmo tempo em que, de um lado, aparece como um agente dinamizador dessa modernização, ao implementar obras de infra-estrutura, financiar projetos agropecuários, distribuir subsídios fiscais e terras, tudo no sentido de atrair pessoas interessadas em investir naquilo que hoje se conhece por *agronegócio*, por outro lado, esse mesmo Estado configura-se como um agente omissivo ao permitir que madeireiros, especuladores, grileiros, fazendeiros e empresários rurais apropriem-se de terras devolutas fazendo uso da força, da violência, da pistolagem, do constrangimento e da morte sem que, nada em absoluto, lhes aconteça (Martins, 1996; 1995; 1993; 1989; 1988a; 1988b; 1985; 1983; 1982).

A expulsão dos moradores obriga-os a migrar em direção às cidades da região. Isso provoca grandes problemas sociopolíticos, na medida em que a maioria das cidades da Amazônia Le-

gal não está aparelhada, em termos de infra-estrutura, para receber contingentes de migrantes, e não são poucos os problemas que esses trabalhadores vão enfrentar no perímetro urbano, como a falta de moradia, a falta de emprego, etc. Sem a resolução desses problemas, são obrigadas a conviver com todo tipo de violência social.

Exemplo típico disso é a cidade de Barra do Garças - MT. Como espaço sociopolítico, localiza-se na divisa dos estados de Mato Grosso e Goiás, a 500 Km a leste da capital, Cuiabá, e cerca de 400 Km da cidade de Goiânia, numa região chamada Vale do Médio Araguaia.

Barra do Garças, até o início da década de setenta, era considerado um dos maiores municípios não só do Brasil, mas também do mundo, com cerca de 192.000 Km² de área. A partir desse período, sob a desculpa da ação da Guerrilha do Araguaia, seu território passa para o controle do Governo Federal, por intermédio do INCRA e dos Órgãos de Segurança que vão gradativamente fragmentando-o, a ponto de atualmente possuir pouco mais de 7.000 Km² de área.

Para o controle desse território, a principal estratégia utilizada pelo Estado foi conceder enormes parcelas de terras públicas a grandes fazendeiros, a empresários rurais e a empresas de

colonização. Essa estratégia visava impedir a entrada de pequenos produtores rurais na região e, ao mesmo tempo, facilitar a expulsão dos que já estavam ali estabelecidos, o que incluía os povos indígenas.

Na prática isso foi exercido de três formas. A primeira é feita pelo exercício de um forte controle populacional e geopolítico da região (instalação de projetos agropecuários, de colonização e bases militares). A segunda é feita pela omissão estatal em impedir que fazendeiros, madeireiros, grileiros e pistoleiros empreguem o uso da violência para expulsar posseiros e exterminar populações indígenas. Finalmente, o poder estatal se faz presente na região por meio de um enorme aparato técnico-militar cuja finalidade era a de colocar em prática uma legislação agrária excludente e autoritária.

Como decorrência desse processo surgem na região do Médio Araguaia diversas cidades: Água Boa, Canarana, Querência, Garapu, Gaúcha do Norte e outras, controladas, na sua maioria, pelos chamados novos ricos ("remediados econômicos"), isto é, produtores capitalizados provenientes do Centro-Sul do país que ficaram ricos com o *agronegócio*, uma vez que os agricultores pobres acabaram se endividando e/ou abandonando seus lotes, com isso migrando para as cidades da

região, vivendo situações de exclusão e segregação social (Santos, 1993).

A cidade de Barra do Garças foi escolhida como pólo, ou melhor, como base de apoio; por isso, é nela que vai ser montada toda uma infra-estrutura institucional, com vistas a dar sustentáculo logístico para a expansão da fronteira central do Brasil. Com isso, a cidade passa a receber levas de migrantes e aventureiros atraídos pelos discursos de conseguir terras fáceis, ou de aproveitar dos enormes investimentos estatais distribuídos sem qualquer critério e fiscalização. Dessa maneira, os antigos moradores vão ser expulsos de suas posses para dar lugar aos novos personagens, geralmente colonos provenientes do Sul do país, ao gado e à grande fazenda, cercada pelo arame farpado, sob o olhar atento de jagunços e pistoleiros, assim como das vistas grossas e da omissão da justiça.

Muitos desses trabalhadores já comportam experiências de expulsão, carregando em suas memórias uma longa trajetória de migração, sendo comum para a maioria uma situação de penúria; por isso, uma vez chegando a Barra do Garças, são obrigados a residir na periferia, ocupando terras públicas e privadas, gerando, em algumas ocasiões, momentos de tensões, como foi o caso da formação do bairro de Vila Maria, objeto de nosso estudo.

EM BUSCA DE UMA MORADA

O bairro de Vila Maria é mais um que se localiza nas periferias; é um espaço social considerado de exclusão e, ao mesmo tempo, a maioria de seus moradores é constituída por migrantes vindos de várias partes da própria região Centro-Oeste. Nosso desafio, ao estudar a vida de seus moradores, foi no sentido de entender quais as estratégias que utilizavam para enfrentar a vida na cidade, uma vez que são pes-

soas destituídas de qualquer ensino formal e sem experiências de empregos anteriores.

Durante a pesquisa foi constatado que a permanência desses moradores na cidade estava na dependência direta de três estratégias básicas: de uma estrutura familiar, de uma solidariedade entre vizinhos fazendo parecer que as famílias são extensas e do escudar-se nas várias religiões que aparecem no bairro formando uma “comunidade de irmãos”. Sem esses fatores é quase impossível a permanência desses trabalhadores em solo urbano. É a partir desses fatores que os moradores constroem um novo modo de vida.

Calcado em experiências trazidas do passado rural e de migrante é que o morador de Vila Maria procura garantir a sua sobrevivência, a sua manutenção e o seu enraizamento e/ou o re-enraizamento no mundo urbano.

O processo de ocupação da área onde se localiza Vila Maria começou por volta de 1985, mas a concessão formal da área para a constituição do bairro somente aconteceu no dia 04/04/1987, através de portaria assinada pelo Prefeito da época. É um bairro constituído, em sua quase totalidade, por migrantes, muitos dos quais descendentes de famílias chegadas à região nas décadas de 30, 40 e 50, vindos principalmente de cidades do interior do Nordeste em busca dos garimpos espalhados pela região. Muitos desses migrantes vão se tornar posseiros ou agregados de fazendas.

Vila Maria, por ser um bairro pobre, de periferia, é visto pelas pessoas, principalmente das classes médias, a partir de uma equação de causa e efeito na qual relacionam violência e criminalidade ao estado de pobreza de seus moradores. Os habitantes de Vila Maria sentem-se injustiçados e incomodados com o rótulo ou estigma de viverem num bairro violento.

Os moradores do bairro conse-

qüentemente comportam experiências de vida vinculadas a uma dolorosa trajetória de deslocamentos que, na prática, concretizam-se no rompimento de laços afetivos, pois, como são provenientes de vários estados do país, ou melhor, saíram de várias partes do país, deixando para trás uma longa cadeia de parentesco, de vizinhança e de amizade, além, é óbvio, da perda do seu instrumento de trabalho e local de sua morada, a terra.

Esse processo foi constatado, a partir de dados coletados de um conjunto de cem questionários aplicados junto a famílias residentes no bairro, no intuito de sabermos as causas que motivaram a vinda delas para Barra do Garças. Os números indicam que 20% foram parar no bairro “pela facilidade de acesso a Barra do Garças – na região do Médio Araguaia, mas perceberam que não era bem assim como falavam”, 30% porque souberam “que estavam distribuindo terra em Mato Grosso”, e 50% “em busca de trabalho”, “para melhorar de vida” e “para dar estudos para os filhos, já que no campo a situação estava cada vez mais difícil”.

Ao chegarem à cidade perceberam que uma das maiores dificuldades para permanecer na vida urbana estava no fato de não possuírem um arsenal técnico-lingüístico e cultural como o que a cidade exige. O que conta nessa realidade é o confronto entre tempos e espaços diferentes o que provoca tensões e conflitos nem sempre fáceis de serem superados.

“Fincar” raízes em solo urbano é enfrentar as contingências, as indecisões, as insatisfações e, às vezes, a resignação, uma vez que as mediações necessárias, ao transitar pela cidade, estão baseadas em parâmetros, por isso, querer transplantar as leituras, as experiências vividas no meio rural, isto é, as tradições e uma cultura camponesa pode gerar constrangimentos de

todos os tipos. Ao estabelecer um diálogo entre o estilo de vida urbano e o rural o migrante sente-se desprovido de códigos de condutas e valores adequados à nova realidade.

Nesse conflituoso trabalho de adaptação e de lembranças, alguns depoimentos são bem esclarecedores desse processo. Começamos por uma entrevista colhida no dia 05/04/98 junto à senhora Divanéia¹, uma das primeiras moradoras do bairro: *Nós acostumamos com o bairro, com a cidade, mas nós que já moramos nas fazendas no meio da fartura, no meio das nossas roças que ali nós pegávamos de tudo para nós comer, cada um, um pouquinho nós como dizemos: na cidade a gente faz que se acostuma, mas não se acostuma, nem com os tipos, nem com as coisas que a gente compra, não é igual àquela que meu velho trazia da roça que eu fazia que tem diferença e eu acho esquisito porque na situação que eu estou já ajudei muito meu velho no trabalho, criar meus filhos, tudo. Criar até neto por doença dos filhos e ninguém não quer me aposentar, aposenta se eu pagar, agora nós não temos condição de pagar.* (Divanéia, 62 anos, nascida em Iporá-GO, entrevistada em 05/04/98).

Em outra entrevista ouvimos o seguinte: *Quando os migrantes chegam do campo, eles se isolam, é uma forma de defesa, uma vez que de onde vieram eles tinham outros valores, suas tradições, enfim uma outra cultura de modo que quando deparam com a cultura urbana sentem-se perdidos como se estivessem vagando fora de um lugar, sem nenhum referencial. O pior é que sem qualificação não sabem o que fazer. Nesse sentido resta o isolamento, a desconfiança, falta de amizade. Por tudo isso, a importância do trabalho das Pastorais, principalmente a da família, tenta integrar essas pes-*

soas à comunidade e à vida urbana. Visa superar, fundamentalmente, vários problemas psicológicos que vai da falta de uma linguagem comunicativa, passando pela falta de um intercâmbio, medo, insegurança, saudade da vida do campo e a tentativa de a ele retornar. Tudo isso, gera um estado de letargia, visto que foram transplantados de suas raízes, deixaram para trás suas raízes, suas tradições, restando-lhes a incerteza do presente e do futuro. Daí a necessidade premente do trabalho das pastorais visando ganhar e dar confiança a essa população, criar a noção de comunidade e, ao mesmo tempo, dar novos conhecimentos e formações técnicas para poderem enfrentar a cidade e nela permanecerem. (Irmã Ann, da Ordem das Franciscanas, prestadora de serviço no Bairro, entrevistada em 13/10/96).

A CIDADE, LUGAR DO ENCONTRO E DO DESENCONTRO

Para a maioria dos entrevistados, o campo (o rural) representa o lugar da fartura e da felicidade, enquanto a cidade configura-se como sinônimo da Besta-fera, isto é, das relações capitalistas que produzem desigualdades e violências de todos os tipos. Na cidade, as relações sociais e políticas, uma vez influenciadas e mediatizadas pelo uso do dinheiro, requerem a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho. Sem conseguir emprego, resta a exclusão social, por conseguinte, o desemprego, a malandragem, o tráfico de favores, a prestação de serviços escusos e o pouco que recebem representa a inacessibilidade aos bens e serviços oferecidos pela moderna sociedade produtora de mercadorias e, conseqüentemente, a uma vida digna.

A mudança do campo para a cidade implica não somente num desloca-

mento espacial, temporal ou histórico, implica também uma reorganização mental e das formas de sociabilidade, como podemos ver no relato: *Na cidade a gente luta, luta e não consegue nada, na cidade, a lei é do cão, quando nós vivíamos no mato, vivíamos uma vida boa, era a barriga cheia, confortável nós tínhamos fartura, tínhamos tudo. Por isso, meus filhos falam: olha meu pai esse negócio de estudar, nós não damos conta de manter porque não temos emprego, nós queremos é voltar para o mato, lá nós vamos ser doutor formado no cabo da irara (enxada), lá nós vamos viver melhor que na cidade.* (Carlos, 43 anos, maranhense, entrevistado em 22/03/98).

Ao contrário do que muitos pensam a respeito de uma espécie de encantamento que a cidade exerce sobre a população camponesa, nossa pesquisa mostra que tal ordem de pensamento só é verdadeira, em parte, pois, para a grande maioria da população pesquisada, a cidade é sinônimo de algo que “aprisiona”, que tira a liberdade e representa a perda da autonomia no controle do processo de trabalho. Liberdade e autonomia, para o camponês, estão relacionadas à questão do trabalho que fundamentalmente envolve valores ligados à terra, ao espaço de reprodução da família e ao *locus* da morada.

Por conseguinte, o discurso que atribui uma espécie de encantamento ou atração do camponês pela cidade, não passa de ideologia de certos intelectuais. Na realidade, para o migrante a vida na cidade torna-se extremamente difícil, já que ele sente saudade do mundo rural, concebendo-o como um lugar mítico, de felicidade e de reprodução de uma enorme relação de parentesco e de solidariedade.

Por isso, falar a respeito das populações migrantes é nos reportarmos a questões referentes à exclusão e à

marginalização, o que muitas vezes se faz pelo veio dos preconceitos e da estigmatização de sua cultura vendo-a como pobre ou de baixo nível.

No entanto, se queremos entender esses migrantes, é necessário enfrentar enormes desafios. Um deles é tentar definir uma metodologia que permita entender o modo de viver desses indivíduos; para isso, deve-se levar em consideração a existência de um modo de vida que comporta momentos marcados pela ambivalência entre o discurso e a prática, entre a cultura rural e a urbana.

O impacto causado pelo encontro dessas diferentes culturas exige olharmos a partir de uma dialética em que o migrante interpreta sua permanência nesse novo contexto, confrontando o novo estilo de vida com o antigo. Nesse processo contraditório, vai procurando se adequar às exigências dessa nova realidade, de modo que, quando não consegue vencer tais dificuldades, resta-lhe, como alternativa, a migração.

Falar do migrante de origem rural é procurar compreender sua linguagem, seus valores, seus símbolos, suas representações e seus comportamentos, o que implica um constante diálogo entre o passado e o presente. Para isso, é necessário enveredar por histórias de vidas, marcadas pelo encontro de duas (ou de várias) culturas que, ao mesmo tempo em que se confrontam, se metamorfoseiam num constante diálogo de leitura/re-leitura, interpretação/reinterpretação e adaptação/resistência.

Como os migrantes estão sempre em desvantagem em relação ao homem urbano, estarão sempre em atraso em relação às exigências que o mercado urbano-capitalista e a concorrência requerem. Por isso, vivenciarão um processo de exclusão sociopolítico. Nesse processo, os pobres são obrigados a desenvolver toda uma forma de linguagem e representações ricas em significados, porém nem sempre deci-

fradas de forma correta.

Através desses significados os pobres conferem valorações nem sempre muito claras, mas que tomam sentido dentro daquilo que Chauí (1996), chama de “conformismo com resistência”, isto é, quem está fora do mundo dos pobres tem a impressão de que eles aceitam tudo que lhes é imposto, como se fossem indivíduos incapazes de qualquer crítica. A realidade não é bem assim, pois os pobres, à sua maneira, transformam aquilo que as classes dominantes tentaram lhes empurrar: ora em termos de não aceitação dessas normas ora interpretando-as de acordo com suas necessidades, mostrando as injustiças de que são vítimas.

Para isso em muito contribui a família, uma vez que, como grupo e identidade, é peça fundamental para o processo de permanência na cidade porque ela se consubstancia numa espécie de “ponto fixo”, um ponto de referência. É no interior das famílias e da casa que são definidos os valores, as regras, as estratégias e as táticas a serem seguidas visando garantir a sobrevivência do grupo.

Alertamos para o fato de que não estamos abordando as resistências e práticas sociais das famílias como algo ligados apenas a “interesses de classes”, como aparece nos escritos de Hobsbawm (1984), Engels (1986), Decca (1987) e Sader (1988 e 1986), cujos trabalhos ao analisarem o modo de vida das classes trabalhadoras a partir das diversas diferenciações político-econômico, acabam tão somente “definindo” o lugar que as classes sociais ocupam na estrutura social e, como consequência, mostram a família inserida numa luta política.

Nossa intenção ao enveredar pela família é porque queremos entendê-la não apenas como fazendo parte da luta política, mas como *valor moral* e o papel que ela desempenha no processo de enfrentamento e da luta no urba-

no para permanecer como grupo, visto que, como grupo, por pertencimento, define um modo de vida, uma singularidade e uma alteridade, representações fundamentais na luta pelo enraizamento ou re-enraizamento.

As famílias migrantes são portadoras de fragmentos culturais com características próprias, em que os discursos e as práticas parecem, à primeira vista, carregadas de contradições e ambivalências, por isso, nem sempre muito claros. Porém, olhando de forma mais acurada, percebe-se que suas práticas, no fundo, comportam uma lógica cuja explicação deve ser buscada no tipo de sociedade tradicional, hierárquica e patriarcal próprias de uma estrutura que marca as sociedades camponesas.

Esses valores, quando em contato com a sociedade urbana, provocam novas leituras de mundo e novos comportamentos que, de acordo com Fernandes (1992), permite que os migrantes acabem construindo um “cenário” que engloba não só toda uma estrutura geográfico-ecológica, mas também novas linguagens e novos códigos. Sem isso fica difícil o re-enraizamento em solo urbano.

A partir desse quadro de referência, buscamos entender o estilo de vida das famílias de Vila Maria e descobrimos que, no jeito simples de seus moradores, nos goles de café passados no coador de pano, nas conversas sempre agradáveis, desenvolvia-se um estilo de vida e certas formas de resistências culturais.

No interior das famílias de Vila Maria, há uma ordem de valores hierarquicamente estabelecidos. Valores, como lealdade e reciprocidade, são princípios que norteiam, próprios das sociedades tradicionais, sendo estendidos praticamente a todo o bairro através dos grupos primários, secundários e de vizinhança. No entanto, vale ressaltar que esses valores já estão so-

frendo modificações em termos de individualidade e egoísmo entre vizinhos.

Lealdade e reciprocidade são importantes, não só para a reprodução das famílias, mas também para a sobrevivência dos “outros”, aqueles que, por motivos vários que vão do compadrio aos laços de parentesco ou vizinhança, são concebidos como “próximos”, “os de casa”. Muitas vezes, esses próximos são aqueles que precisam de ajuda, principalmente quando se trata de desempregados, pois o trabalho, entre os pobres, configura-se numa categoria que ordena suas condutas. A partir dele, forma-se um conjunto de representações e definem-se as trajetórias de migração da grande maioria das famílias.

A família de migrantes pesquisados se percebe a partir de um conjunto de representações morais, como trabalho, honra, hierarquia, respeito, educação etc. Sem esses valores, a reprodução do grupo familiar estaria comprometida.

Nos interstícios desse cotidiano são articulados os discursos e os aprendizados, nem sempre em consonância com as práticas dos agentes envolvidos, mas que se transformam em linguagens carregadas de símbolos que desafiam nossa astúcia e inteligência. Esse tipo de comunicação “[...] insere-se no contexto de cada época e de cada grupo social, formando um repertório muito singular em termos de discursos, fortemente determinado pelas relações de produção e pela estrutura sociopolítica” (Bakhtin, 1997: 37).

Em nosso imediatismo em obter respostas, concebemos, na maioria das vezes, palavras e certos atos como sem sentido e totalmente contraditórios, no entanto, na realidade, estão carregados de sentido. Entretanto, são maneiras de interpretar o mundo, e o mundo urbano exige um aprendizado de novos arsenais cognitivos.

A compreensão desse processo deve ser buscada na própria história

da luta de classes que, no Brasil, é fundada a partir das relações de favor e do tráfico de influência que separa em pólos diametralmente opostos dominantes e dominados, ricos e pobres, aqueles a quem tudo é permitido e aqueles a quem nada é permitido. Essa forma de relação social, como nos ensina Bakhtin (1997), expressa um “instrumento e marginalização” uma vez que define interesses e posições que as classes ocupam na estrutura social e, ao mesmo tempo, deixa claro certa ideologia que cada grupo comporta.

Por conseguinte, os códigos são expressos numa espécie de linguagem do silêncio ou da desconfiança, esse silêncio, de um lado, procura esconder uma série de significados, de outro, diz muito mais coisas que mil palavras juntas. Como formas de expressão, os comportamentos exigem “[...] a compreensão das relações sociais ali expressas [...]” (Spink 1995: 110).

A família, do ponto de vista de uma comunidade ou de um grupo, configura-se por meio de alegrias, paixões, privações, educação, regras de comportamento, condutas e códigos fortemente imbricados numa preocupação maior que é a proteção e a sobrevivência do grupo, fatores que só um olhar bem atento pode captar.

No decorrer de nossa pesquisa, percebemos que essa visão de um bairro violento não passa de preconceito, visto que, na realidade, violento é o próprio sistema político-econômico que exclui. Em nenhum momento, encontramos qualquer correspondência empírica entre pobreza e violência, pelo contrário, o que presenciamos foi uma constante luta pela manutenção da dignidade.

Desenraizados de sua terra, muitos migraram por múltiplos lugares, viveram experiências de deslocamentos compulsórios que os coloca numa situação de “desgarrados”². A alternativa a essa situação é conseguir um pe-

daço de terra na periferia das cidades e construir um barraco. Por outro lado, sem o conhecimento formal que as relações de produção urbana exigem, experimentam inúmeras atividades ocupacionais, como forma de luta para garantir a reprodução da família e a sua permanência na cidade: tropeiro, meeiro, parceiro, agregado, moleiro, operador de máquinas, motorista, servente de pedreiro, pistoleiro, vendedor de salgados, peão de fazenda, frentista em posto de gasolina, vendedor do jogo do bicho, pintor de parede, serviços domésticos, oleiro, empregada doméstica etc, são algumas das atividades exercidas pelos trabalhadores que residem em Vila Maria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vila Maria é um bairro constituído predominantemente por nordestinos, nortistas, pessoas do próprio Centro-Oeste e, em menor número, mineiros e na grande maioria das famílias, o patriarca ou a matriarca deixaram seu lugar de nascimento ainda bem jovens, sendo que muitos nunca mais retornaram ao lugar de origem, em função da carência de recursos, ou devido à enorme distância que os separa. Em conseqüência, grande parte perdeu o contato com os parentes, fato que levou a inúmeras tentativas de constituir nova família.

Os moradores de Vila Maria, em sua maioria, fazem ou fizeram parte de gerações que começaram a percorrer uma longa trajetória pelo território nacional, enveredando por esse “sertão” já por volta dos anos 30, experimentando atividades as mais variadas. Para as gerações mais velhas, a principal atividade era o trabalho na lavoura, quer através da ocupação de terras consideradas livres, quer trabalhando como agregados ou parceiros na terra dos outros. No entanto, entre aqueles

que possuíam terra, a grande maioria não tinha documentação, o que acabou provocando a perda da mesma pelo processo de expulsão sumária.

A situação dessas pessoas agravou-se com o processo de desenvolvimento que se verificou na agricultura brasileira, a partir dos anos 60, com a introdução de novas relações de produção, que, aliadas à injeção de novas técnicas de produção, à intensificação da industrialização e da urbanização, acabaram provocando e acelerando o êxodo rural em direção aos centros urbanos, levando esses migrantes, devido ao seu baixo nível econômico-cultural, a se deslocarem para as periferias das cidades.

Ao mesmo tempo em que esse padrão de desenvolvimento exige uma readequação às exigências do mercado capitalista, esses pobres não têm condições econômicas e culturais para reformularem em tão curto espaço de tempo seus "arsenais cognitivos"³, com a velocidade necessária para sua inserção em atividades que exijam o conhecimento de novas técnicas de produção.

Por essas e outras razões, não foram poucas as pessoas que, na pesquisa, relataram ter saudades do estilo de vida rural, nutrindo esperanças de um dia possuir uma "terrinha" própria para plantar e criar. Esta perspectiva parece ser a alternativa mais viável no sentido de garantir o pão de cada dia. Na linguagem simples do caboclo ter a "tua cheinha" de produtos ou um "eito" de coisas, tudo à vontade, para comer e ainda compartilhar com os vizinhos, reproduz um sonho de resgate de uma condição de vida que esse migrante não encontra na cidade.

* **Hidelberto de Sousa Ribeiro é Professor de Sociologia do Instituto de Ciências e Letras do Médio Araguaia-UFMT e Professor-pesquisador-voluntário do Dpto. de Geografia da Universidade de Campinas - UNICAMP.**

NOTAS

1 - Os nomes das pessoas entrevistadas foram modificados a fim de preservar suas identidades.

2 - "Desgarramento" é um termo usado para nomear o ato de expulsão do campo sofrida por trabalhadores rurais, devido ao desenvolvimento da agricultura e à ganância dos fazendeiros. Como resultado desse processo, rompem-se as bases do poder na zona rural fundado num sistema tradicional de lealdades, o que provoca conflitos entre a burguesia agrária e esse "exército" de excluídos, que agora invade fazendas, acampa à beira de estradas e luta por uma reforma agrária como resgate à cidadania. A esse respeito ver WAGNER, 1989 e D'AQUINO, 1995 a 1998.

3 - KOWARICK, Lúcio (1979), afirma que a população migrante está submetida a inúmeras perdas. Ela foi, aos poucos, sendo espoliada de sua capacidade física, de trabalho e cognitiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, Mikhail
(1997) *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 8ª ed., São Paulo: Hucitec.
- CHAUÍ, Marilena
(1996) *Conformismo e Resistência*. 6ª ed., São Paulo: Brasiliense.
- D'AQUINO, Teresinha
(1995-1998) *Nas terras de Promissão*. Relatório trimestral de pesquisa. Marília: UNESP, maio/95 a maio/98.
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo
(1987) *A vida fora das fábricas. Cotidiano operário em São Paulo 1920-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- ENGELS, Friedrich
(1985) *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global.
- FERNANDES, Heloisa R.
(1992) "Violência e Modos de Vida: 'Os Justiceiros' ". Dossiê Modos de Vida. In. *Tempo Social*. Revista de Sociologia, USP, São Paulo 4 (1/2): 43-52.
- HOBSBAWM, Eric
(1984) "Adeus ao Movimento Trabalhista?" In. *Mundo do Trabalho*. Novos Estudos Sobre a História Operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- KOWARICK, Lúcio
(1979) *A espoliação urbana*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MARTINS, José de Souza
(1982) *Expropriação e violência: a questão política no campo*. 2ª ed., São Paulo: Hucitec.
- MARTINS, José de Souza
(1983) *Os camponeses e a política no Brasil*. 2ª ed., Petrópolis: Vozes.
- MARTINS, José de Souza
(1985) *A Militarização da questão agrária no Brasil* (Terra e Poder: O Problema da Terra na Crise Política). 2ª ed., Petrópolis: Vozes.
- MARTINS, José de Souza
(1988a) *Não há mais terra para plantar neste verão* (O cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no Renascimento Político no Campo). Petrópolis: Vozes.
- MARTINS, José de Souza
(1988b) "Migrações Temporárias: problema para quem?" *Travessia Revista do migrante*. São Paulo, Ano 1, nº 1, mai-Ago.
- MARTINS, José de Souza
(1989) *Caminhada no Chão da Noite* (Emancipação Política e Libertação nos Movimentos Sociais no Campo). São Paulo: Hucitec.
- MARTINS, José de Souza
(1993) *A Chegada do Estranho*. São Paulo: Hucitec.
- MARTINS, José de Souza
(1995) "A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil". In. *Tempo Social*. Revista de Sociologia. São Paulo, 6(1-2): 1-25, 1994 (editado em jun. 1995)
- MARTINS, José de Souza
(1996) "O Tempo da Fronteira. Retorno à Controvérsia sobre o Tempo Histórico da Frente de Expansão e da Frente Pioneira". In. *Tempo Social*. Revista de Sociologia, USP, 8 (1): 25-70, Maio.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos
(1993) *Matuchos: Exclusão e Luta: do Sul para a Amazônia*. Petrópolis: Vozes.
- SANTOS, Roberto A.
(1989) "O crime em Belém e crime no mundo; por quê?" In. *Travessia Revista do Migrante*. São Paulo, Ano II, nº 4, mai/ago.
- SARTI, Cynthia Andersen
(1996) *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas: Autores Associados.
- SPINK, Mary Jane
(1995) "Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das Representações Sociais". GUARESCHI, P. [Org.] *Textos em representações sociais*. 2ª ed., Petrópolis: Vozes.
- WAGER, C. Berno
(1989) *A saga do João Sem Terra*. Petrópolis: Vozes.

SEJA UM COLABORADOR

Travessia está aberta à publicação de artigos de pesquisadores e estudiosos que analisam a realidade em que o migrante está envolvido, a partir dos diferentes ramos do conhecimento: social, político, cultural, econômico, antropológico, educacional, etc. A revista destina-se, fundamentalmente, a um público intermediário; quer ser uma ponte entre a produção acadêmica e a produção popular. Se for do seu interesse, envie artigos para a redação, seguindo as orientações abaixo elencadas:

- * Você irá escrever para uma revista e não para uma banca da academia, por isso, aproveite os conteúdos de suas pesquisas, mas seja criativo(a) na forma de apresentá-los. No título, por exemplo, não resuma sua tese, desperte a curiosidade do leitor.
- * De preferência, artigos que se enquadrem dentro dos temas previamente anunciados, conforme consta ao lado;
- * Tamanho: aproximadamente 350 linhas, fonte Times New Roman, corpo 12;
- * Intercalar o texto com alguns intertítulos;
- * Clareza de linguagem e simplificação dos conceitos;
- * Se possível, enviar algumas fotos em papel, com os respectivos créditos (posteriormente serão devolvidas); se digitalizadas, só em CD com resolução de 300 dpi.
- * Os artigos devem ser inéditos;
- * Fazer constar breve identificação do autor, endereços postal e eletrônico e telefone;
- * Notas: utilizar apenas nos casos em que o texto requer alguma explicação relevante; não utilize nota no título e no nome do autor; referência bibliográfica não é nota;
- * Referências: devem constar no interior do texto, entre parênteses, com o nome, ano e quando específicas, a página. Ex.: (Silva, 1996: p.3);
- * Bibliografia - Ater-se à referida no texto, seguindo o padrão abaixo:
 - a) Livros: nome do autor; ano entre parênteses; título do artigo em itálico; local da publicação; nome da editora. Exemplo: FERNANDES, Florestan (1977) *A Sociologia no Brasil*. Petrópolis, Vozes.
 - b) Artigos: nome do autor; ano entre parênteses; título do artigo entre aspas; nome do periódico em itálico; volume (se houver) e nº; mês(es); nº da página. Exemplo: SARTI, Cynthia Andersen (1995) "São os Migrantes Tradicionais?". *Travessia-Revista do Migrante*, nº 23, setembro-dezembro, p.11.

NB: Por tratar-se de artigos breves, pede-se utilizar os recursos acima com parcimônia.

O autor de artigo publicado receberá dez exemplares do nº.

O Conselho Editorial reserva-se o direito de submeter os artigos à sua apreciação.

PRÓXIMOS LANÇAMENTOS

TRAVESSIA
Nº 55

**BRASILEIROS
NO EXTERIOR**

(Mai-Ago/06)

**Prazo para envio
de artigos**

(10/05/06)

TRAVESSIA
Nº 56

**ALTERIDADES/
DIFERENÇAS**

(Set-Dez/06)

**Prazo para envio
de artigos**

(30/07/06)

TRAVESSIA
Nº 57

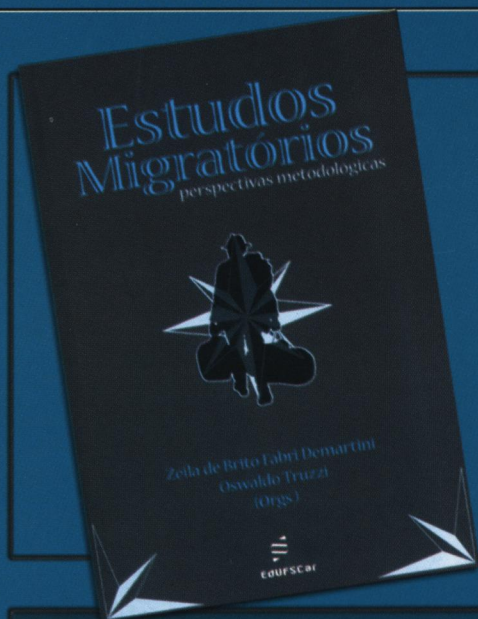
**ACOLHIDA /
HOSPITALIDADE**

(Jan-Abr/07)

**Prazo para envio
de artigos**

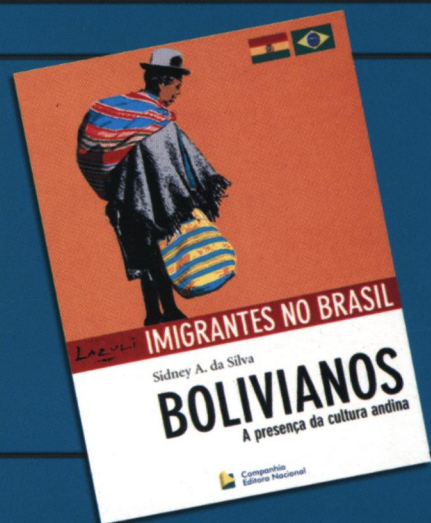
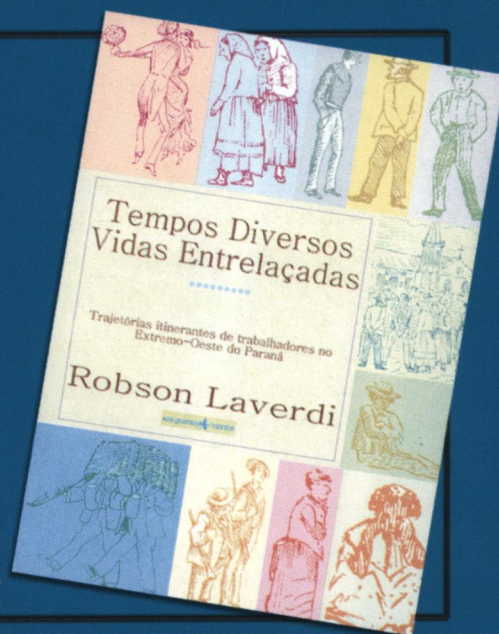
(28/02/07)

ESPAÇO ABERTO À DIVULGAÇÃO DE LIVROS DOADOS À BIBLIOTECA DO CEM, ESPECIALIZADA EM MIGRAÇÕES



Este livro resulta de discussões sobre abordagens e fontes diversas utilizadas em estudos sobre migrações. Longe de pretender cobrir todos os enfoques, os artigos na presente publicação abordam o fenômeno a partir de olhares disciplinares diferentes em sua origem, mas que se cruzam na pesquisa empírica, na abordagem de questões migratórias de grupos diversos em contextos específicos. Se a compreensão do passado e do presente das migrações é sempre tão desafiadora, devemos nos armar com instrumentos e perspectivas de análise diferenciadas, as quais, mais do que se confrontam, se complementam. Esta coletânea objetiva provocar alguma reflexão metodológica nessa tão instigante área dos estudos migratórios.

O município de Marechal Cândido Rondon, próximo à fronteira paraguaia, construiu a auto-imagem oficial de ser o espaço mais germânico do Paraná. Na análise deste livro não couberam facilmente as imagens tradicionais de “velhos” pioneiros, pequenos proprietários, de origem nas famílias germânicas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, conquistadores do território e empreendedores do progresso, contrapostos aos “novos” migrantes, vítimas da modernização agrícola e do latifúndio em outras regiões do país, empurrados para a região, na qual eram muitas vezes tomados por indesejáveis. Constatou-se, por um lado, não só a pluralidade das trajetórias dos de “fora”, como o seu peso na construção da cidade e, por outro, que os “pioneiros” não foram todos incorporados, sofrendo muitas vezes as mesmas dificuldades que os de “fora”, empurrados por caminhos de migração diversificados, que não necessariamente desaguaram na idealizada Rondon germânica.



Entre os vários grupos de imigrantes hispano-americanos que escolheram o Brasil para construir a vida, os bolivianos têm se destacado em razão de sua significativa presença em várias cidades brasileiras, entre elas, São Paulo, Rio de Janeiro e Corumbá. Porém, a maior contribuição que esse grupo de imigrantes nos oferece é o seu vigor cultural, expresso nas diferentes tradições e festas religiosas recriadas em um novo contexto, estabelecendo, assim, um valioso espaço de intercâmbio cultural entre a Bolívia e o Brasil. Trata-se de uma publicação paradigmática.

TRAVESSIA
revista do migrante

www.cemsp.com.br